



# Finanças Municipais 2010 a 2018

## O País e a Região de Lisboa e Vale do Tejo



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

COESÃO TERRITORIAL

# FICHA TÉCNICA

<b>Propriedade</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: <a href="http://www.ccdr-lvt.pt">http://www.ccdr-lvt.pt</a>
<b>Título</b>	Finanças Municipais 2010 a 2018   O País e a Região de Lisboa e Vale do Tejo
<b>Coordenação</b>	Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Margarida Cucharra (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
<b>Revisão</b>	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
<b>Elaboração técnica</b>	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Tratamento de dados Prestação de Contas</b>	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
<b>Data</b>	Novembro 2020
<b>ISBN</b>	978-972-8872-72-4

# ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	1
APRESENTAÇÃO .....	4
<b>CAPÍTULO I. DESEMPENHO ORÇAMENTAL – O PAÍS E A RLV T.....</b>	<b>6</b>
<b>1 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2010 A 2018 .....</b>	<b>7</b>
1.1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL.....	7
1.1.1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA .....	8
1.1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO .....	12
1.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL.....	13
1.2.1 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA.....	13
1.2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	16
<b>2 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2010 A 2018.....</b>	<b>17</b>
2.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL .....	17
2.1.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA.....	18
2.1.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS.....	21
2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL .....	23
2.2.1 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA.....	23
2.2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS.....	25

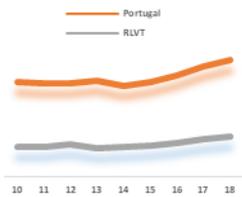
<b>3 – INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA – 2010 A 2018.....</b>	<b>27</b>
3.1 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL .....	27
3.2 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL.....	28
3.3 – INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA .....	29
3.4 – POUPANÇA CORRENTE.....	30
<b>CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL – O PAÍS E A RLV T .....</b>	<b>31</b>
<b>4 – ANÁLISE EVOLUTIVA DO BALANÇO – 2010 A 2018.....</b>	<b>31</b>
4.1 – ATIVO .....	32
4.2 – PASSIVO.....	37
4.3 – FUNDOS PRÓPRIOS .....	41
<b>5 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA ESTRUTURA ECONÓMICA – 2010 A 2018.....</b>	<b>45</b>
5.1 – CUSTOS .....	45
5.2 – PROVEITOS .....	50
5.3 – RESULTADOS .....	55
<b>6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
CONCEITOS .....	60
PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS .....	65
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS .....	66

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2010 FACE A 2018

Os municípios portugueses aumentaram +23,6% as receitas cobradas<sup>1</sup> e +6,2% as despesas pagas, sendo que, neste universo, os municípios que formam a RLVT aumentaram em +33,3% as suas receitas e +12,6% as suas despesas.

#### RECEITA MUNICIPAL



No País a receita cresceu +1.896,93 M€ face a 2010, registando em 2018 o valor de 9.927,36 M€. Na RLVT a receita municipal cresceu +849,68 M€ face a 2010, totalizando 3.400,80 M€. Este crescimento deveu-se muito ao aumento da receita fiscal e do saldo da gerência anterior. As quatro maiores fontes de receita municipal decorreram dos impostos diretos, das transferências

correntes, da venda de bens e serviços e do saldo da gerência anterior, tanto no País quanto na Região, tendo todas registado crescimento face a 2010. A média anual do peso das receitas correntes foi de 74,9% para o País e de 80,4% para a RLVT.

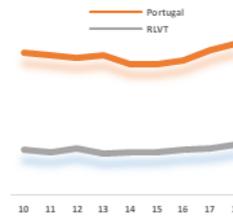
#### COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL



A

composição da receita municipal, período global de 2010 a 2018, realça o facto de o peso das receitas próprias ser significativamente maior na RLVT - 70% do total de receitas municipais, sendo esse peso de 56% no País. Já o conjunto das transferências recebidas, essencialmente do Orçamento de Estado e Fundos Comunitários, regista um maior peso no caso do universo global dos municípios portugueses (39% versus 25%). O peso das receitas arrecadadas através do recurso ao crédito foi de cerca de 5%, para os dois universos.

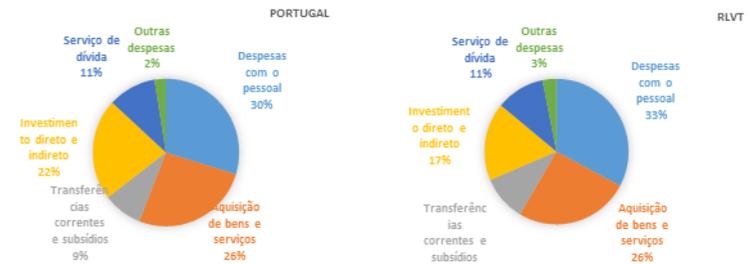
### DESPESA MUNICIPAL



A despesa aumentou +487,33 M€ para o total de 8.359,09 M€, no País, enquanto na Região o aumento foi de +314,62 M€ atingindo um total de despesas, em 2018, de 2.818,62 M€. Na RLVT a despesa subiu em todos os seus grandes agregados: despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes e subsídios, investimento direto e indireto, serviço de dívida e outras despesas. Já no caso nacional o investimento direto e

indireto desceu, observando-se também uma ligeira queda nos gastos em pessoal, entre 2010 e 2018. A média anual do peso das despesas correntes foi de 67,6% para o País e de 71,7% para a RLVT.

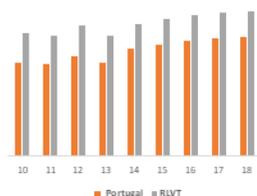
#### COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL



A forma como foram aplicadas as fontes de financiamento municipais, tendo por base todo o horizonte temporal, revela-se genericamente idêntica entre os dois universos. As despesas com o pessoal absorvem à volta de 1/3 dos gastos - 30% no País e 33% na RLVT - e a aquisição de bens e serviços representa 1/4 do total de despesas municipais (26% no País e na RLVT). Já o peso do investimento direto e indireto é substancialmente superior no País (22%) face à Região (17%). Ao nível das transferências correntes e subsídios atribuídos a outras entidades a “balança” pende ligeiramente mais para a RLVT (peso de 10% versus peso de 9% no País). Os gastos com o serviço de dívida representaram, no caso português e em particular na RLVT, 11% do total de despesas municipais.

<sup>1</sup> Considerada a receita cobrada líquida, sem reembolsos e restituições.

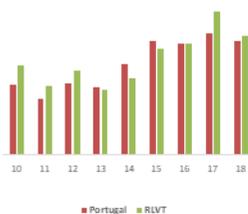
## INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA



A linha evolutiva revelada pelos municípios da RLVT, quase que paralela à do conjunto de municípios portugueses, revelou sempre melhores rácios de independência financeira, sempre acima dos 50% ao longo do período em apreço, variando entre os 63,1% (2011) e os 76,4%, melhor rácio revelado no ano de 2018.

No caso do conjunto dos municípios portugueses, com exceção de 2012, o rácio de independência financeira só se revelou positivo (maior que 50%) a partir de 2014, variando entre os 48,1% ocorrido em 2011 e os 62,8% registados em 2018.

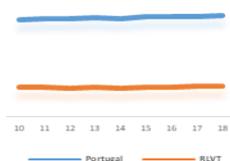
## EXCEDENTE POUPANÇA CORRENTE



O excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir, tanto no conjunto dos municípios portugueses, quanto em particular no grupo de municípios da RLVT, revelou-se tendencialmente crescente, com descidas pontuais em 2011, 2013 e 2018. O excedente de poupança corrente foi superior no País entre 2013 e 2015, variando entre os 13% e os 21,8%. Já na Região a capacidade de gerar poupança corrente foi maior entre

2010 e 2013 (apesar das descidas e subidas anuais alternadas) e entre 2017 e 2018, apesar da descida de 27,7% para 23%. Em 2016 o excedente de poupança corrente foi semelhante nos dois universos em estudo (21,4%). O melhor rácio no País e na Região aconteceu em 2017, respetivamente excedente de 23,3% e de 27,7%.

## ATIVO



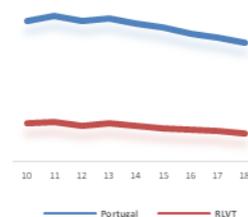
No País o ativo líquido aumentou +4,2% entre 2010 e 2018, atingindo os 41.548,99 M€. Na Região o aumento foi de +2,9% atingindo os 12.568,26 M€ em 2018. O ativo imobilizado representou 93,7% e 90,8% do ativo bruto (média anual no País e na RLVT, respetivamente) sendo a maior componente o imobilizado corpóreo. Ao longo do período tem-se registado uma tendência de queda do peso do ativo imobilizado, em detrimento da subida

progressiva dos depósitos em instituições financeiras e caixa<sup>2</sup>. No País este agregado subiu de um peso de 1,2% para 3,4% e na RLVT de um peso de 1,6% para 5,0%. Por

<sup>2</sup> Componentes do ativo circulante.

outro lado, desde 2013 evidencia-se uma tendência de redução do valor das contas a receber, estas últimas correspondentes a um menor volume de dívidas aos municípios.

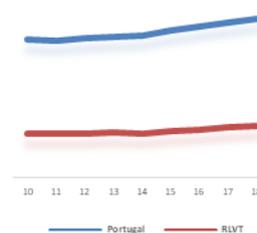
## PASSIVO



O passivo evidenciou em termos nacionais e regionais uma tendência de redução no período em análise, decrescendo -15,4%, correspondendo a um total de 12.319,42 M€ no País e decrescendo -26,2% atingindo os 2.993,81 M€ em 2018, na RLVT. No País o peso dos proveitos diferidos (peso médio de 46,8%) ultrapassou o da dívida exigível (peso médio de 43,9%), fruto da descida progressiva deste agregado em -37,9%, entre 2010 e 2018. Na RLVT o peso da dívida exigível a terceiros, embora também tenha evidenciado uma

descida significativa (-31,6%) constitui a maior componente do passivo, registando um peso médio anual de 51,1%. Na RLVT, em média 31,0% das verbas registadas como passivos resultaram de proveitos diferidos, refletindo o crescente grau de financiamento dos investimentos com recurso a transferências de capital.

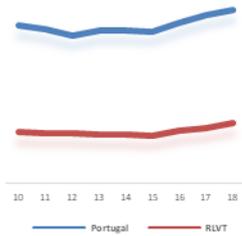
## FUNDOS PRÓPRIOS



Os fundos próprios, constituídos em grande parte pelo património municipal, aumentaram +15,5% e +17,4%, face a 2010, atingindo os 29.229,57 M€ e os 9.574,45 M€, respetivamente no País e na Região. O aumento do património foi no País de +7,9%, justificado pela sua valorização por parte de alguns municípios e pelo facto de muitos continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património, mas manteve-se praticamente constante na RLVT. O peso deste no conjunto dos fundos próprios tem vindo a cair ao longo dos últimos 9 anos, de 84,8% para 79,2% no conjunto dos

municípios portugueses e de um peso de 84,3% para 71,8% na Região. Em contrapartida surge reforçado o peso das reservas (de 7,8% para 11,3% no País e de 7,2% para 13,4% na RLVT) e dos resultados transitados, de 5,9% para 6,4% no País e de 5,9% para 11,6% na RLVT.

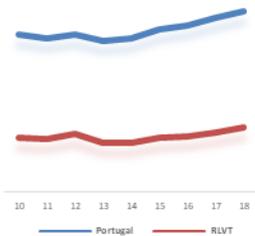
## CUSTOS



Em 2018 assinalou-se uma subida global dos custos em +9,9% no País e em +17,6% na RLVT, face a 2010, sendo que o seu crescimento foi contínuo a partir de 2015. No conjunto dos municípios portugueses os custos ascenderam em 2018 aos 7.837,74 M€ dos quais 2.712,35 M€ realizados em municípios pertencentes à área territorial da RLVT. A tendência de subida dos custos globais resultou do acréscimo em +12% dos custos operacionais, tanto no País quanto na Região. Na RLVT aquela subida decorreu também da subida dos custos e perdas extraordinários (+88,6%). Análise distinta reporta

à estrutura dos custos, evidenciando-se tendência de subida no peso dos custos operacionais, de 89,7% para 91,3%, entre 2010 e 2018, no País, mas uma tendência de descida na Região, evoluindo o peso dos custos operacionais, de 90,7% para 86,4%, com reforço significativo nos custos e perdas extraordinárias, de 7,3% para 11,8%. Os custos com o pessoal constituíam a maioria dos custos totais (peso médio anual de 31,9% no País e de 34,9% na Região), seguidos dos fornecimentos e serviços externos, peso médio anual de 26,3% no País e de 27,6% na Região.

## PROVEITOS



O panorama foi favorável ao nível nacional e regional (+14,7% no País e +17,0% na RLVT), mantendo-se a tendência de crescimento dos proveitos desde 2013 no País e desde 2014 na Região. Em 2018 os proveitos nacionais ascenderam aos 8.310,66 M€ dos quais 2.966,65 M€ correspondem aos municípios da RLVT. Este aumento foi suportado no crescimento verificado nos proveitos operacionais, financeiros e extraordinários. O peso das transferências e subsídios no total dos proveitos tem vindo a cair no País e na Região, ao longo dos últimos

9 anos (de 41,9% para 34,7% e de 27,1% para 21,3%, respetivamente), reforçando-se o peso dos impostos e taxas, de 36,0% para 41,0% em termos nacionais e de 50,1% para 52,1% na RLVT. Destaque também para o crescimento evidenciado decorrente das vendas e prestações de serviços que à escala nacional evoluiu de um peso de 9,3% para 10,7% e ao nível da Região cresceu de um peso de 8,3% para 11,4%.

## RESULTADOS



Ao longo de 2010 a 2018, o Resultado Líquido do Exercício do conjunto dos municípios foi sempre positivo, tal como o EBITDA. O RLE apresentou a sua menor expressão em 2013, ano em que o País registou um resultado de 71,44 M€, quase que totalmente produzido pelo conjunto de municípios da RLVT (70,20 M€). O melhor RLE atingido pelos municípios portugueses aconteceu em 2015 com 621,25 M€, dos quais 387,85 M€ com origem na RLVT. Os resultados operacionais, embora com comportamento irregular, sendo mesmo negativos em alguns anos, registaram

uma subida em +103,2% em termos nacionais e em +72,7% na Região, 2010 face a 2018. Em termos de EBITDA, situação de tendência genérica igualmente favorável, entre 2010 e 2018, evoluindo em Portugal de 1.216,15 M€ para 1.549,60 M€ e na Região, de 353,76 M€ para 536,00 M€.

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta um conjunto de dados síntese relativos à gestão orçamental e patrimonial do universo dos 308 municípios portugueses e em particular dos 52 municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT)<sup>3</sup>, no período compreendido entre os exercícios de 2010<sup>4</sup> e de 2018, pretendendo-se fazer uma análise comparativa entre o contexto a nível nacional e o posicionamento dos municípios da RLVT.

De acordo com o princípio da autonomia financeira, as autarquias têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, que têm o poder de arrecadar e dispor de receitas que por lei lhes são destinadas, e de acordo com as decisões tomadas têm expressão nas contas dos municípios e impacto nas economias dos seus territórios.

Não se pretendendo fazer uma análise exaustiva das alterações legislativas ocorridas no período em causa nem avaliar o seu impacto, no presente relatório, julga-se importante, para eventuais interpretações dos resultados apurados, referir sumariamente o enquadramento das finanças locais e regras, que influenciam as execuções orçamentais e financeiras dos municípios retratadas.

Importa referir que a legislação aplicável às finanças locais no período em análise, 2010 a 2018, contempla duas leis de finanças locais, a Lei n.º 92/2007, de 15 de janeiro, que vigorou até 2013, e a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor em 2014<sup>5</sup>, alterando o quadro legislativo e definindo o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Estas duas leis articuladas com as leis do Orçamento do Estado e a Lei de Enquadramento Orçamental, estabeleceram as regras de elaboração e execução dos orçamentos municipais, regras de equilíbrio orçamental, tetos de despesa e de enquadramento da dívida e seus limites. Note-se que muitas das vezes as regras definidas pelas leis de finanças locais vigentes, foram alteradas pelas leis anuais do orçamento do Estado, que suspenderam temporariamente ou alteraram

as regras, o que dificulta o enquadramento que está subjacente às tomadas de decisão, com reflexos na execução orçamental e financeira municipal.

As finanças locais, durante este período, foram ainda influenciadas por diversas particularidades, como a crise económica e financeira que assolou o país, o que levou à definição de políticas restritivas com impacto nos municípios a partir do ano de 2010. Mas foi a partir do ano de 2012 que as regras para combater o endividamento e a sobreorçamentação, conheceram um novo impulso, com a publicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)<sup>6</sup>, que veio clarificar a necessidade de cabimentar a despesa orçamentada determinando o cabimento na receita disponível nos três meses seguintes, bem como as imposições das leis orçamentais, para reforço da redução dos pagamentos em atraso, da redução da dívida e de restrição de previsão das receitas respeitantes à venda de bens imóveis, ao vedar aos municípios, em sede de elaboração dos documentos previsionais, a possibilidade de orçamentar este tipo de receitas em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedessem o mês da sua elaboração<sup>7</sup>.

O ano de 2014 com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, que define, em síntese, novas regras orçamentais, uma nova forma de cálculo das transferências do orçamento do Estado e um novo enquadramento para o cálculo e apuramento da dívida municipal bem como dos mecanismos de recuperação financeira, marca de alguma forma, uma nova etapa para as finanças municipais.

A partir de 2015 e até ao ano de 2018, último ano considerado nesta análise, com a melhoria da conjuntura, com reflexos nos mercados imobiliários, a subida das avaliações fiscais dos prédios urbanos com impacto na cobrança da receita de impostos municipais, assiste-se também a um aumento de normas que vieram introduzir alterações às regras vigentes, como as diversas exceções à regra da dívida total ou nos efeitos legais da sua violação bem como ao definido pela LCPA, materializadas por diplomas legais que alteraram a letra das leis vigentes ou através das leis anuais do orçamento do Estado<sup>8</sup>.

<sup>3</sup> DESAGREGAÇÃO TERRITORIAL SUBJACENTE À ÁREA DE ATUAÇÃO DA CCDR. O DECRETO-LEI N.º 228/2012, DE 25 DE OUTUBRO, APROVOU A ORGÂNICA DAS COMISSÕES DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E FOI ALTERADO PELOS DECRETOS-LEI N.ºS 68/2014, DE 8 DE MAIO, E 24/2015, DE 6 DE FEVEREIRO.

<sup>4</sup> ANO A PARTIR DO QUAL SE DISPÕE DE DADOS DAS CONTAS DOS MUNICÍPIOS MAIS SISTEMATIZADOS E CONSISTENTES DADA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMÁTICO ÚNICO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO – SIIAL (SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS).

<sup>5</sup> LEI N.º 73/2013, DE 13 DE SETEMBRO ALTERADA EM 2018 PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

<sup>6</sup> LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.

<sup>7</sup> NORMA QUE TEM SIDO REPETIDA NAS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO DESDE 2013.

<sup>8</sup> A TÍTULO DE EXEMPLO VEJA-SE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 52.º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS, MATERIALIZADA PELA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO (LOE) 2016 E QUE EM 2018 FICOU DENSIFICADO NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

É com base neste enquadramento legal que são apresentados os dados deste relatório, que se encontra estruturado em dois capítulos.

O primeiro capítulo contém a análise evolutiva do desempenho orçamental dos municípios, no universo do País e da RLVT, entre 2010 e 2018. Analisam-se as receitas e as despesas, em termos globais e dos principais agregados que as constituem, concluindo-se com a apresentação de alguns rácios de gestão orçamental.

O segundo capítulo incide sobre a situação financeira e patrimonial municipal, através da análise à informação dos balanços e demonstrações de resultados, procurando-se obter, através destes elementos, uma noção da situação económica dos dois universos autárquicos em estudo.

Os dados utilizados decorrem da informação contida nos documentos de prestação de contas dos municípios para os anos em análise, complementada com informação disponível no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) e publicada no portal autárquico da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). Todos os dados foram submetidos às validações inerentes à plataforma de informação do SIIAL que permite a recolha da informação e a processos de validação da informação constante nos documentos de prestação de contas dos municípios através da análise e cruzamento de dados. O método de análise dos dados constantes no presente relatório baseia-se na análise descritiva dos *outputs* com os resultados obtidos.

Para complementar a análise, são apresentados um conjunto de conceitos relevantes para a melhor compreensão dos dados.

## CAPÍTULO I. DESEMPENHO ORÇAMENTAL – O PAÍS E A RLVT

Desde 2002, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro<sup>9</sup> tem sido o principal instrumento de enquadramento da contabilidade autárquica.

Com a aprovação e implementação deste sistema de gestão inovador, a contabilidade autárquica ganhou um novo impulso, passando de uma contabilidade de caixa, baseada na elaboração e execução de orçamentos e suportada na aplicação do Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de julho, para um novo paradigma no qual esta informação foi complementada com a situação financeira e patrimonial dos municípios.

O Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, aprovou um novo classificador económico para as receitas e despesas públicas, tendo sido objeto de adaptação às autarquias locais através do Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL – SATAPOCAL.

Os municípios estão obrigados a “prestar contas” anualmente, com o dever de fornecer informação oportuna e fiável, de forma a permitir executar o controlo financeiro, verificar a legalidade e analisar a eficácia, a eficiência e a economia das decisões.

Por outro lado, a informação financeira dos municípios tem igualmente o dever de transparência, acessibilidade aos cidadãos<sup>10</sup> e a entidades institucionais<sup>11</sup>.

No presente capítulo procede-se à análise evolutiva da execução orçamental no País e na RLVT, no período de 2010 até 2018.

As receitas são agrupadas, pela sua natureza económica, em receitas correntes e receitas de capital; com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, passou ainda a haver um terceiro grupo, intitulado “outras receitas”.

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica, em despesas correntes e despesas de capital.

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de agrupamentos económicos com a denominação apresentada nas tabelas seguintes:

**Tabela 1 – Classificação económica de receitas**

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01 - Impostos diretos	09 - Venda de bens de investimento	15 - Reposições não abatidas nos pagamentos
02 - Impostos indiretos	10 - Transferências de capital	16 - Saldo da gerência anterior
04 - Taxas, multas e outras penalidades	11 - Ativos financeiros	17 - Operações extraorçamentais
05 - Rendimentos de propriedade	12 - Passivos financeiros	
06 - Transferências correntes	13 - Outras receitas de capital	
07 - Venda de bens e serviços correntes		
08 - Outras receitas correntes		

**Tabela 2 – Classificação económica das despesas**

Despesa Corrente	Despesas de Capital	Outras Despesas
01- Despesas com o pessoal	07- Aquisição de bens de capital	12- Operações extraorçamentais
02- Aquisição de bens e serviços	08- Transferências de capital	
03- Juros e outros encargos	09- Ativos financeiros	
04- Transferências correntes	10- Passivos financeiros	
05- Subsídios	11- Outras despesas de capital	
06- Outras despesas correntes		

<sup>9</sup> O DECRETO-LEI N.º 54-A/99, DE 22 DE SETEMBRO, FOI ALTERADO PELA LEI N.º 60-A/2005, DE 30 DE DEZEMBRO, PELOS DECRETOS-LEIS N.º 315/2000, DE 2 DE DEZEMBRO E N.º 84-A/2002, DE 5 DE ABRIL E PELA LEI N.º 162/99, DE 14 DE SETEMBRO.

<sup>10</sup> RAZÃO PELA QUAL AS CONTAS DEVEM SER PUBLICITADAS NO SÍTILO ELETRÓNICO DOS MUNICÍPIOS.

<sup>11</sup> PARA O EFEITO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVEM SER ENVIADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS, AO INE, À DGAL E ÀS CCDR.

## 1 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2010 A 2018

O tratamento de dados das prestações de contas incidu, entre 2010 e 2018, sobre a receita cobrada líquida<sup>12</sup>. Os dados relativos a Portugal foram recolhidos no Portal Autárquico da DGAL, Finanças Locais<sup>13</sup>.

Os dados referentes à RLVT decorreram da consulta aos documentos das prestações de contas dos municípios bem como junto do SIAL (DGAL).

### 1.1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL

Entre 2010 e 2018 a média do valor anual de receitas municipais foi de 8.447,77 milhões de euros (M€) para o país (308 municípios) e de 2.755,42 milhões de euros no conjunto dos 52 municípios da RLVT.

(+23,6%) e em +849,68 M€ (+33,3%), respetivamente no País e na Região, face ao ano de 2010.

O maior valor anual de receitas municipais registou-se em 2018, respetivamente 9.927,36 M€ no País e 3.400,80 M€ na RLVT.

A tendência genérica de crescimento foi sempre contínua, à exceção de 2011, ano em que as receitas municipais caíram ligeiramente, no País e na Região, em 2013 em que desceram na RLVT e em 2014 no conjunto dos municípios portugueses.

Comparando o valor das receitas municipais nos anos limiares, constata-se que no ano de 2018 se evidenciou uma cobrança de receitas municipais superior em +1.896,23 M€

Gráfico 1 – Evolução da receita total municipal – 2010 a 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

<sup>12</sup> SEM REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES.

<sup>13</sup> [HTTP://WWW.PORTAUTARQUICO.DGAL.GOV.PT/PT-PT/FINANCAS-LOCAIS/PUBLICACOES-E-ESTUDOS/](http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-pt/financas-locais/publicacoes-e-estudos/)  
[HTTP://WWW.PORTAUTARQUICO.DGAL.GOV.PT/PT-PT/FINANCAS-LOCAIS/DADOS-FINANCEIROS/CONTAS-DE-GERENCIA](http://www.portautarquico.dgal.gov.pt/pt-pt/financas-locais/dados-financeiros/contas-de-gerencia)

### 1.1.1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA

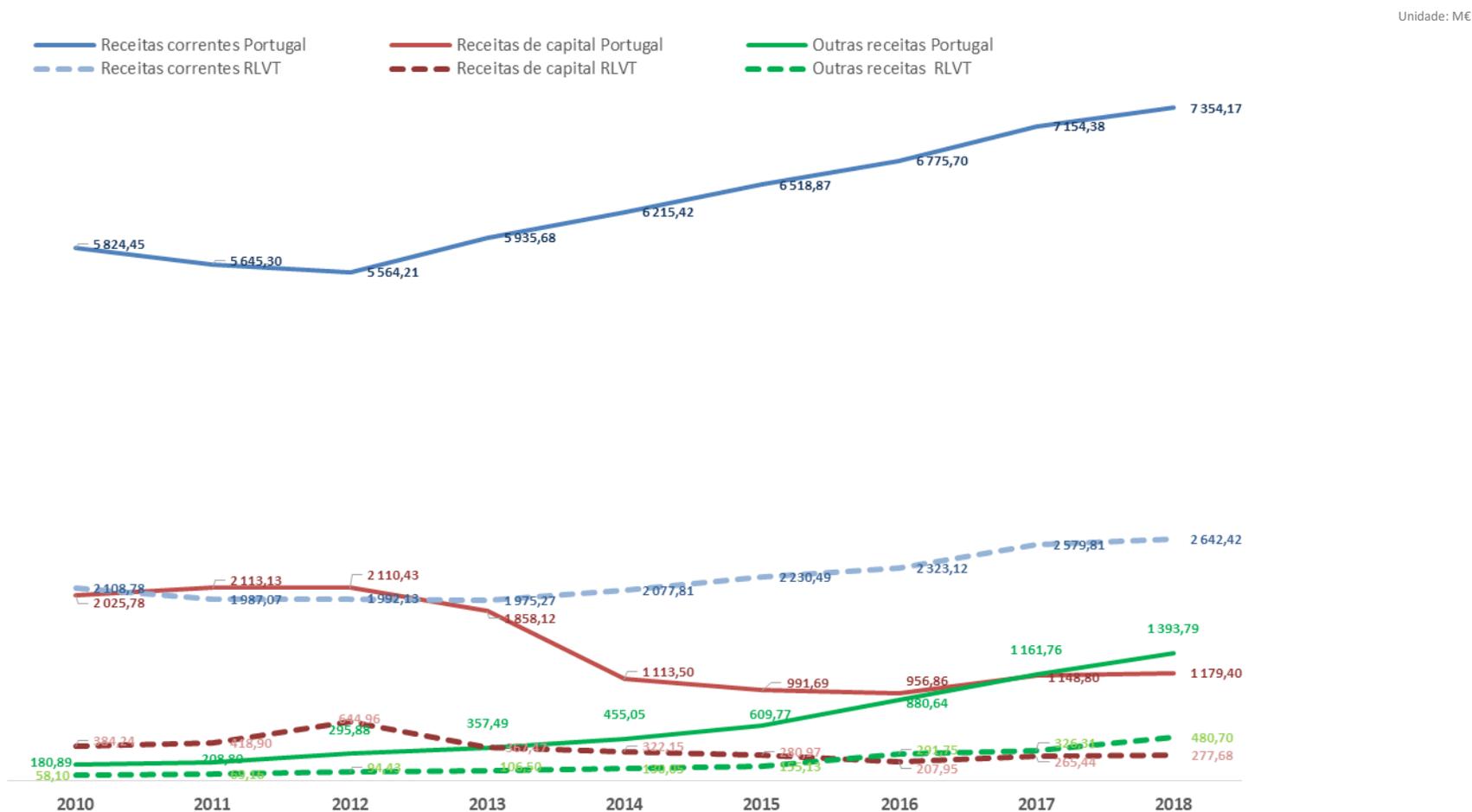
O crescimento das receitas municipais (como referido +1.896,23 M€ no País, dos quais +849,68 M€ na RLVT) resultou em grande parte das dinâmicas apresentadas pelo conjunto das receitas correntes e pelo grupo das outras receitas.

Neste último agregado o saldo da gerência anterior evidenciou um significativo aumento, sempre contínuo (+1.216,05 M€ no País, sendo +422,60 M€ na RLVT),

justificando cerca de 64% e 50%, respetivamente, da variação total do valor das receitas arrecadadas em 2018 face a 2010.

Esta situação evidenciou um reforço no agregado composto por outras receitas, sendo que estas ultrapassaram as receitas de capital a partir de 2016, na RLVT e a partir de 2017 no País.

Gráfico 2 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em Portugal, o aumento global das receitas correntes em +26,3%, decorreu do aumento contínuo, a partir de 2012, dos impostos diretos e das transferências correntes recebidas, e, a partir de 2011, da evolução sempre positiva da venda de bens e serviços.

Na RLVT, as receitas correntes cresceram +25,3%, muito devido ao aumento dos impostos diretos, a partir de 2013, e ao crescimento sempre contínuo da venda de bens e serviços correntes, à exceção do ano de 2014. Já as transferências correntes revelaram uma tendência mais irregular, resultando num aumento genérico de +6,1 %, entre 2010 e 2018.

Releve-se também, como foi já referido, o resultado evolutivo das outras receitas, sendo que este agregado cresceu +670,5% (+ 1.212,90 M€), entre 2010 e 2018, em Portugal, aumentando +727,3% (+422,60 M€) na Região.

Já as receitas de capital evidenciaram uma dinâmica distinta, apresentando cobranças em 2018 inferiores às de 2010, tanto no conjunto dos municípios portugueses quanto no grupo de municípios que formam a RLVT:

- Em Portugal descida global de -41,8%, entrando em queda entre 2011 e 2016, muito resultado do decréscimo das transferências de capital;
- Na RLVT descida global de -27,7%, entrando em queda entre 2012 e 2016, também muito resultado da tendência evidenciada pelas transferências de capital;
- Subida, a partir de 2016, das receitas de capital, resultado do acréscimo contínuo das transferências de capital e do aumento global de recurso ao crédito. Esta subida não deu porém para compensar a descida observada em anos anteriores.

**Tabela 3 – Portugal, evolução da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2018**

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Impostos diretos	2 177,44	2 113,63	2 088,94	2 159,13	2 424,64	2 566,03	2 664,06	2 897,74	3 100,31	922,86	42,4
Impostos indiretos	158,39	134,14	135,07	129,99	107,17	121,62	118,82	132,29	149,90	-8,49	-5,4
Taxas, multas, outras penalidades	224,51	234,17	201,71	180,05	185,27	188,74	212,04	299,04	219,97	-4,54	-2,0
Rendimentos da propriedade	258,39	259,54	266,29	253,07	271,05	254,04	294,90	274,04	254,96	-3,44	-1,3
Transferências correntes	2 228,55	2 137,31	2 071,76	2 400,88	2 411,99	2 503,62	2 551,53	2 593,91	2 644,03	415,48	18,6
Venda de bens e serviços correntes	710,23	704,48	738,45	750,83	752,19	809,40	861,07	885,43	911,43	201,20	28,3
Outras receitas correntes	66,94	62,03	61,97	61,73	63,10	75,42	73,28	71,93	73,58	6,64	9,9
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 824,45</b>	<b>5 645,30</b>	<b>5 564,21</b>	<b>5 935,68</b>	<b>6 215,42</b>	<b>6 518,87</b>	<b>6 775,70</b>	<b>7 154,38</b>	<b>7 354,17</b>	<b>1 529,72</b>	<b>26,3</b>
Venda de bens investimento	117,06	84,17	68,79	52,36	81,22	108,28	67,48	93,56	98,23	-18,83	-16,1
Transferências de capital	1 360,04	1 522,80	1 512,48	981,78	604,67	585,73	426,23	461,83	514,90	-845,14	-62,1
Ativos financeiros	10,81	14,03	18,65	15,75	5,06	11,53	26,28	8,53	3,70	-7,11	-65,8
Passivos financeiros	516,39	474,28	220,07	776,26	392,80	263,69	388,30	556,68	538,16	21,77	4,2
Outras receitas de capital	21,50	17,84	290,44	31,97	29,75	22,46	48,57	28,20	24,42	2,93	13,6
<b>Receitas de capital</b>	<b>2 025,78</b>	<b>2 113,13</b>	<b>2 110,43</b>	<b>1 858,12</b>	<b>1 113,50</b>	<b>991,69</b>	<b>956,86</b>	<b>1 148,80</b>	<b>1 179,40</b>	<b>-846,39</b>	<b>-41,8</b>
Reposições não abatidas pagamentos	9,18	13,06	8,95	13,43	8,84	10,09	5,69	8,54	6,03	-3,15	-34,3
Saldo da gerência anterior	171,71	195,73	286,94	344,05	446,21	599,67	874,95	1 153,21	1 387,76	1 216,05	708,2
<b>Outras receitas</b>	<b>180,89</b>	<b>208,80</b>	<b>295,88</b>	<b>357,49</b>	<b>455,05</b>	<b>609,77</b>	<b>880,64</b>	<b>1 161,76</b>	<b>1 393,79</b>	<b>1 212,90</b>	<b>670,5</b>
<b>Receita total Portugal</b>	<b>8 031,13</b>	<b>7 967,23</b>	<b>7 970,52</b>	<b>8 151,29</b>	<b>7 783,97</b>	<b>8 120,33</b>	<b>8 613,20</b>	<b>9 464,94</b>	<b>9 927,36</b>	<b>1 896,23</b>	<b>23,6</b>

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

Tabela 4 – RLVT, evolução da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2018

Unidade: M€

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Impostos diretos	1 028,49	939,46	929,13	914,41	1 054,92	1 138,47	1 166,99	1 330,87	1 427,57	399,09	38,8
Impostos indiretos	73,60	58,53	63,54	61,50	50,85	54,21	51,63	54,12	53,46	-20,14	-27,4
Taxas, multas, outras penalidades	118,04	133,18	106,53	87,76	93,32	95,45	119,60	168,57	113,06	-4,98	-4,2
Rendimentos da propriedade	75,54	61,08	88,85	61,02	75,77	67,98	79,72	76,40	74,45	-1,09	-1,4
Transferências correntes	559,11	536,41	524,33	565,82	516,79	549,67	566,23	576,37	592,96	33,85	6,1
Venda de bens e serviços correntes	230,57	232,62	255,66	260,56	258,52	287,18	305,85	334,91	350,91	120,33	52,2
Outras receitas correntes	23,43	25,78	24,10	24,18	27,65	37,53	33,11	38,56	30,01	6,58	28,1
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 108,78</b>	<b>1 987,07</b>	<b>1 992,13</b>	<b>1 975,27</b>	<b>2 077,81</b>	<b>2 230,49</b>	<b>2 323,12</b>	<b>2 579,81</b>	<b>2 642,42</b>	<b>533,64</b>	<b>25,3</b>
Venda de bens investimento	34,36	27,71	32,23	18,14	49,92	78,38	28,44	56,90	56,41	22,05	64,2
Transferências de capital	215,13	234,78	255,31	140,43	100,02	84,61	70,35	74,53	91,86	-123,27	-57,3
Ativos financeiros	2,19	3,77	2,37	2,29	2,28	4,41	3,81	5,88	1,51	-0,68	-30,9
Passivos financeiros	125,92	141,87	78,39	184,65	149,49	108,67	99,36	122,19	118,31	-7,61	-6,0
Outras receitas de capital	6,64	10,78	276,67	21,96	20,44	4,90	6,00	5,93	9,59	2,95	44,5
<b>Receitas de capital</b>	<b>384,24</b>	<b>418,90</b>	<b>644,96</b>	<b>367,47</b>	<b>322,15</b>	<b>280,97</b>	<b>207,95</b>	<b>265,44</b>	<b>277,68</b>	<b>-106,56</b>	<b>-27,7</b>
Reposições não abatidas pagamentos	2,11	6,54	3,15	6,34	3,41	2,17	1,97	2,95	2,11	0,00	-0,1
Saldo da gerência anterior	55,99	62,62	91,28	100,16	126,64	152,97	289,78	323,35	478,59	422,60	754,8
<b>Outras receitas</b>	<b>58,10</b>	<b>69,16</b>	<b>94,43</b>	<b>106,50</b>	<b>130,05</b>	<b>155,13</b>	<b>291,75</b>	<b>326,31</b>	<b>480,70</b>	<b>422,60</b>	<b>727,3</b>
<b>Receita total RLVT</b>	<b>2 551,12</b>	<b>2 475,13</b>	<b>2 731,51</b>	<b>2 449,24</b>	<b>2 530,01</b>	<b>2 666,60</b>	<b>2 822,82</b>	<b>3 171,56</b>	<b>3 400,80</b>	<b>849,68</b>	<b>33,3</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

As quatro maiores fontes de receita municipal decorreram dos impostos diretos, das transferências correntes, da venda de bens e serviços e do saldo da gerência anterior, tanto no País quanto na Região.

No período em análise a média anual das receitas municipais, respetivamente no País e na Região, foi:

- Impostos diretos - 2.465,77 M€ e 1.103,37 M€, com valores máximos registados em 2018, de 3.100,31 M€ e 1.427,57 M€;
- Transferências correntes - 2.393,73 M€ e 554,19 M€, com valores máximos registados em 2018, de 2.644,03 M€ e 592,96 M€;
- Venda de bens e serviços - 791,50 M€ e 279,64 M€, com valores máximos registados em 2018, de 911,43 M€ e 350,91 M€;
- Saldo da gerência anterior - 606,69 M€ e 186,82 M€, com valores máximos registados em 2018, de 1.387,76 M€ e 478,59 M€.

O aumento do total de receitas municipais, ao longo do período em análise, não se verificou porém em todas as componentes de receitas.

De outro modo, entre 2010 e 2018, em Portugal:

- Aumentaram os valores de receitas em impostos diretos (+42,4%), transferências correntes (+18,6%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, venda de bens e serviços correntes (+28,3%), outras

receitas correntes (+9,9%), passivos financeiros (+4,2%), outras receitas de capital (+13,6%) e saldo da gerência anterior (+708,2%);

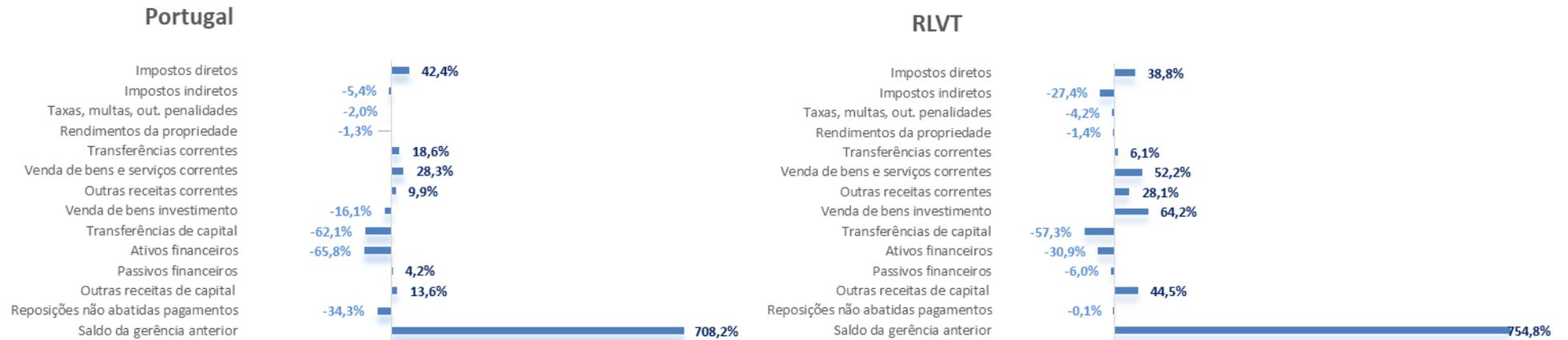
- Diminuíram as receitas arrecadadas pelos municípios ao nível dos impostos indiretos (-5,4%), taxas, multas e outras penalidades (-2,0%), rendimentos da propriedade (-1,3%), venda de bens de investimento (-16,1%), transferências de capital (-62,1%), ativos financeiros (-65,8%) e RNAP (-34,3%).

Na RLVT, comparando as receitas municipais de 2010 e de 2018, constata-se:

- Aumento dos valores de receitas em impostos diretos (+38,8%), transferências correntes (+6,1%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, venda de bens e serviços correntes (+52,2%), outras receitas correntes (+28,1%), venda de bens de investimento (+62,2%), outras receitas de capital (+44,5%) e saldo da gerência anterior (+754,8%);
- Diminuíram as receitas arrecadadas pelos municípios ao nível dos impostos indiretos (-27,4%), taxas, multas e outras penalidades (-4,2%), rendimentos da propriedade (-1,4%), transferências de capital (-57,3%), ativos financeiros (-30,9%) passivos financeiros (-6,0%) e RNAP (-0,1%).

Verificando-se dinâmicas muito semelhantes entre o conjunto dos municípios portugueses e os pertencentes à RLVT destaque para as tendências distintas ao nível da venda de bens de investimento, as quais subiram na RLVT, e no caso dos passivos financeiros, que revelaram uma descida na RLVT.

Gráfico 3 – Variação da receita municipal, por natureza económica – 2010/2018

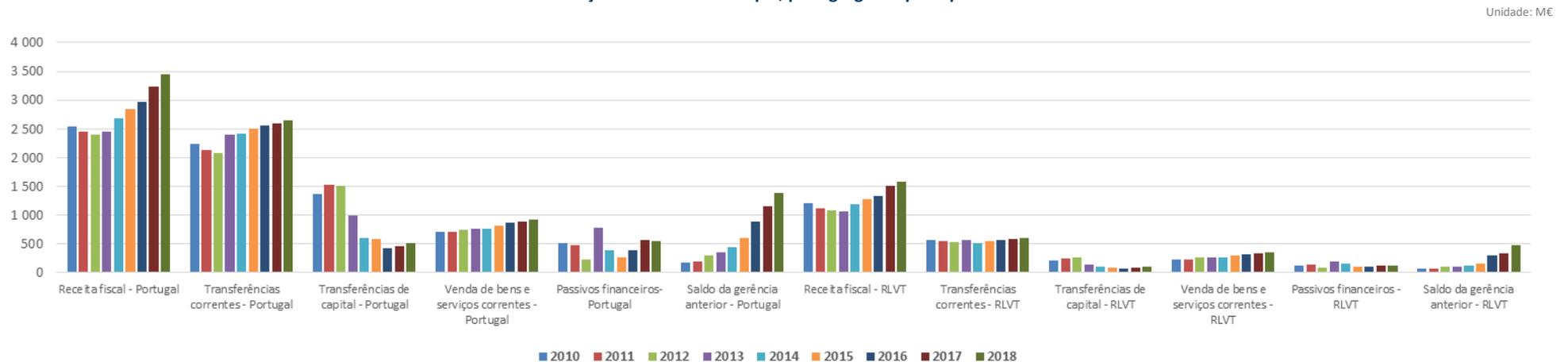


Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

O gráfico seguinte, numa outra perspetiva, evidencia a evolução de alguns agregados principais, sendo que a receita fiscal registou um decréscimo anual na arrecadação de

receitas até 2012, no conjunto dos municípios portugueses, e até 2013 na RLVT, com subida contínua a partir destes anos.

Gráfico 4 – Evolução da receita municipal, por agregados principais – 2010 a 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 1.1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Analisando as receitas municipais enquanto fontes de financiamento para o seu desempenho financeiro, constata-se tendências genéricas evolutivas semelhantes, por parte do conjunto dos municípios da RLVT e do seu enquadramento à escala nacional, verificando-se uma subida contínua das receitas próprias a partir de 2013 e uma evolução irregular por parte das transferências sendo tendencialmente decrescente nos dois universos de municípios.

As receitas municipais decorrentes do recurso ao crédito revelam uma tendência irregular mas genericamente crescente no conjunto dos municípios portugueses, tendência distinta do grupo dos municípios pertencentes à RLVT que foi de queda, no recurso aos passivos financeiros, entre 2010 e 2018.

**Tabela 5 – Portugal, evolução da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2018**

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Receitas próprias	3 926,15	3 832,84	4 166,21	3 992,37	4 374,50	4 767,29	5 247,14	5 852,53	6 230,27	2 304,12	58,7
Transferências	3 588,58	3 660,10	3 584,24	3 382,66	3 016,66	3 089,35	2 977,76	3 055,73	3 158,93	-429,65	-12,0
Passivos financeiros	516,39	474,28	220,07	776,26	392,80	263,69	388,30	556,68	538,16	21,77	4,2
<b>Receita total Portugal</b>	<b>8 031,13</b>	<b>7 967,23</b>	<b>7 970,52</b>	<b>8 151,29</b>	<b>7 783,97</b>	<b>8 120,33</b>	<b>8 613,20</b>	<b>9 464,94</b>	<b>9 927,36</b>	<b>1 896,23</b>	<b>23,6</b>

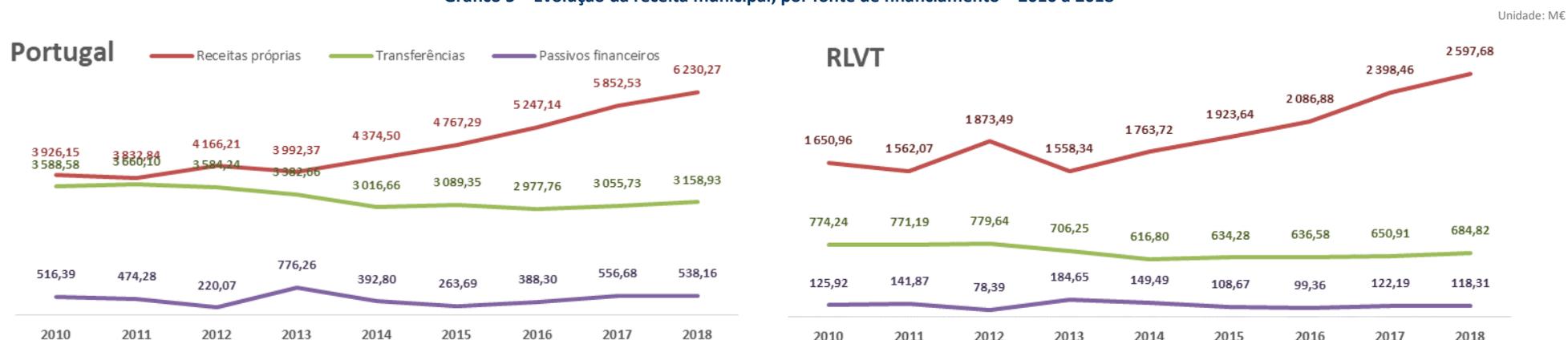
Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

**Tabela 6 – RLVT, evolução da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2018**

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Receitas próprias	1 650,96	1 562,07	1 873,49	1 558,34	1 763,72	1 923,64	2 086,88	2 398,46	2 597,68	946,72	57,3
Transferências	774,24	771,19	779,64	706,25	616,80	634,28	636,58	650,91	684,82	-89,42	-11,5
Passivos financeiros	125,92	141,87	78,39	184,65	149,49	108,67	99,36	122,19	118,31	-7,61	-6,0
<b>Receita total RLVT</b>	<b>2 551,12</b>	<b>2 475,13</b>	<b>2 731,51</b>	<b>2 449,24</b>	<b>2 530,01</b>	<b>2 666,60</b>	<b>2 822,82</b>	<b>3 171,56</b>	<b>3 400,80</b>	<b>849,68</b>	<b>33,3</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 5 – Evolução da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2018**



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 1.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL

### 1.2.1 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA

Analisando a estrutura da receita municipal e a forma evolutiva como o peso dos seus agregados foi tendo mais ou menos relevância chegamos à conclusão da predominância do peso das receitas correntes na gestão financeira dos municípios portugueses. A média anual do peso das receitas correntes, durante o período de 2010 a 2018, foi de 74,9% para o País e de 80,4% para a RLVT.

A evolução do peso das receitas correntes não foi no entanto linear, tendo picos em 2010 e 2015 e pontos mínimos em 2012 e 2018.

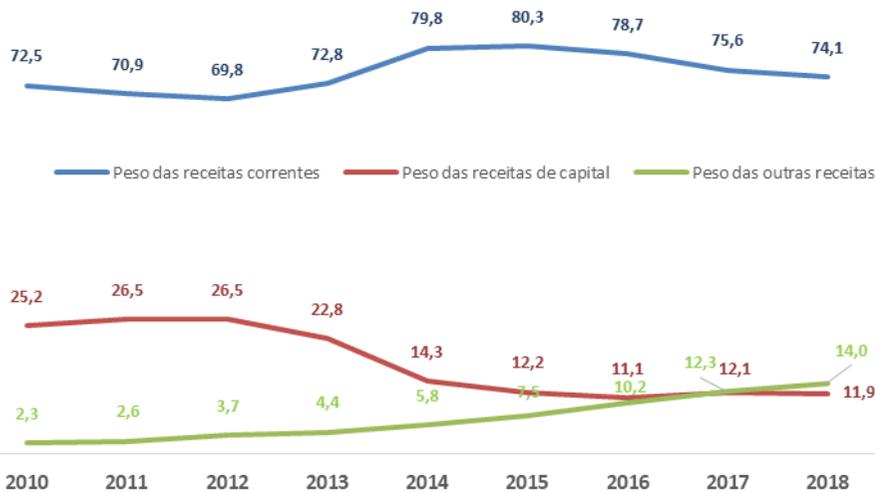
O único agregado com evidência de subida contínua consolidou-se no peso das outras receitas, resultado do peso crescente e acentuado do saldo da gerência anterior, muito

semelhante no conjunto dos municípios portugueses e no grupo dos municípios pertencentes à RLVT. Num caso e no outro o peso das outras receitas evoluiu de 2% para 14%, no período em análise. Em 2016, na RLVT o peso das outras receitas já foi superior ao das receitas de capital, ocorrendo este posicionamento, no País, apenas no ano seguinte.

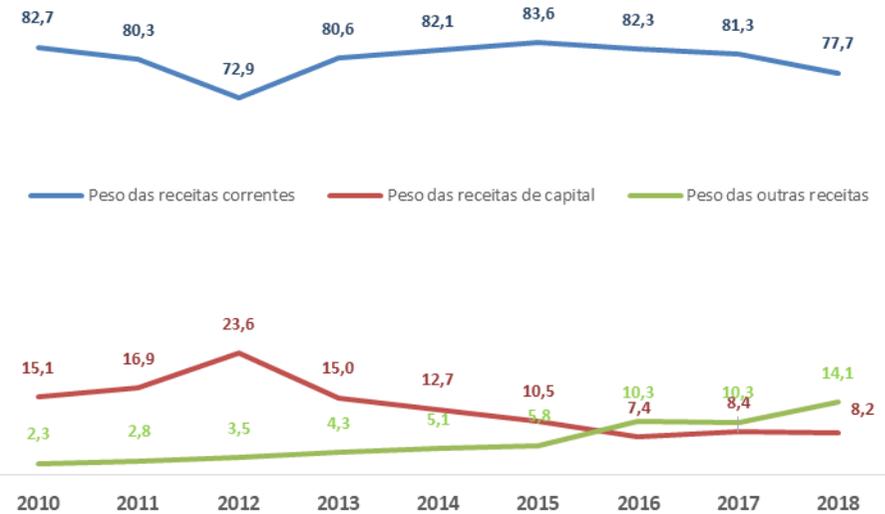
Já o peso das receitas de capital evidenciou picos em 2012, para depois começar a cair até 2016, ano em que se revelou um crescimento para depois cair novamente em 2018.

Gráfico 6 – Evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2018

Portugal



RLVT



Unidade: %

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

De outro modo, entre 2010 e 2018, por conta do reforço significativo do peso das receitas municipais decorrentes do Saldo de Gerência Anterior (+553,8% no País e +541,2% na RLVT), todos os outros agregados de receita viram o seu peso cair, à exceção dos impostos diretos (+15,2% no País e +4,1% na RLVT), da venda de bens e

serviços correntes (+3,8% no País e +14,2% na RLVT), e, no caso da Região, da subida em +23,2% da venda de bens de investimento e +8,4% das outras receitas de capital.

**Tabela 7 – Portugal, evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2018**

Peso na receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Impostos diretos	27,1	26,5	26,2	26,5	31,1	31,6	30,9	30,6	31,2	15,2
Impostos indiretos	2,0	1,7	1,7	1,6	1,4	1,5	1,4	1,4	1,5	-23,4
Taxas, multas, outras penalidades	2,8	2,9	2,5	2,2	2,4	2,3	2,5	3,2	2,2	-20,7
Rendimentos da propriedade	3,2	3,3	3,3	3,1	3,5	3,1	3,4	2,9	2,6	-20,2
Transferências correntes	27,7	26,8	26,0	29,5	31,0	30,8	29,6	27,4	26,6	-4,0
Venda de bens e serviços correntes	8,8	8,8	9,3	9,2	9,7	10,0	10,0	9,4	9,2	3,8
Outras receitas correntes	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,7	-11,1
<b>Receitas correntes</b>	<b>72,5</b>	<b>70,9</b>	<b>69,8</b>	<b>72,8</b>	<b>79,8</b>	<b>80,3</b>	<b>78,7</b>	<b>75,6</b>	<b>74,1</b>	<b>2,1</b>
Venda de bens investimento	1,5	1,1	0,9	0,6	1,0	1,3	0,8	1,0	1,0	-32,1
Transferências de capital	16,9	19,1	19,0	12,0	7,8	7,2	4,9	4,9	5,2	-69,4
Ativos financeiros	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,0	-72,3
Passivos financeiros	6,4	6,0	2,8	9,5	5,0	3,2	4,5	5,9	5,4	-15,7
Outras receitas de capital	0,3	0,2	3,6	0,4	0,4	0,3	0,6	0,3	0,2	-8,1
<b>Receitas de capital</b>	<b>25,2</b>	<b>26,5</b>	<b>26,5</b>	<b>22,8</b>	<b>14,3</b>	<b>12,2</b>	<b>11,1</b>	<b>12,1</b>	<b>11,9</b>	<b>-52,9</b>
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-46,8
Saldo da gerência anterior	2,1	2,5	3,6	4,2	5,7	7,4	10,2	12,2	14,0	553,8
<b>Outras receitas</b>	<b>2,3</b>	<b>2,6</b>	<b>3,7</b>	<b>4,4</b>	<b>5,8</b>	<b>7,5</b>	<b>10,2</b>	<b>12,3</b>	<b>14,0</b>	<b>523,3</b>
<b>Receita total Portugal</b>	<b>100,0</b>									

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

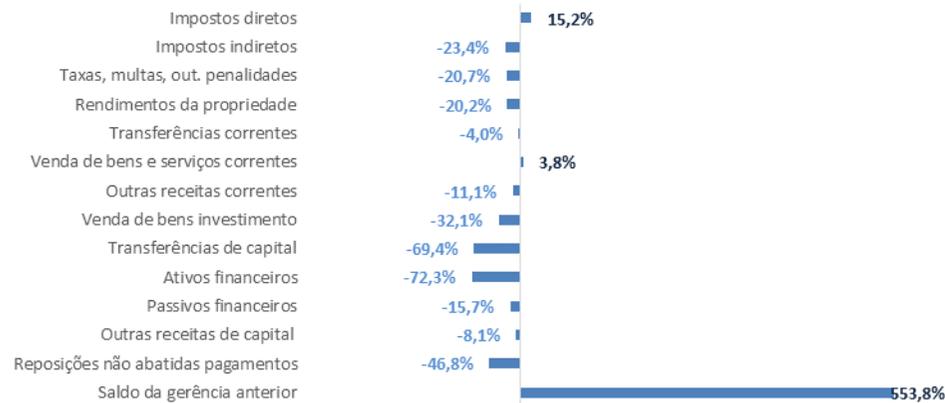
**Tabela 8 – RLVT, evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2010 a 2018**

Peso na receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Impostos diretos	40,3	38,0	34,0	37,3	41,7	42,7	41,3	42,0	42,0	4,1
Impostos indiretos	2,9	2,4	2,3	2,5	2,0	2,0	1,8	1,7	1,6	-45,5
Taxas, multas, outras penalidades	4,6	5,4	3,9	3,6	3,7	3,6	4,2	5,3	3,3	-28,2
Rendimentos da propriedade	3,0	2,5	3,3	2,5	3,0	2,5	2,8	2,4	2,2	-26,1
Transferências correntes	21,9	21,7	19,2	23,1	20,4	20,6	20,1	18,2	17,4	-20,4
Venda de bens e serviços correntes	9,0	9,4	9,4	10,6	10,2	10,8	10,8	10,6	10,3	14,2
Outras receitas correntes	0,9	1,0	0,9	1,0	1,1	1,4	1,2	1,2	0,9	-3,9
<b>Receitas correntes</b>	<b>82,7</b>	<b>80,3</b>	<b>72,9</b>	<b>80,6</b>	<b>82,1</b>	<b>83,6</b>	<b>82,3</b>	<b>81,3</b>	<b>77,7</b>	<b>-6,0</b>
Venda de bens investimento	1,3	1,1	1,2	0,7	2,0	2,9	1,0	1,8	1,7	23,2
Transferências de capital	8,4	9,5	9,3	5,7	4,0	3,2	2,5	2,4	2,7	-68,0
Ativos financeiros	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0	-48,2
Passivos financeiros	4,9	5,7	2,9	7,5	5,9	4,1	3,5	3,9	3,5	-29,5
Outras receitas de capital	0,3	0,4	10,1	0,9	0,8	0,2	0,2	0,2	0,3	8,4
<b>Receitas de capital</b>	<b>15,1</b>	<b>16,9</b>	<b>23,6</b>	<b>15,0</b>	<b>12,7</b>	<b>10,5</b>	<b>7,4</b>	<b>8,4</b>	<b>8,2</b>	<b>-45,8</b>
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-25,1
Saldo da gerência anterior	2,2	2,5	3,3	4,1	5,0	5,7	10,3	10,2	14,1	541,2
<b>Outras receitas</b>	<b>2,3</b>	<b>2,8</b>	<b>3,5</b>	<b>4,3</b>	<b>5,1</b>	<b>5,8</b>	<b>10,3</b>	<b>10,3</b>	<b>14,1</b>	<b>520,6</b>
<b>Receita total RLVT</b>	<b>100,0</b>									

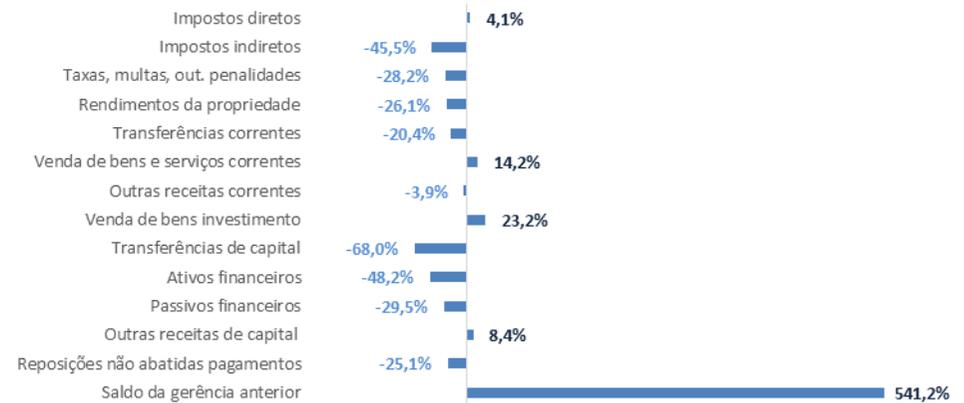
Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 7 – Variação do peso da receita municipal, por natureza económica – 2010/2018**

**Portugal**



**RLVT**



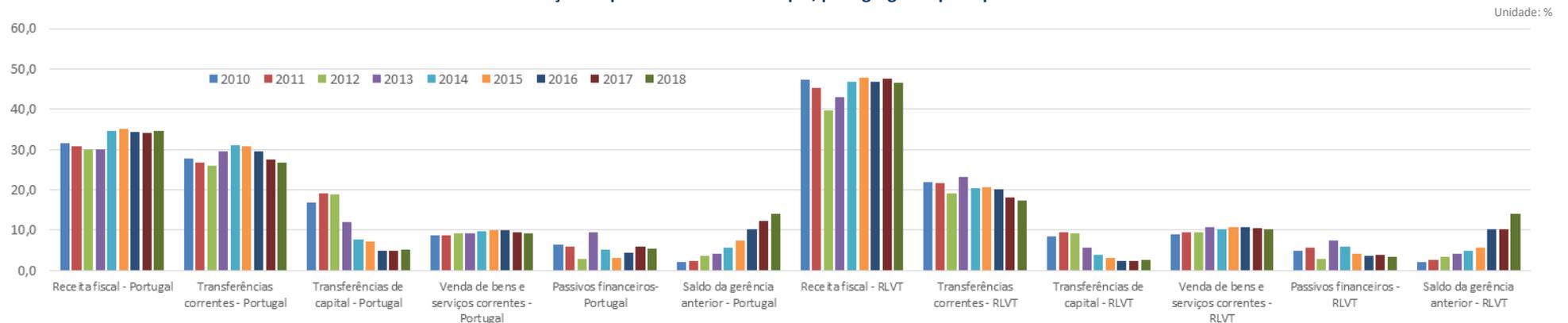
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

O gráfico seguinte, numa outra perspetiva, evidencia, entre outros, o peso da receita fiscal. O peso médio anual deste agregado, formado pelo conjunto das receitas arrecadadas com impostos diretos, impostos indiretos e taxas, foi de 45,7% na RLVT e de 32,8% no País.

Na RLVT, em 2010 esse peso foi de 47,3%, superior ao de 2018 (46,5%). No País, em 2010 esse peso foi de 31,6%, inferior ao de 2018 (34,7%).

O maior peso da receita fiscal ocorreu em 2015, sendo nesse ano de 35,1% no País e de 47,9%, quase metade das receitas municipais, na RLVT.

**Gráfico 8 – Evolução do peso da receita municipal, por agregados principais – 2010 a 2018**



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 1.2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Considerando o peso das receitas por fontes de financiamento, afere-se o seguinte:

O peso de receitas próprias no total de receitas municipais, no País e na RLVT, predominantemente crescente, – entre 2010 e 2018 o seu peso passou de 48,9% para 62,8%, no conjunto dos municípios portugueses e passou de 64,7% para 76,4%, no conjunto dos municípios da RLVT, evidenciando-se uma capacidade crescente dos municípios em dependerem menos do financiamento de outras entidades.

O peso de transferências recebidas (total de correntes e de capital), em queda desde 2011, passando de 44,7% em 2010 para 31,8% em 2018, no País, e de 30,3% em 2010 para 20,1% em 2018 na RLVT.

O peso dos passivos financeiros no total de receitas municipais teve o seu pico mais alto em 2013 (9,5% no País e 7,5% na RLVT), e o seu peso mais baixo em 2012 (2,8% no País e 2,9% na RLVT), sendo, respetivamente de 5,4% e de 3,5% em 2018.

**Tabela 9 – Portugal, evolução do peso da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2018**

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Receitas próprias	48,9	48,1	52,3	49,0	56,2	58,7	60,9	61,8	62,8	28,4
Transferências	44,7	45,9	45,0	41,5	38,8	38,0	34,6	32,3	31,8	-28,8
Passivos financeiros	6,4	6,0	2,8	9,5	5,0	3,2	4,5	5,9	5,4	-15,7
<b>Receita total Portugal</b>	<b>100,00</b>									

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

**Tabela 10 – RLVT, evolução do peso da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2018**

Receita municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Receitas próprias	64,7	63,1	68,6	63,6	69,7	72,1	73,9	75,6	76,4	18,0
Transferências	30,3	31,2	28,5	28,8	24,4	23,8	22,6	20,5	20,1	-33,6
Passivos financeiros	4,9	5,7	2,9	7,5	5,9	4,1	3,5	3,9	3,5	-29,5
<b>Receita total RLVT</b>	<b>100,00</b>									

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

**Gráfico 9 – Evolução da estrutura da receita municipal, por fonte de financiamento – 2010 a 2018**

### Portugal



### RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 2 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2010 A 2018

### 2.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL

Entre 2010 e 2018 a média do valor anual de despesas municipais<sup>14</sup> foi de 7.695,43 M€ para o País e de 2.502,46 M€ no conjunto dos 52 municípios da RLVT.

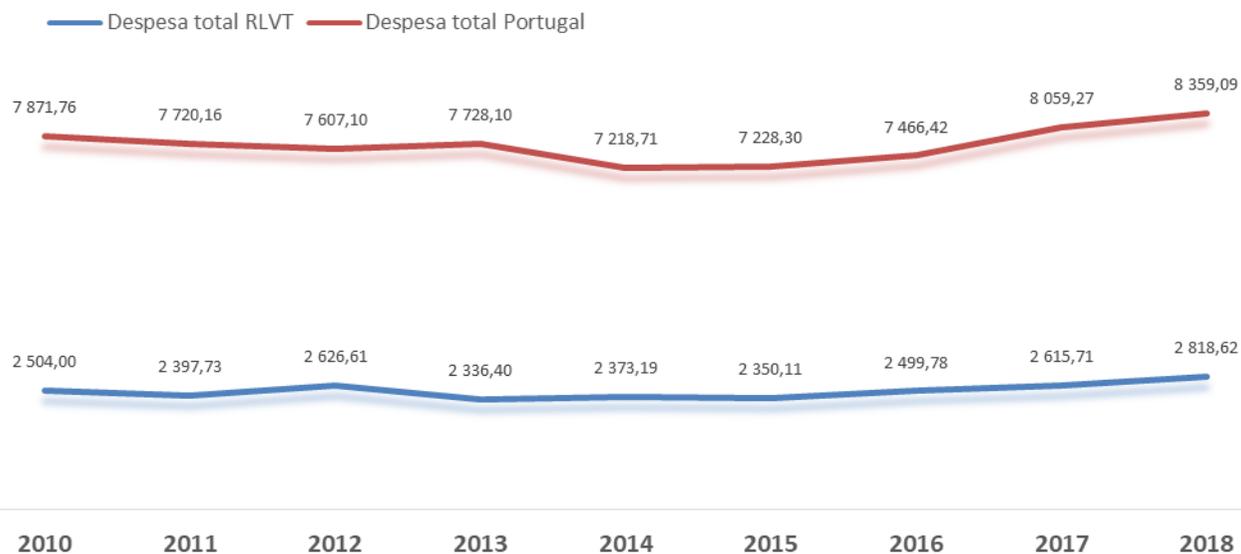
O maior valor anual de despesas municipais registou-se em 2018, respetivamente 8.359,09 M€ no País e 2.818,80 M€ na RLVT.

Comparando o valor das despesas municipais nos anos limiares, constata-se que no ano de 2018 se evidenciou um total de despesas municipais superior em +487,33 M€

(+6,2%) e em +314,62 M€ (+12,6%), respetivamente no País e na Região, face ao ano de 2010.

A tendência genérica de crescimento não foi sempre contínua, com pontos mínimos em 2014 e 2013, respetivamente no País e na Região, sendo que, a partir de 2014, no conjunto dos municípios portugueses, se evidenciou uma subida progressiva das despesas, manifestando-se semelhante tendência a partir de 2015, no caso da RLVT.

Gráfico 10 – Evolução da despesa total municipal – 2010 a 2018



Unidade: M€

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

<sup>14</sup> Despesa paga

## 2.1.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA

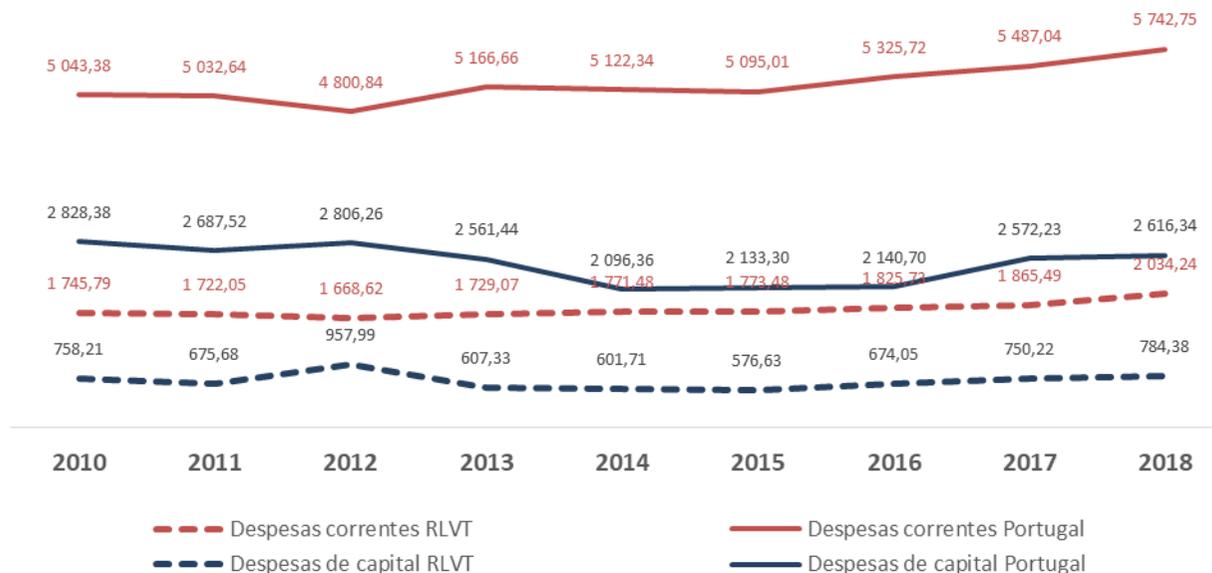
O crescimento genérico mas não uniforme do total das despesas municipais no período em análise resultou em grande parte das dinâmicas distintas apresentadas pelas despesas correntes e de capital.

Em Portugal, o aumento global das despesas correntes em +13,9%, no período em análise, teve por principal suporte o acréscimo das despesas realizadas com a aquisição

de bens e serviços (+28,5%), registando aumentos anuais à exceção de 2014. Também com o aumento das transferências correntes para outras entidades (+36,9%), evidenciando-se um crescimento contínuo a partir de 2012. Por outro lado, os gastos em outras despesas correntes cresceram em +72,4%.

Gráfico 11 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Na RLVT, as despesas correntes cresceram +16,5%, no mesmo período, evidenciando-se um aumento genérico em todos os seus agregados, com destaque para o acréscimo, nem sempre contínuo, das despesas na aquisição de bens e serviços (+23,1%) e das transferências correntes, com um aumento genérico mas também irregular, de +39,8%, entre 2010 e 2018.

Já as despesas de capital evidenciaram uma dinâmica distinta, apresentando gastos em 2018 inferiores às de 2010, no conjunto dos municípios portugueses, não sucedendo o mesmo no grupo de municípios que formam a RLVT apenas porque se evidenciou um crescimento significativo deste agregado em 2018:

- Em Portugal descida global das despesas de capital em -7,5%, com registos mínimos em 2014, recuperando nos anos seguintes mas ainda assim de forma insuficiente, dado que não foram atingidos os valores de 2010, muito resultado do decréscimo das despesas com a aquisição de bens de capital (-16,8%) e das transferências de capital para outras entidades (-38,6%);
- Na RLVT aumento global em +3,5%, subidas entre 2010 e 2012 e entre 2015 e 2018, também muito resultado da tendência evidenciada pela aquisição de bens de capital, ativos financeiros e das outras despesas de capital, já que as outras componentes revelaram dinâmicas distintas.

Tabela 11 – Portugal, evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2018

Despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Despesas com o pessoal	2 451,02	2 365,02	2 089,39	2 255,92	2 227,37	2 216,48	2 252,15	2 320,05	2 446,93	-4,09	-0,2
Aquisição de bens e serviços	1 731,12	1 789,43	1 852,34	2 064,92	2 037,87	2 050,11	2 171,19	2 210,86	2 224,87	493,74	28,5
Juros e outros encargos	104,69	141,52	148,49	128,20	131,80	111,97	100,71	76,97	92,21	-12,48	-11,9
Transferências correntes	498,91	477,77	467,62	497,71	526,63	548,73	599,26	635,36	682,83	183,92	36,9
Subsídios	150,12	163,49	149,24	117,75	101,69	74,19	75,95	112,41	110,56	-39,56	-26,4
Outras despesas correntes	107,51	95,43	93,76	102,16	96,98	93,53	126,47	131,38	185,36	77,84	72,4
<b>Despesas correntes</b>	<b>5 043,38</b>	<b>5 032,64</b>	<b>4 800,84</b>	<b>5 166,66</b>	<b>5 122,34</b>	<b>5 095,01</b>	<b>5 325,72</b>	<b>5 487,04</b>	<b>5 742,75</b>	<b>699,37</b>	<b>13,9</b>
Aquisição bens de capital	1 782,32	1 670,16	1 555,58	1 603,31	1 140,33	1 175,92	1 053,64	1 473,76	1 483,22	-299,10	-16,8
Transferências de capital	377,10	335,18	284,57	280,29	221,48	204,46	247,60	286,55	231,55	-145,55	-38,6
Ativos financeiros	30,23	30,11	20,63	11,94	18,65	58,03	53,18	49,40	41,55	11,32	37,5
Passivos financeiros	570,85	615,02	890,33	639,34	679,16	666,16	751,82	737,33	775,41	204,56	35,8
Outras despesas de capital	67,89	37,05	55,15	26,57	36,75	28,72	34,46	25,20	84,61	16,72	24,6
<b>Despesas de capital</b>	<b>2 828,38</b>	<b>2 687,52</b>	<b>2 806,26</b>	<b>2 561,44</b>	<b>2 096,36</b>	<b>2 133,30</b>	<b>2 140,70</b>	<b>2 572,23</b>	<b>2 616,34</b>	<b>-212,04</b>	<b>-7,5</b>
<b>Despesa total Portugal</b>	<b>7 871,76</b>	<b>7 720,16</b>	<b>7 607,10</b>	<b>7 728,10</b>	<b>7 218,71</b>	<b>7 228,30</b>	<b>7 466,42</b>	<b>8 059,27</b>	<b>8 359,09</b>	<b>487,33</b>	<b>6,2</b>

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

Tabela 12 – RLVT, evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2018

Despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Despesas com o pessoal	879,11	843,34	737,01	809,31	791,12	793,62	810,63	839,65	884,64	5,53	0,6
Aquisição de bens e serviços	555,91	562,68	606,62	629,15	684,13	673,03	693,45	686,12	684,40	128,49	23,1
Juros e outros encargos	28,51	39,11	45,71	33,36	33,33	31,89	23,40	23,93	48,30	19,79	69,4
Transferências correntes	194,69	197,01	202,21	189,13	202,74	219,53	231,37	246,17	272,11	77,42	39,8
Subsídios	46,24	45,88	43,85	37,18	28,23	24,10	20,04	37,49	51,97	5,73	12,4
Outras despesas correntes	41,33	34,02	33,22	30,95	31,93	31,31	46,83	32,13	92,82	51,49	124,6
<b>Despesas correntes</b>	<b>1 745,79</b>	<b>1 722,05</b>	<b>1 668,62</b>	<b>1 729,07</b>	<b>1 771,48</b>	<b>1 773,48</b>	<b>1 825,73</b>	<b>1 865,49</b>	<b>2 034,24</b>	<b>288,45</b>	<b>16,5</b>
Aquisição bens de capital	427,18	356,49	349,80	339,26	285,98	282,28	332,76	451,03	463,29	36,11	8,5
Transferências de capital	91,92	71,39	60,49	55,20	62,02	54,05	78,78	81,68	65,45	-26,47	-28,8
Ativos financeiros	4,03	1,79	1,18	0,43	0,76	18,01	16,52	14,36	14,71	10,68	264,8
Passivos financeiros	177,24	221,06	501,35	199,09	237,46	210,54	239,74	196,58	169,66	-7,58	-4,3
Outras despesas de capital	57,84	24,95	45,16	13,35	15,49	11,75	6,26	6,57	71,27	13,42	23,2
<b>Despesas de capital</b>	<b>758,21</b>	<b>675,68</b>	<b>957,99</b>	<b>607,33</b>	<b>601,71</b>	<b>576,63</b>	<b>674,05</b>	<b>750,22</b>	<b>784,38</b>	<b>26,17</b>	<b>3,5</b>
<b>Despesa total RLVT</b>	<b>2 504,00</b>	<b>2 397,73</b>	<b>2 626,61</b>	<b>2 336,40</b>	<b>2 373,19</b>	<b>2 350,11</b>	<b>2 499,78</b>	<b>2 615,71</b>	<b>2 818,62</b>	<b>314,62</b>	<b>12,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

As quatro maiores aplicações de despesa municipal decorreram da despesa com o pessoal, da aquisição de bens e serviços, aquisição de bens de capital e passivos financeiros, tanto no País quanto na Região.

No período em análise a média anual das despesas municipais, respetivamente no País e na Região, foi:

- Despesas com o pessoal - 2.291,59 M€ e 820,94 M€, com valores máximos registados em 2010 no caso nacional (2.451,02 M€) e de 884,64 M€, registados na RLVT em 2018;
- Aquisição de bens e serviços - 2.014,75 M€ e 641,72 M€, valores máximos registados no País em 2018 (2.224,87 M€) e na RLVT, em 2016 (693,45 M€);
- Aquisição de bens de capital - 1.437,58 M€ e 365,34 M€, valores máximos registados no País em 2010 (1.782,32 M€) e na RLVT, em 2018 (463,29 M€);
- Passivos financeiros - 702,82 M€ e 239,19 M€, com valores máximos registados em 2012, de 890,33 M€ e 501,35 M€.

O aumento do total de despesas municipais, ao longo do período em análise, não se verificou em todas as componentes. Assim, em Portugal

- Aumentaram os valores de despesas pagas com a aquisição de bens e serviços (+28,5%), transferências correntes para outras entidades (+36,9%), outras

despesas correntes (+72,4%), ativos financeiros (+37,5%), passivos financeiros (+35,8%) e outras despesas de capital (+24,6%);

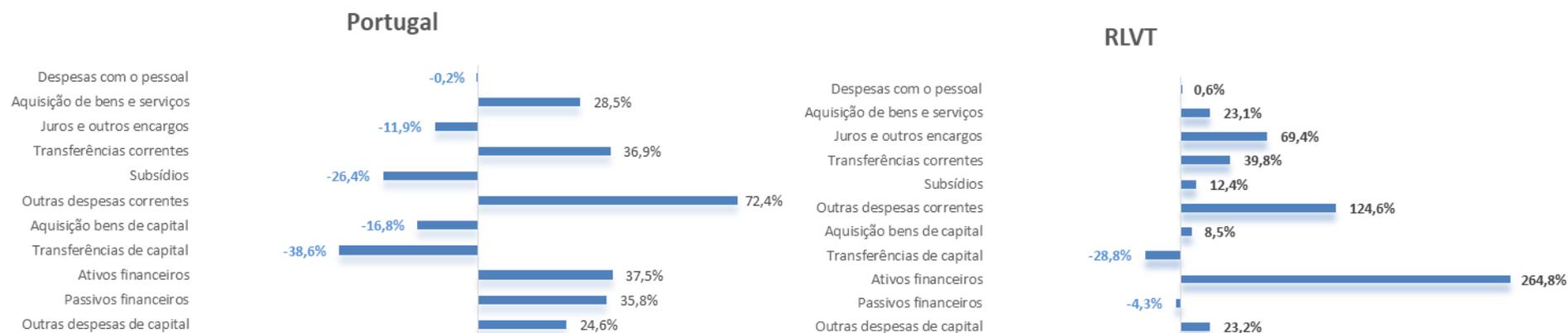
- Diminuíram as despesas pagas pelos municípios com o pessoal (-0,2%), juros e outros encargos (-11,9%), subsídios (-26,4%), aquisição de bens de capital (-16,8%) e transferências de capital (-38,6%).

Na RLVT, comparando as despesas municipais de 2010 e de 2018, constata-se:

- O aumento dos valores de despesas pagas com o pessoal (+0,6%), com a aquisição de bens e serviços (+23,1%), juros e outros encargos (+69,4%), transferências correntes para outras entidades (+39,8%), subsídios (+12,4%), outras despesas correntes (+124,6%), aquisição de bens de capital (+8,5%), ativos financeiros (+264,8%) e outras despesas de capital (+23,2%);
- Diminuíram as despesas realizadas pelos municípios com as transferências de capital (-28,8%) e passivos financeiros (-4,3%).

Verificando-se dinâmicas algo distintas entre o conjunto dos municípios portugueses e os pertencentes à RLVT, destaque para a evolução diferente da aquisição de bens de capital que subiu na RLVT e, no caso dos passivos financeiros, a descida nesta mesma região.

Gráfico 12 – Variação da despesa municipal, por natureza económica – 2010/2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 2.1.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS

Agregando as despesas municipais por tipologia constatam-se tendências de subidas e descidas genéricas evolutivas predominantemente semelhantes, por parte do conjunto dos municípios da RLVT e do seu enquadramento à escala nacional.

No entanto, merece algum destaque as seguintes tendências em particular:

Comparando os anos de início e fim do período em análise, verificou-se que a despesa subiu em todos os grandes agregados de despesa, na RLVT, ou seja nas despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes e subsídios, investimento direto e indireto, serviço de dívida e outras despesas.

Já no caso nacional o investimento direto e indireto desceu, relevando-se também uma ligeira queda nos gastos em pessoal, entre 2010 e 2018.

**Tabela 13 – Portugal, evolução da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2018**

Despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Despesas com o pessoal	2 451,02	2 365,02	2 089,39	2 255,92	2 227,37	2 216,48	2 252,15	2 320,05	2 446,93	-4,09	-0,2
Aquisição de bens e serviços	1 731,12	1 789,43	1 852,34	2 064,92	2 037,87	2 050,11	2 171,19	2 210,86	2 224,87	493,74	28,5
Transferências correntes e subsídios	649,03	641,26	616,86	615,46	628,32	622,92	675,21	747,77	793,39	144,36	22,2
Investimento direto e indireto	2 159,42	2 005,34	1 840,16	1 883,59	1 361,81	1 380,38	1 301,24	1 760,30	1 714,78	-444,64	-20,6
Serviço de dívida	675,54	756,54	1 038,82	767,54	810,96	778,13	852,53	814,29	867,61	192,07	28,4
Outras despesas	205,63	162,58	169,53	140,67	152,38	180,29	214,10	205,98	311,52	105,89	51,5
<b>Despesa total Portugal</b>	<b>7 871,76</b>	<b>7 720,16</b>	<b>7 607,10</b>	<b>7 728,10</b>	<b>7 218,71</b>	<b>7 228,30</b>	<b>7 466,42</b>	<b>8 059,27</b>	<b>8 359,09</b>	<b>487,33</b>	<b>6,2</b>

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

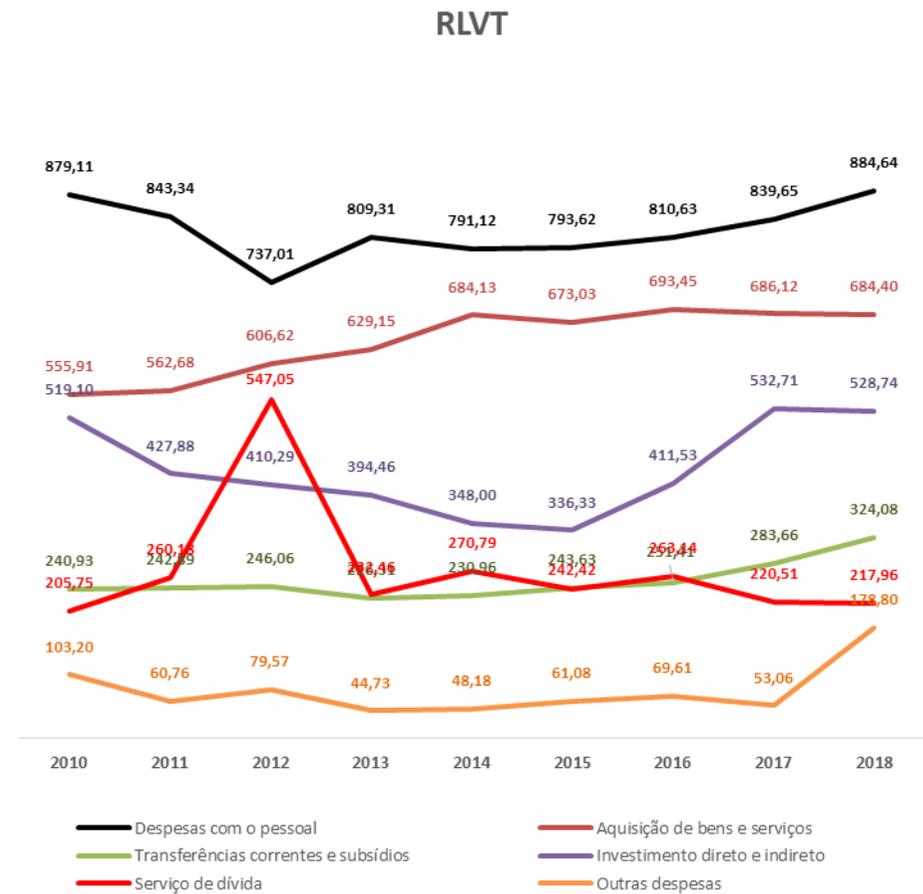
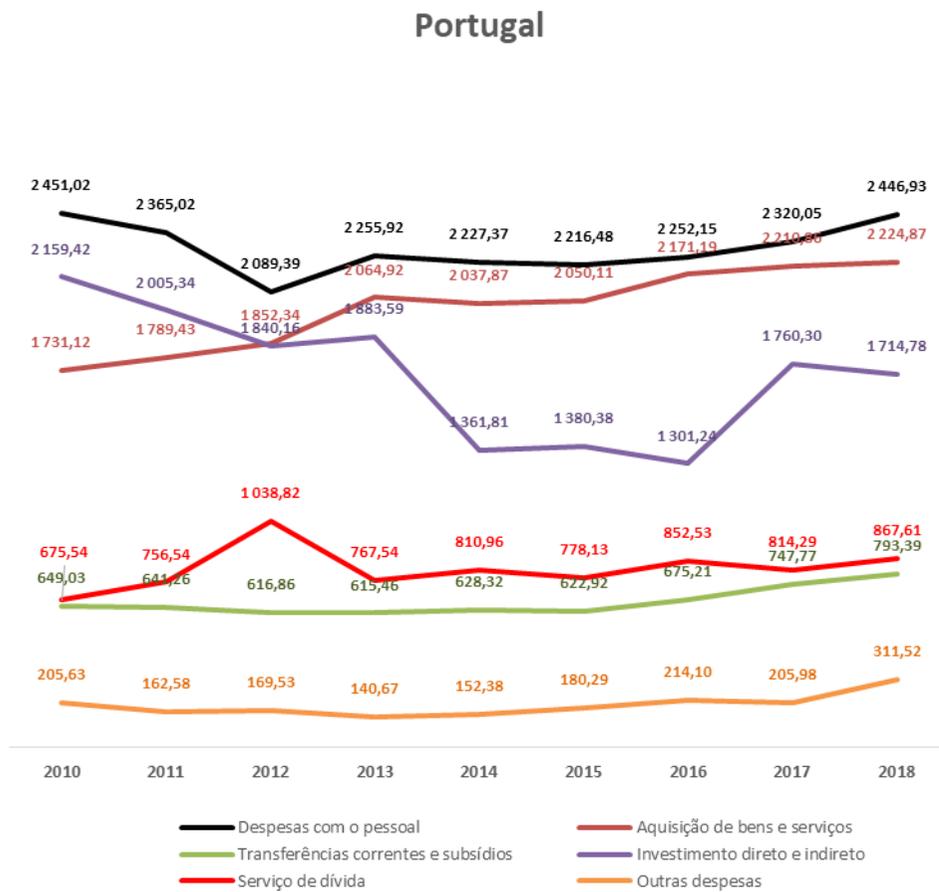
**Tabela 14 – RLVT, evolução da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2018**

Despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Despesas com o pessoal	879,11	843,34	737,01	809,31	791,12	793,62	810,63	839,65	884,64	5,53	0,6
Aquisição de bens e serviços	555,91	562,68	606,62	629,15	684,13	673,03	693,45	686,12	684,40	128,49	23,1
Transferências correntes e subsídios	240,93	242,89	246,06	226,31	230,96	243,63	251,41	283,66	324,08	83,15	34,5
Investimento direto e indireto	519,10	427,88	410,29	394,46	348,00	336,33	411,53	532,71	528,74	9,64	1,9
Serviço de dívida	205,75	260,18	547,05	232,46	270,79	242,42	263,14	220,51	217,96	12,21	5,9
Outras despesas	103,20	60,76	79,57	44,73	48,18	61,08	69,61	53,06	178,80	75,60	73,3
<b>Despesa total RLVT</b>	<b>2 504,00</b>	<b>2 397,73</b>	<b>2 626,61</b>	<b>2 336,40</b>	<b>2 373,19</b>	<b>2 350,11</b>	<b>2 499,78</b>	<b>2 615,71</b>	<b>2 818,62</b>	<b>314,62</b>	<b>12,6</b>

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 13 – Evolução da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL

### 2.2.1 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA

Analisando a estrutura da despesa municipal e a forma evolutiva como o peso dos seus agregados foram tendo mais ou menos relevância chegamos à conclusão da predominância do peso das despesas correntes na gestão financeira dos municípios portugueses.

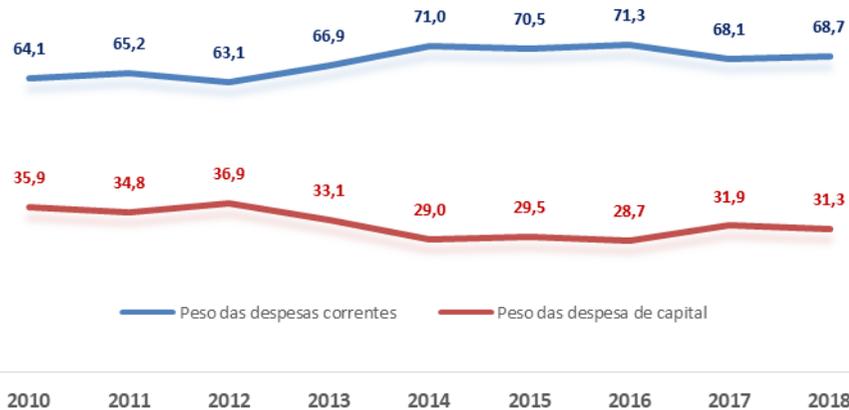
A média anual do peso das despesas correntes, durante o período de 2010 a 2018, foi de 67,6% para o País e de 71,7% para a RLVT.

A evolução do peso das despesas correntes não foi no entanto linear, evidenciando-se o peso mais baixo em 2012 (63,1% no País e 63,5%, na RLVT), ano em que o peso das despesas de capital registou o seu pico mais alto.

Gráfico 14 – Evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2018

Unidade: %

#### Portugal



#### RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 15 – Portugal, evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2018

Peso na despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Unidade: %
										Varição 2010-2018
Despesas com o pessoal	31,1	30,6	27,5	29,2	30,9	30,7	30,2	28,8	29,3	-6,0
Aquisição de bens e serviços	22,0	23,2	24,4	26,7	28,2	28,4	29,1	27,4	26,6	21,0
Juros e outros encargos	1,3	1,8	2,0	1,7	1,8	1,5	1,3	1,0	1,1	-17,1
Transferências correntes	6,3	6,2	6,1	6,4	7,3	7,6	8,0	7,9	8,2	28,9
Subsídios	1,9	2,1	2,0	1,5	1,4	1,0	1,0	1,4	1,3	-30,6
Outras despesas correntes	1,4	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,7	1,6	2,2	62,4
<b>Despesas correntes</b>	<b>64,1</b>	<b>65,2</b>	<b>63,1</b>	<b>66,9</b>	<b>71,0</b>	<b>70,5</b>	<b>71,3</b>	<b>68,1</b>	<b>68,7</b>	<b>7,2</b>
Aquisição bens de capital	22,6	21,6	20,4	20,7	15,8	16,3	14,1	18,3	17,7	-21,6
Transferências de capital	4,8	4,3	3,7	3,6	3,1	2,8	3,3	3,6	2,8	-42,2
Ativos financeiros	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,8	0,7	0,6	0,5	29,4
Passivos financeiros	7,3	8,0	11,7	8,3	9,4	9,2	10,1	9,1	9,3	27,9
Outras despesas de capital	0,9	0,5	0,7	0,3	0,5	0,4	0,5	0,3	1,0	17,4
<b>Despesas de capital</b>	<b>35,9</b>	<b>34,8</b>	<b>36,9</b>	<b>33,1</b>	<b>29,0</b>	<b>29,5</b>	<b>28,7</b>	<b>31,9</b>	<b>31,3</b>	<b>-12,9</b>
<b>Despesa total Portugal</b>	<b>100,0</b>									

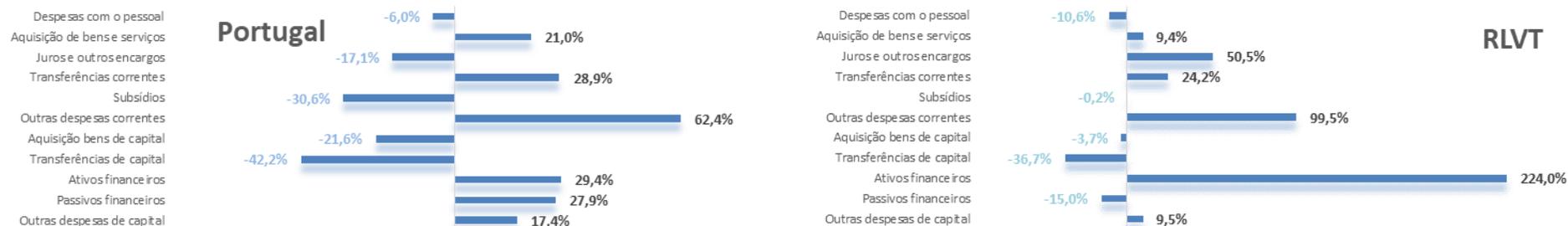
Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

Tabela 16 – RLVT, evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2010 a 2018

Peso na despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Unidade: %
										Varição 2010-2018
Despesas com o pessoal	35,1	35,2	28,1	34,6	33,3	33,8	32,4	32,1	31,4	-10,6
Aquisição de bens e serviços	22,2	23,5	23,1	26,9	28,8	28,6	27,7	26,2	24,3	9,4
Juros e outros encargos	1,1	1,6	1,7	1,4	1,4	1,4	0,9	0,9	1,7	50,5
Transferências correntes	7,8	8,2	7,7	8,1	8,5	9,3	9,3	9,4	9,7	24,2
Subsídios	1,8	1,9	1,7	1,6	1,2	1,0	0,8	1,4	1,8	-0,2
Outras despesas correntes	1,7	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,9	1,2	3,3	99,5
<b>Despesas correntes</b>	<b>69,7</b>	<b>71,8</b>	<b>63,5</b>	<b>74,0</b>	<b>74,6</b>	<b>75,5</b>	<b>73,0</b>	<b>71,3</b>	<b>72,2</b>	<b>3,5</b>
Aquisição bens de capital	17,1	14,9	13,3	14,5	12,1	12,0	13,3	17,2	16,4	-3,7
Transferências de capital	3,7	3,0	2,3	2,4	2,6	2,3	3,2	3,1	2,3	-36,7
Ativos financeiros	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,8	0,7	0,5	0,5	224,0
Passivos financeiros	7,1	9,2	19,1	8,5	10,0	9,0	9,6	7,5	6,0	-15,0
Outras despesas de capital	2,3	1,0	1,7	0,6	0,7	0,5	0,3	0,3	2,5	9,5
<b>Despesas de capital</b>	<b>30,3</b>	<b>28,2</b>	<b>36,5</b>	<b>26,0</b>	<b>25,4</b>	<b>24,5</b>	<b>27,0</b>	<b>28,7</b>	<b>27,8</b>	<b>-8,1</b>
<b>Despesa total RLVT</b>	<b>100,0</b>									

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 15 – Variação do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2010/2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 2.2.2 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS

Ao observar-se o peso dos seguintes agregados de despesa, afere-se:

No conjunto dos municípios portugueses o peso das despesas com o pessoal no total de despesas municipais variou entre os 27,5% (ocorrido no ano de 2012) e os 31,1%, registados em 2010. Se considerarmos apenas os 52 municípios da RLVT a fatia dos gastos com o pessoal variou entre 28,1%, em 2012, e 35,2% registado em 2010.

O peso dos gastos com a aquisição de bens e serviços, segundo maior agregado de despesa, apresentou uma evolução predominantemente crescente entre 2010 e 2016, variando o intervalo de registos entre os 22,0% gastos em 2010 e os 29,1% registados em 2016, no conjunto dos municípios portugueses. Se considerarmos apenas os municípios da RLVT o peso destas despesas variou entre 22,2%, também em 2010, e o peso de 28,8% registado em 2014.

O peso do agregado formado pelo conjunto de transferências correntes recebidas e subsídios, predominantemente crescente ao longo do período, variou entre os 8,0% em 2013 e os 9,5% em 2018, no País, e entre os 9,4% em 2012 e os 11,5% em 2018 na RLVT.

No caso do peso do investimento, direto e indireto, agregado que se posicionou na terceira maior aplicação de despesas, apesar da irregularidade evolutiva, evidencia uma genérica tendência de queda, em Portugal e na RLVT, registando-se o maior peso em 2010, 27,4% e 20,7%, respetivamente, e o menor peso em 2016, no país (17,4%) e em 2015 na Região (14,3%).

Relativamente ao peso do serviço de dívida no total das despesas pagas (agregado composto pelos juros e outros encargos financeiros bem como amortização de empréstimos de curto prazo e médio e longo prazo), foi mais alto em 2012 (13,7% no País e 20,8% na RLVT), e mais baixo em 2010 (8,6%) no universo dos municípios portugueses, e em 2018 (7,7%) no conjunto dos municípios da Região.

**Tabela 17 – Portugal, evolução do peso da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2018**

Peso na despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018
Despesas com o pessoal	31,1	30,6	27,5	29,2	30,9	30,7	30,2	28,8	29,3	-6,0
Aquisição de bens e serviços	22,0	23,2	24,4	26,7	28,2	28,4	29,1	27,4	26,6	21,0
Transferências correntes e subsídios	8,2	8,3	8,1	8,0	8,7	8,6	9,0	9,3	9,5	15,1
Investimento direto e indireto	27,4	26,0	24,2	24,4	18,9	19,1	17,4	21,8	20,5	-25,2
Serviço de dívida	8,6	9,8	13,7	9,9	11,2	10,8	11,4	10,1	10,4	20,9
Outras despesas	2,6	2,1	2,2	1,8	2,1	2,5	2,9	2,6	3,7	42,7
<b>Despesa total Portugal</b>	<b>100,0</b>									

Fonte: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais.

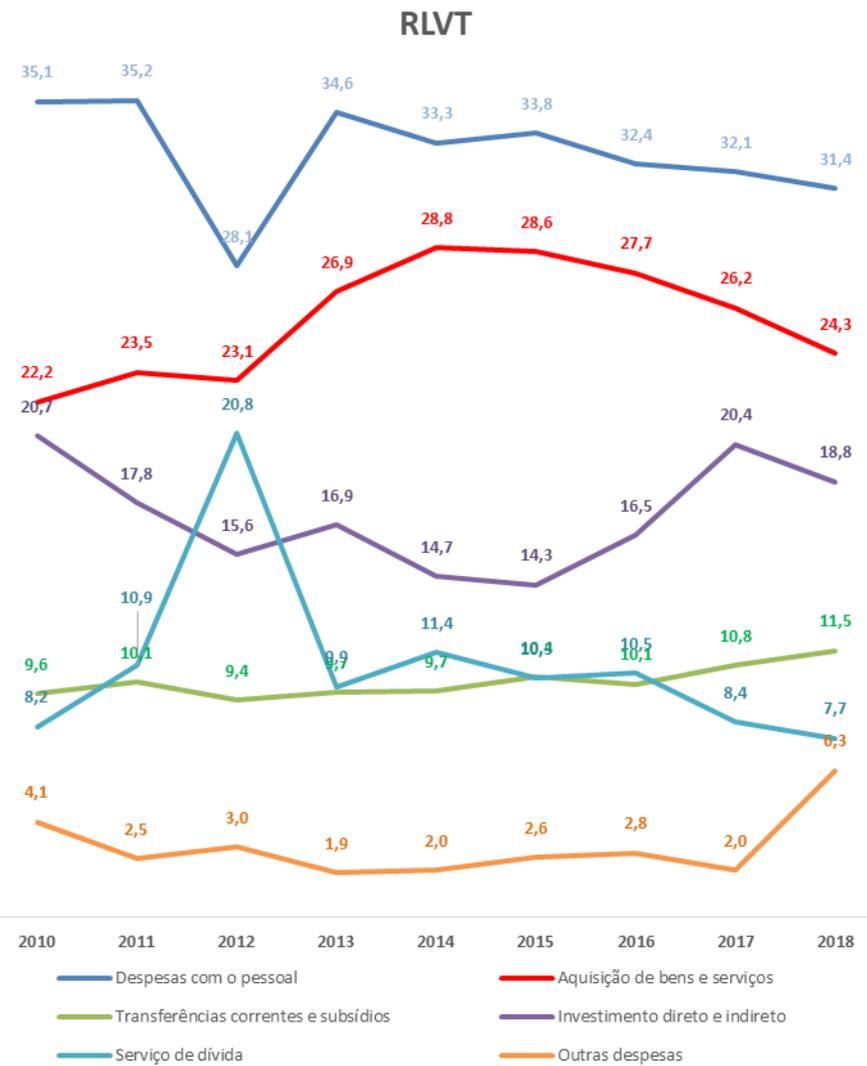
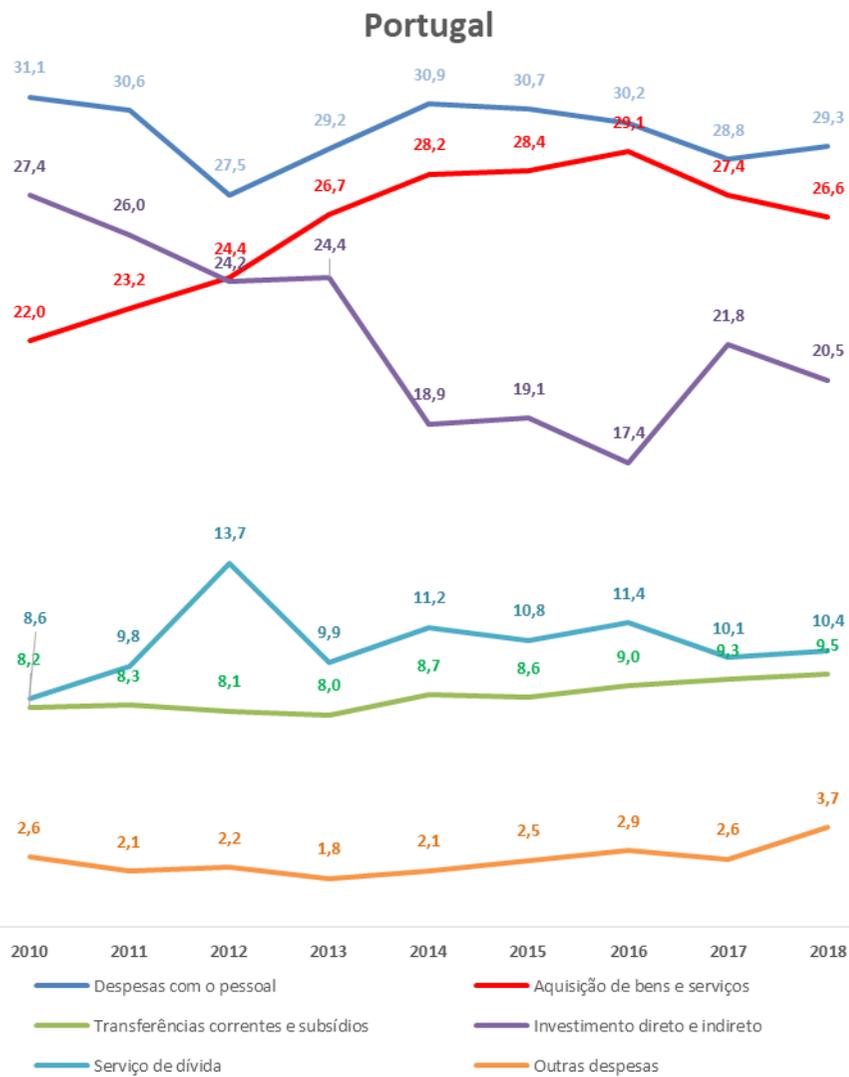
**Tabela 18 – RLVT, evolução do peso da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2018**

Peso na despesa municipal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018
Despesas com o pessoal	35,1	35,2	28,1	34,6	33,3	33,8	32,4	32,1	31,4	-10,6
Aquisição de bens e serviços	22,2	23,5	23,1	26,9	28,8	28,6	27,7	26,2	24,3	9,4
Transferências correntes e subsídios	9,6	10,1	9,4	9,7	9,7	10,4	10,1	10,8	11,5	19,5
Investimento direto e indireto	20,7	17,8	15,6	16,9	14,7	14,3	16,5	20,4	18,8	-9,5
Serviço de dívida	8,2	10,9	20,8	9,9	11,4	10,3	10,5	8,4	7,7	-5,9
Outras despesas	4,1	2,5	3,0	1,9	2,0	2,6	2,8	2,0	6,3	53,9
<b>Despesa total RLVT</b>	<b>100,00</b>									

Fonte: Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 16 – Evolução da estrutura da despesa municipal, por grandes agregados – 2010 a 2018

Unidade: %



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

### 3 – INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA – 2010 A 2018

#### 3.1 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL

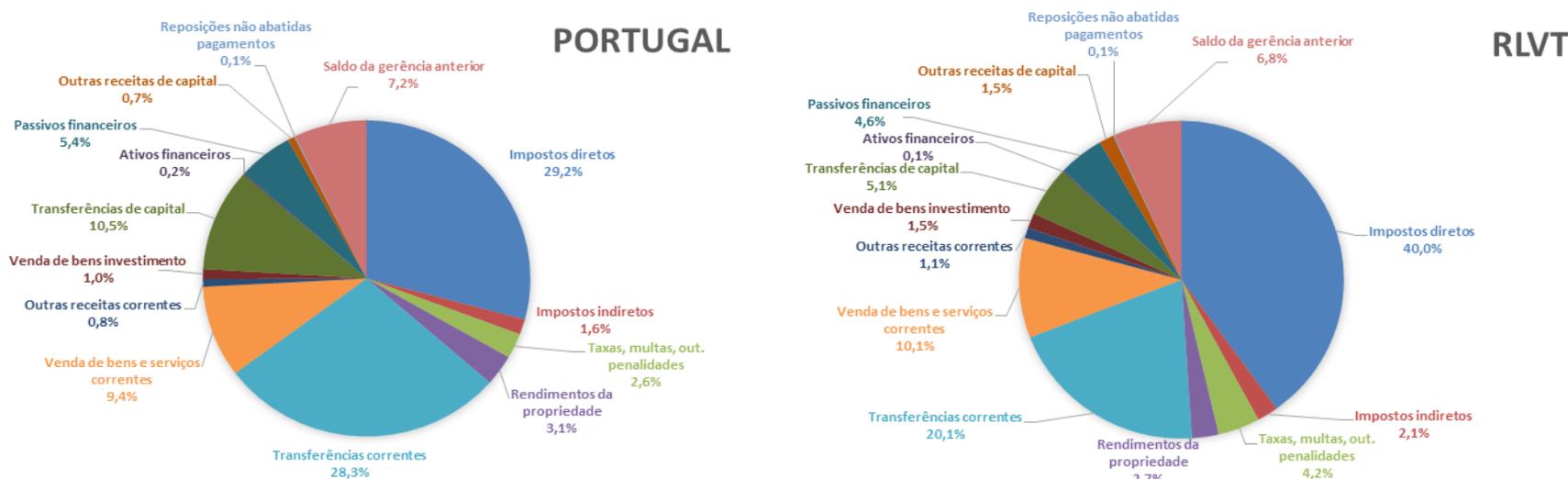
O gráfico seguinte evidencia a composição das receitas municipais, por natureza económica, somatório das receitas geradas anualmente, entre 2010 e 2018, pelo conjunto dos municípios portugueses versus receitas geradas pelos municípios da RLVT. Como se verifica a composição da receita é muito semelhante entre os dois universos, resultado da “influência” que o peso financeiro e económico dos municípios da RLVT exerce no todo do País e também devido ao enquadramento legal comum associado à autonomia local.

Destaque para o facto de o peso dos impostos diretos ser significativamente maior na RLVT - 40,0% do total de receitas municipais, sendo esse peso de 29,2% no País.

Já o conjunto das transferências correntes recebidas, essencialmente do Orçamento de Estado, registam um maior peso no caso do universo global dos municípios portugueses (28,3 % versus 20,1%), revelando-se semelhante tendência nas transferências de capital recebidas, essencialmente oriundas do Orçamento de Estado e Fundos Comunitários (10,5% no País e 5,1% na Região)<sup>15</sup>.

O peso das receitas arrecadadas através do saldo da gerência anterior rondou os 7% e o dos passivos financeiros foi de cerca de 5%, para os dois universos.

Gráfico 17 – Composição da receita total municipal – 2010/2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

<sup>15</sup> REFIRA-SE QUE DEVIDO AOS CRITÉRIOS DEFINIDOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DO OE PELAS LEIS DAS FINANÇAS LOCAIS E LEIS ANUAIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO, HÁ MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA QUE NÃO RECEBEM A COMPONENTE RELATIVA AO FEF (LISBOA DESDE 2010, CASCAIS DESDE 2011 E OEIRAS DESDE 2012). ACRESCE-SE QUE RELATIVAMENTE À RLVT AS NUTIII QUE A COMPÕEM NÃO TÊM TODAS A MESMA CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELO EUROSAT RELATIVAMENTE AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DAS REGIÕES

(AML É CONSIDERA COMO REGIÃO MAIS DESENVOLVIDA, ENQUANTO QUE AS RESTANTES SE ENCONTRAM CLASSIFICADAS COMO REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS), O QUE TEM IMPACTO NO ACESSO AOS FUNDOS ESTRUTURAIS E CONSEQUENTEMENTE NAS TRANSFERÊNCIAS DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS.

### 3.2 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL

A forma como foram aplicadas as fontes de financiamento municipais, tendo por base o horizonte temporal em estudo, revela-se também genericamente idêntica, quando comparados os dois universos em análise neste trabalho.

As despesas com o pessoal absorvem quase 1/3 dos gastos (29,8% no País e 32,8% na RLVT, peso algo superior) e a aquisição de bens e serviços representa 1/4 do total de despesas municipais (26,2% no País e 25,6% na RLVT).

Ao nível das transferências efetuadas para outras entidades a “balança” pende ligeiramente mais para o conjunto dos municípios da RLVT (peso de 11,5% versus peso

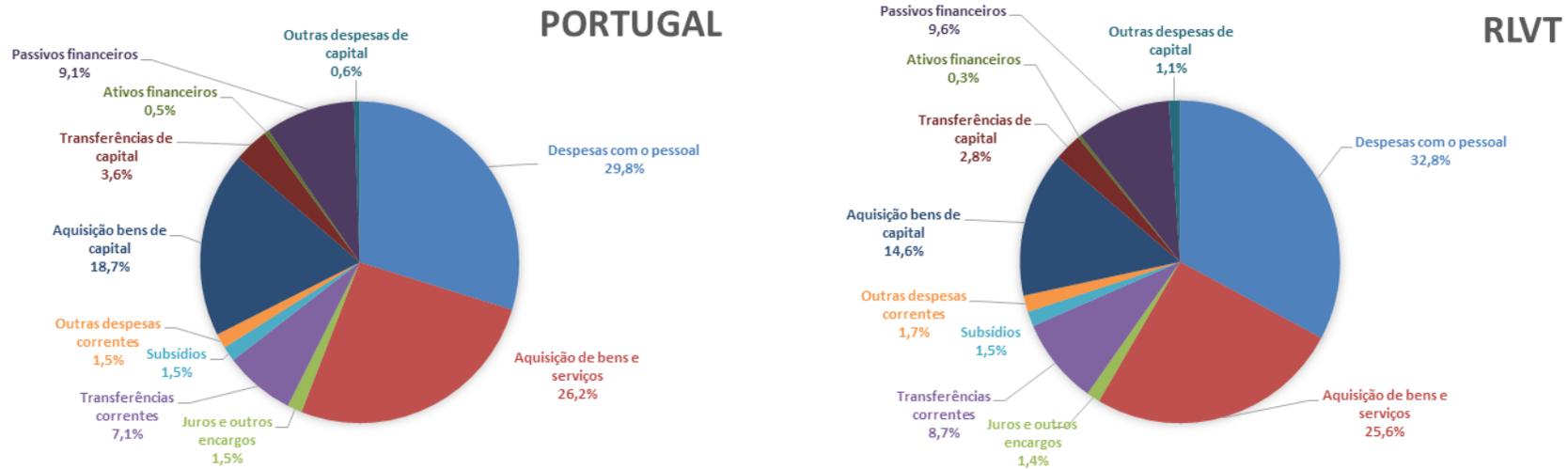
de 10,7% no País), acontecendo o oposto com a aquisição de bens de capital, direcionada para o investimento direto, peso de 18,7% no País e de 14,6% na Região.

O peso dos passivos financeiros, isto é dos gastos ocorridos com a amortização de empréstimos, ronda os 9,1% no País e os 9,6% na Região.

Adicionando os juros e outros encargos pagos, também durante a totalidade do período de 2010 a 2018, devido ao recurso ao crédito, refletem-se gastos com o serviço de dívida que no caso português representaram 10,6% do total de despesas municipais, sendo de 11,0% no caso da RLVT.

Gráfico 18 – Composição da despesa total municipal – 2010/2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

### 3.3 – INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Este rácio relaciona as receitas próprias com as receitas totais. Considera-se haver independência financeira quando este rácio for superior a pelo menos 50%.

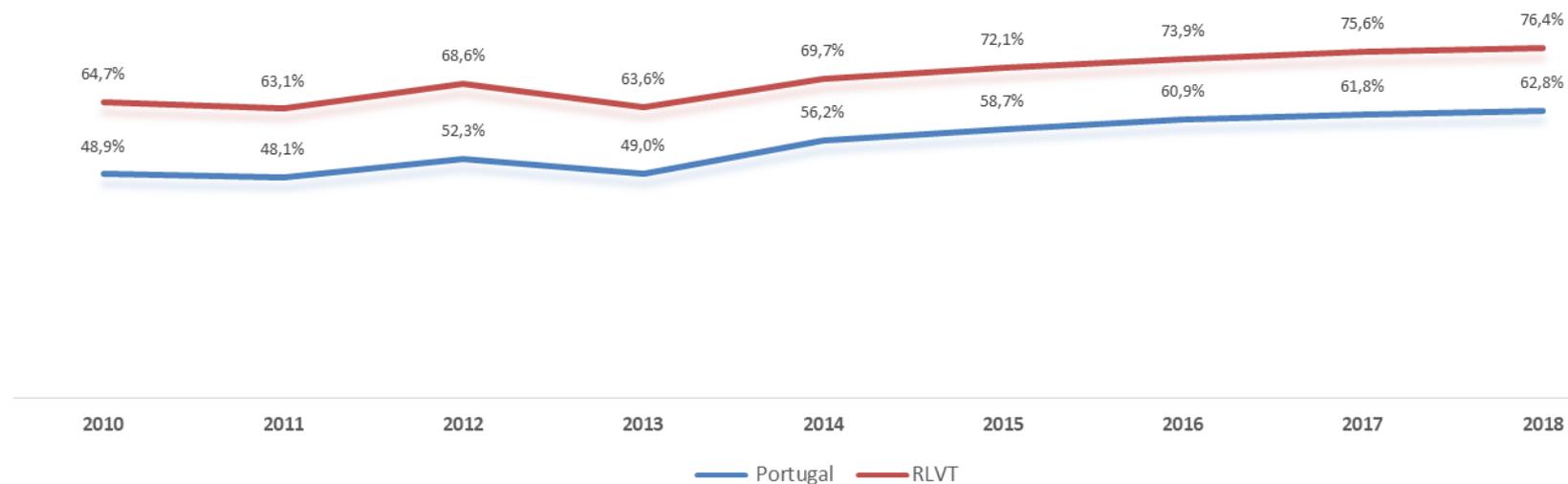
O gráfico seguinte evidencia a tendência evolutiva, predominantemente crescente, comum entre os dois universos de municípios, sendo que o rácio de independência financeira refletiu descidas em 2011 e 2013.

Ainda assim, a linha evolutiva revelada pelos municípios da RLVT, quase que paralela à do conjunto de municípios portugueses, revelou sempre melhores rácios de

independência financeira, sempre acima dos 50% ao longo do período em apreço, variando entre os 63,1% (2011) e os 76,4%, melhor rácio revelado no ano de 2018.

No caso do conjunto dos municípios portugueses, com exceção de 2012, o rácio de independência financeira só se revelou positivo (maior que 50%) a partir de 2014, variando entre os 48,1% ocorrido em 2011 e os 62,8% registados em 2018.

Gráfico 19 – Evolução do índice de independência financeira – 2010 a 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

### 3.4 – POUPANÇA CORRENTE

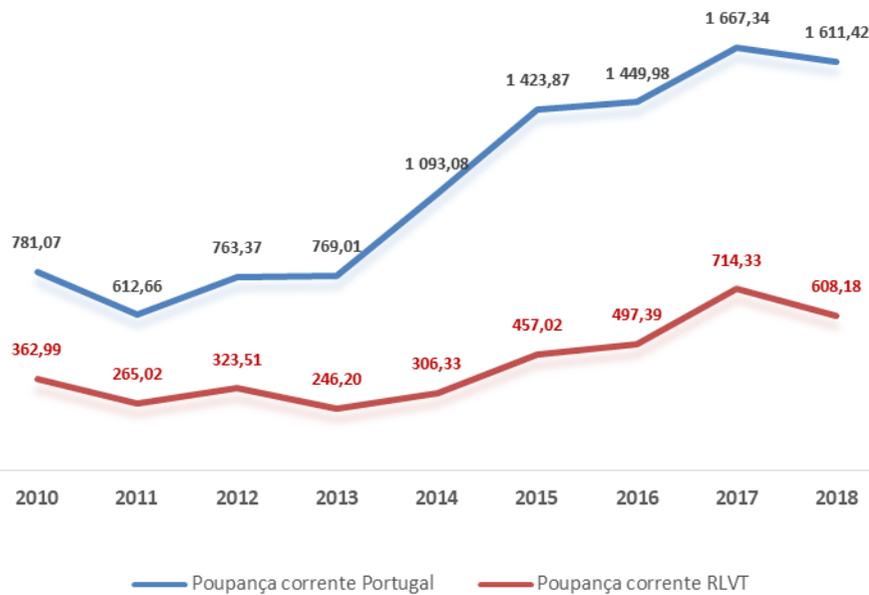
Este rácio caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir, podendo ser medido em valores absolutos ou em valores percentuais, neste caso medindo a proporção das receitas correntes face ao valor pago de despesas correntes, resultando a % de excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes.

Constata-se que tanto no conjunto dos municípios portugueses, quanto em particular no grupo de municípios da RLVT uma tendência crescente da poupança corrente, com descidas pontuais em 2011 e 2018 (também em 2013 no caso da RLVT).

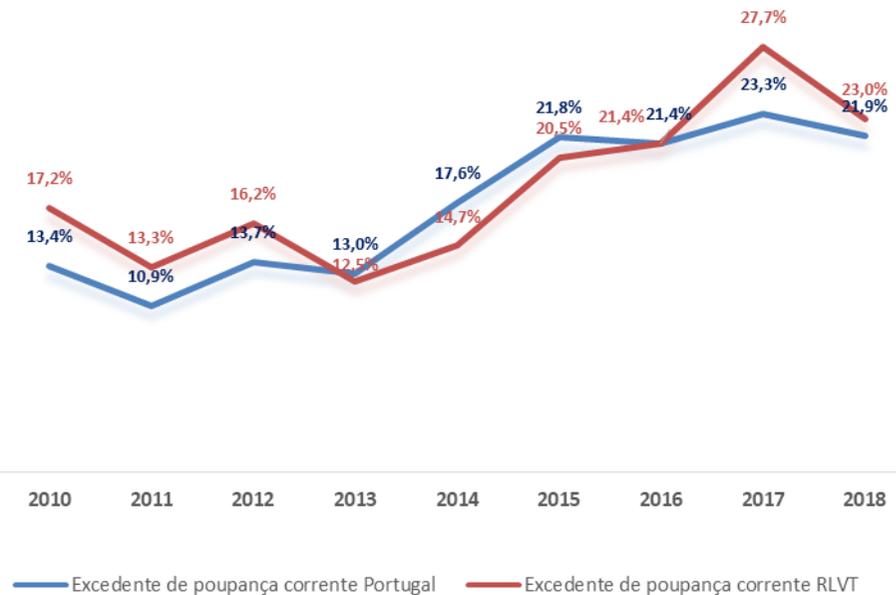
O excedente de poupança corrente foi superior no País entre 2013 e 2015, variando entre os 13,0% e os 21,8%. Já na Região a capacidade de gerar poupança corrente foi maior entre 2010 e 2013 (apesar das descidas e subidas anuais alternadas) e entre 2017 e 2018, apesar da descida de 27,7% para 23,0%. Em 2016 o excedente de poupança corrente foi semelhante nos dois universos em estudo (21,4%).

O melhor rácio no País e na Região aconteceu em 2017, respetivamente excedente de 23,3% e de 27,7%.

Gráfico 20 – Evolução da poupança corrente – 2010 a 2018



Unidade: M€, %



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## CAPÍTULO II. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL – O PAÍS E A RLVT

### 4 – ANÁLISE EVOLUTIVA DO BALANÇO – 2010 A 2018

O Balanço é um dos principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial e reflete a posição económica e financeira das autarquias locais, designadamente dos municípios, num determinado momento.

Esta demonstração financeira é composta pelo ativo, passivo e fundos próprios, que representam respetivamente, as aplicações dos fundos (ativo) e as origens dos fundos (passivo e fundos próprios).

O POCAL define vários princípios contabilísticos fundamentais para a compreensão da informação constante do Balanço, dos quais se podem destacar:

- Princípio da especialização (ou do acréscimo), em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;
- Princípio do custo histórico, segundo o qual os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;

- Princípio da continuidade, de acordo com o qual se considera que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;
- Princípio da não compensação, que determina que os elementos das rubricas do ativo e do passivo são apresentados em separado, não podendo ser compensados<sup>16</sup>.

O cumprimento dos princípios contabilísticos é essencial para garantir rigor e comparabilidade na informação contabilística por parte dos *stakeholders*, sejam eles as entidades que acompanham e controlam a contabilidade autárquica, como o Tribunal de Contas, ou os cidadãos em geral.

Os municípios estão obrigados a apresentar, em sede de prestação de contas, um Balanço.

A análise assenta nos elementos que constituem a estrutura dos balanços aprovados pelos respetivos órgãos autárquicos, entre 2010 e 2018.

<sup>16</sup> Os PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS CONSTAM DO PONTO 3.2 - PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS DO POCAL.

## 4.1 – ATIVO

Da análise das componentes do ativo, entre 2010 e 2018, salientam-se os seguintes aspetos:

- O ativo líquido aumentou +1.689,86 M€, correspondente a uma variação de +4,2%, no conjunto dos municípios portugueses, sendo que +359,78 M€ (+2,9%) foram registados pelos municípios da RLVT, revelando uma tendência genericamente crescente;
- O ativo líquido municipal em Portugal ascendeu, a 31 de dezembro de 2018, aos 41.548,99 M€ dos quais 12.568,26 M€ foram registados pelos municípios da RLVT;
- Tanto no País quanto na RLVT se verificou um aumento em todas as componentes dos seus ativos, entre 2010 e 2018, à exceção das existências, contas a receber e custos diferidos;
- No País, entre 2010 e 2018, o ativo imobilizado representou sempre mais de 90% do ativo bruto, embora com tendência de queda (95% versus 92,3%). Na Região a tendência de queda foi maior, passando de um peso de 93,2% em 2010 para 88,4%, em 2018;
- O imobilizado corpóreo, maior componente do ativo imobilizado, representou um peso médio anual no ativo bruto de 46,7% no País e 52,8% na Região, superando o peso médio dos bens do domínio público (43,0% e 33,5%, respetivamente), ambos revelando decidas no seu peso entre 2010 e 2018;
- As contas a receber, que representaram em média 2,2% e 3,4% do ativo bruto, respetivamente no País e na RLVT, desceram significativamente, correspondente a um menor volume de dívidas aos municípios;
- O saldo de depósitos em instituições financeiras e caixa em 31 de dezembro tem vindo a crescer de forma contínua - valor médio de 2,1% (País) e 2,8% (RLVT) no período em análise, atingindo em 2018 um peso no ativo bruto de 3,4% (País) e 5,0% (RLVT). O aumento, em termos absolutos foi significativo, +1.538,56 M€ (País) e +641,97 M€ (RLVT);
- As amortizações acumuladas no final de cada exercício foram sempre crescentes (+11.160,79 M€ no País e +2.486,40 M€ na Região), justificado pelo imobilizado bruto e pelo envelhecimento natural dos equipamentos.

Tabela 19 – Portugal, evolução do ativo nos municípios – 2010 a 2018

Ativos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Unidade: M€	
										Varição 2010-2018 M€	%
Ativo imobilizado bruto	47 655,68	49 006,15	50 012,57	51 670,66	52 543,58	54 246,76	55 197,41	56 873,25	58 281,48	10 625,80	22,3
<i>Bens do domínio público</i>	21 884,20	22 882,23	23 148,20	23 840,53	23 950,71	24 637,88	25 225,76	26 056,45	26 785,72	4 901,52	22,4
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	227,32	253,75	272,59	281,94	295,48	334,72	348,92	362,59	354,38	127,06	55,9
<i>Imobilizado corpóreo</i>	23 858,03	24 055,39	24 784,47	25 699,24	26 435,82	27 279,45	27 590,76	28 254,77	29 068,38	5 210,35	21,8
<i>Investimentos financeiros</i>	1 686,12	1 814,77	1 807,31	1 848,95	1 861,57	1 994,71	2 031,98	2 140,11	2 072,99	386,87	22,9
Existências	121,79	137,96	131,87	112,72	104,26	101,98	105,11	105,52	105,26	-16,52	-13,6
Contas a receber	1 221,10	1 330,69	1 250,01	1 431,73	1 298,87	1 275,30	1 214,63	1 068,23	1 019,19	-201,91	-16,5
Títulos negociáveis	13,65	15,55	15,72	9,33	6,86	6,70	9,94	16,56	23,06	9,41	68,9
Depósitos em instituições financeiras e caixa	597,06	667,69	762,26	876,64	1 019,63	1 329,30	1 624,00	1 916,63	2 135,62	1 538,56	257,7
Acréscimo de proveitos	410,24	479,29	567,55	720,97	1 053,52	1 136,68	1 433,35	1 429,47	1 549,56	1 139,32	277,7
Custos diferidos	128,60	104,74	85,83	57,61	61,89	40,08	49,55	55,21	48,25	-80,36	-62,5
<b>Total ativo bruto</b>	<b>50 148,12</b>	<b>51 742,07</b>	<b>52 825,81</b>	<b>54 879,66</b>	<b>56 088,61</b>	<b>58 136,79</b>	<b>59 634,00</b>	<b>61 464,87</b>	<b>63 162,42</b>	<b>13 014,30</b>	<b>26,0</b>
Amortizações	10 006,25	11 175,75	12 440,30	13 746,23	15 217,61	16 602,86	18 145,94	19 601,59	21 167,04	11 160,79	111,5
Provisões	282,33	316,16	317,89	367,51	491,84	490,77	504,09	446,75	446,40	164,06	58,1
<b>Total ativo líquido Portugal</b>	<b>39 859,13</b>	<b>40 249,73</b>	<b>40 067,16</b>	<b>40 765,45</b>	<b>40 378,97</b>	<b>41 042,97</b>	<b>40 983,96</b>	<b>41 269,80</b>	<b>41 548,99</b>	<b>1 689,86</b>	<b>4,2</b>

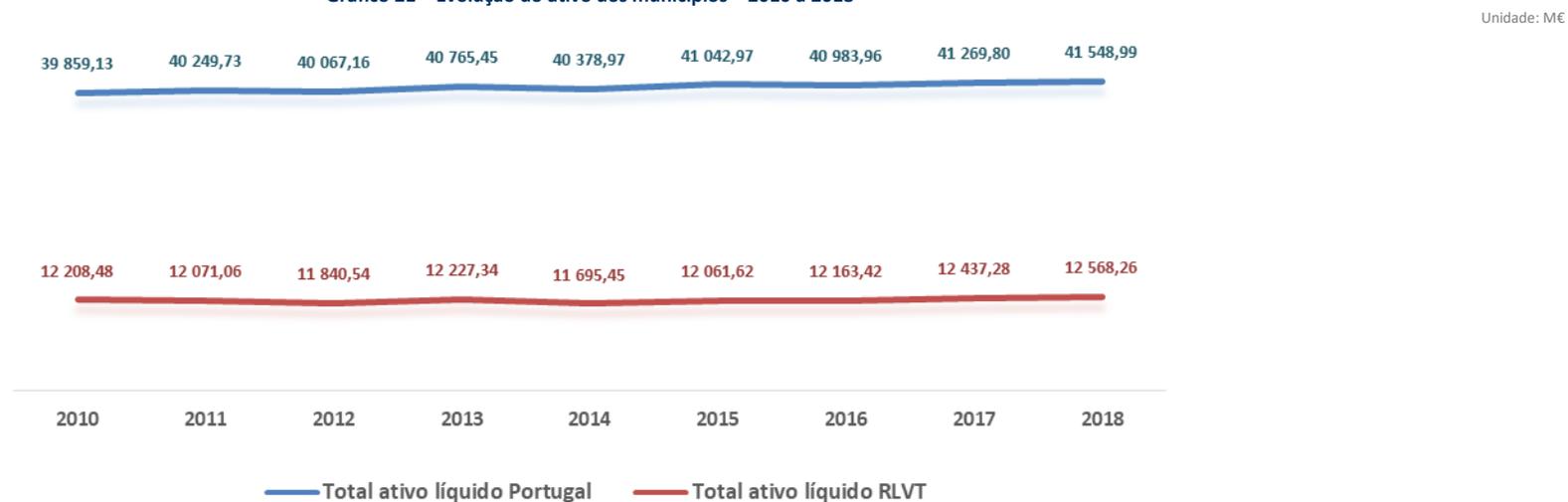
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 20 – RLVT, evolução do ativo nos municípios – 2010 a 2018

Ativos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Ativo imobilizado bruto	13 382,94	13 439,35	13 515,17	13 839,32	13 666,69	14 123,97	14 366,56	14 841,40	15 248,25	1 865,31	13,9
<i>Bens do domínio público</i>	4 776,47	5 222,10	5 111,78	5 151,63	4 915,79	5 089,76	5 277,48	5 523,42	5 632,79	856,32	17,9
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	82,02	90,29	95,32	97,49	106,21	111,52	116,01	121,46	108,06	26,04	31,8
<i>Imobilizado corpóreo</i>	8 043,23	7 575,01	7 761,55	8 005,43	8 100,71	8 329,10	8 366,73	8 503,06	8 804,37	761,14	9,5
<i>Investimentos financeiros</i>	481,22	551,95	546,53	584,77	543,98	593,58	606,34	693,46	703,02	221,80	46,1
Existências	42,25	58,36	58,82	39,99	43,55	42,61	42,34	41,26	41,06	-1,19	-2,8
Contas a receber	448,89	487,05	452,87	740,65	531,93	522,46	551,09	488,95	439,99	-8,90	-2,0
Títulos negociáveis	2,63	1,84	2,42	3,42	1,80	4,55	7,35	16,55	23,05	20,42	776,2
Depósitos em instituições financeiras e caixa	224,09	245,70	267,83	287,17	327,43	490,30	524,43	758,49	866,06	641,97	286,5
Acréscimo de proveitos	200,60	220,09	228,91	291,10	426,90	466,91	586,80	586,13	612,99	412,39	205,6
Custos diferidos	53,14	33,12	24,02	22,70	27,29	13,44	23,62	29,88	22,74	-30,40	-57,2
<b>Total ativo bruto</b>	<b>14 354,52</b>	<b>14 485,50</b>	<b>14 550,04</b>	<b>15 224,35</b>	<b>15 025,59</b>	<b>15 664,24</b>	<b>16 102,19</b>	<b>16 762,66</b>	<b>17 254,13</b>	<b>2 899,61</b>	<b>20,2</b>
Amortizações	1 972,13	2 233,75	2 527,77	2 779,04	3 127,77	3 394,78	3 727,25	4 105,87	4 458,53	2 486,40	126,1
Provisões	173,91	180,68	181,72	217,97	202,37	207,84	211,52	219,51	227,35	53,44	30,7
<b>Total ativo líquido RLVT</b>	<b>12 208,48</b>	<b>12 071,06</b>	<b>11 840,54</b>	<b>12 227,34</b>	<b>11 695,45</b>	<b>12 061,62</b>	<b>12 163,42</b>	<b>12 437,28</b>	<b>12 568,26</b>	<b>359,78</b>	<b>2,9</b>

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 21 – Evolução do ativo dos municípios – 2010 a 2018



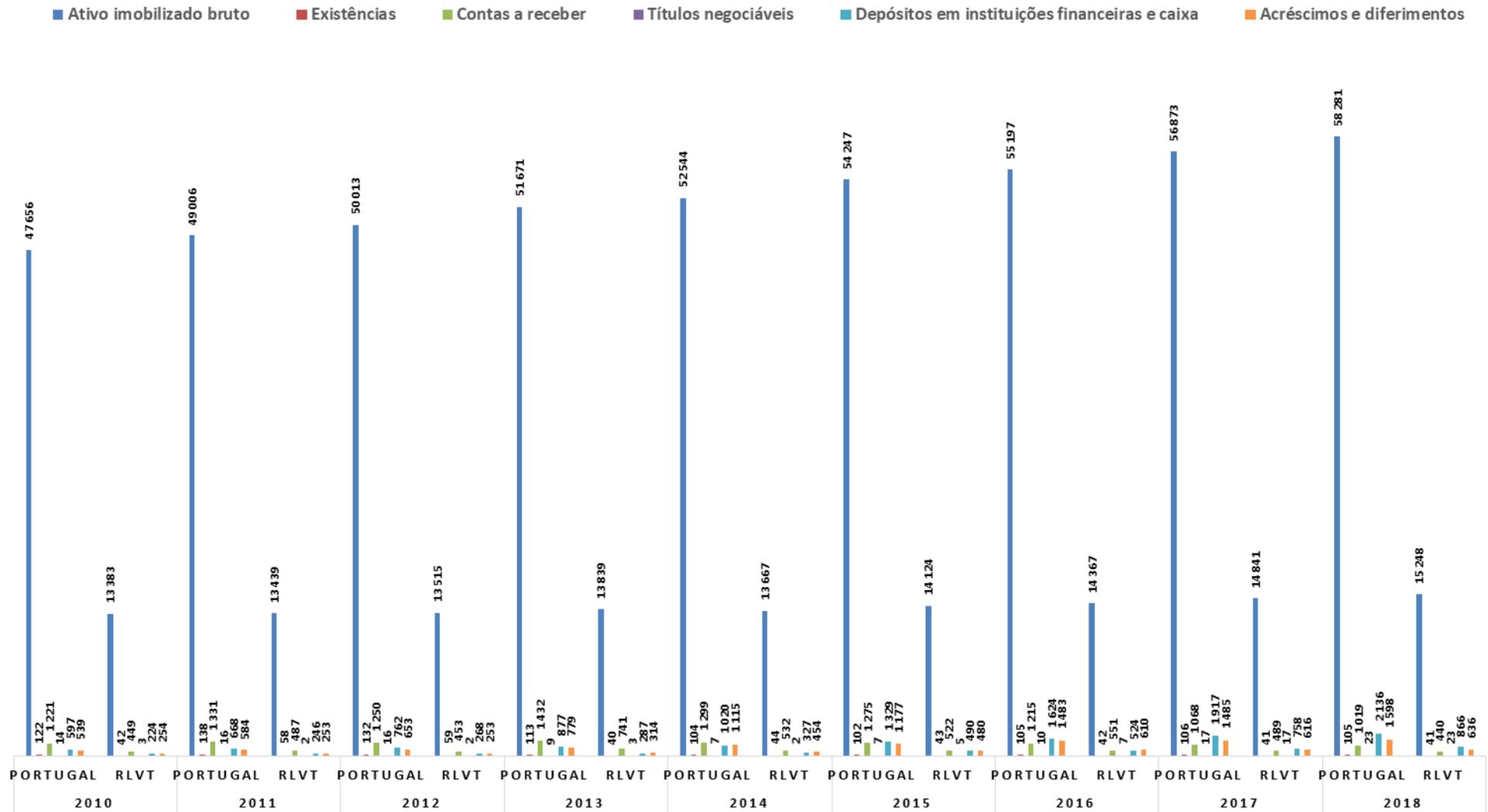
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

- Entre 2010 e 2018, a variação de +4,2% (País) e de +2,9% (RLVT) relativa ao ativo líquido total, resultou, maioritariamente, do acréscimo do ativo imobilizado bruto (+22,3% e +13,9%, respetivamente no País e na Região), em especial nos bens do

domínio público, imobilizado corpóreo, em curso e investimentos financeiros, bem como subida dos depósitos em instituições financeiras e caixa.

Gráfico 22 – Evolução dos principais componentes do ativo bruto – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 21 – Portugal, evolução do peso das componentes no ativo bruto – 2010 a 2018

Unidade: %

Peso no ativo bruto	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Ativo imobilizado bruto	95,0	94,7	94,7	94,2	93,7	93,3	92,6	92,5	92,3	-2,9
<i>Bens do domínio público</i>	43,6	44,2	43,8	43,4	42,7	42,4	42,3	42,4	42,4	-2,8
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	23,8
<i>Imobilizado corpóreo</i>	47,6	46,5	46,9	46,8	47,1	46,9	46,3	46,0	46,0	-3,3
<i>Investimentos financeiros</i>	3,4	3,5	3,4	3,4	3,3	3,4	3,4	3,5	3,3	-2,4
Existências	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	-31,4
Contas a receber	2,4	2,6	2,4	2,6	2,3	2,2	2,0	1,7	1,6	-33,7
Títulos negociáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	34,1
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1,2	1,3	1,4	1,6	1,8	2,3	2,7	3,1	3,4	184,0
Acréscimo de proveitos	0,8	0,9	1,1	1,3	1,9	2,0	2,4	2,3	2,5	199,9
Custos diferidos	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-70,2
<b>Peso no total ativo bruto Portugal</b>	<b>100,0</b>									

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 22 – RLVT, evolução do peso das componentes no ativo bruto – 2010 a 2018

Unidade: %

Peso no ativo bruto	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Ativo imobilizado bruto	93,2	92,8	92,9	90,9	91,0	90,2	89,2	88,5	88,4	-5,2
<i>Bens do domínio público</i>	33,3	36,1	35,1	33,8	32,7	32,5	32,8	33,0	32,6	-1,9
<i>Imobilizado incorpóreo</i>	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	9,6
<i>Imobilizado corpóreo</i>	56,0	52,3	53,3	52,6	53,9	53,2	52,0	50,7	51,0	-8,9
<i>Investimentos financeiros</i>	3,4	3,8	3,8	3,8	3,6	3,8	3,8	4,1	4,1	21,5
Existências	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	-19,1
Contas a receber	3,1	3,4	3,1	4,9	3,5	3,3	3,4	2,9	2,6	-18,5
Títulos negociáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	629,0
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1,6	1,7	1,8	1,9	2,2	3,1	3,3	4,5	5,0	221,5
Acréscimo de proveitos	1,4	1,5	1,6	1,9	2,8	3,0	3,6	3,5	3,6	154,2
Custos diferidos	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	-64,4
<b>Peso no total ativo bruto RLVT</b>	<b>100,0</b>									

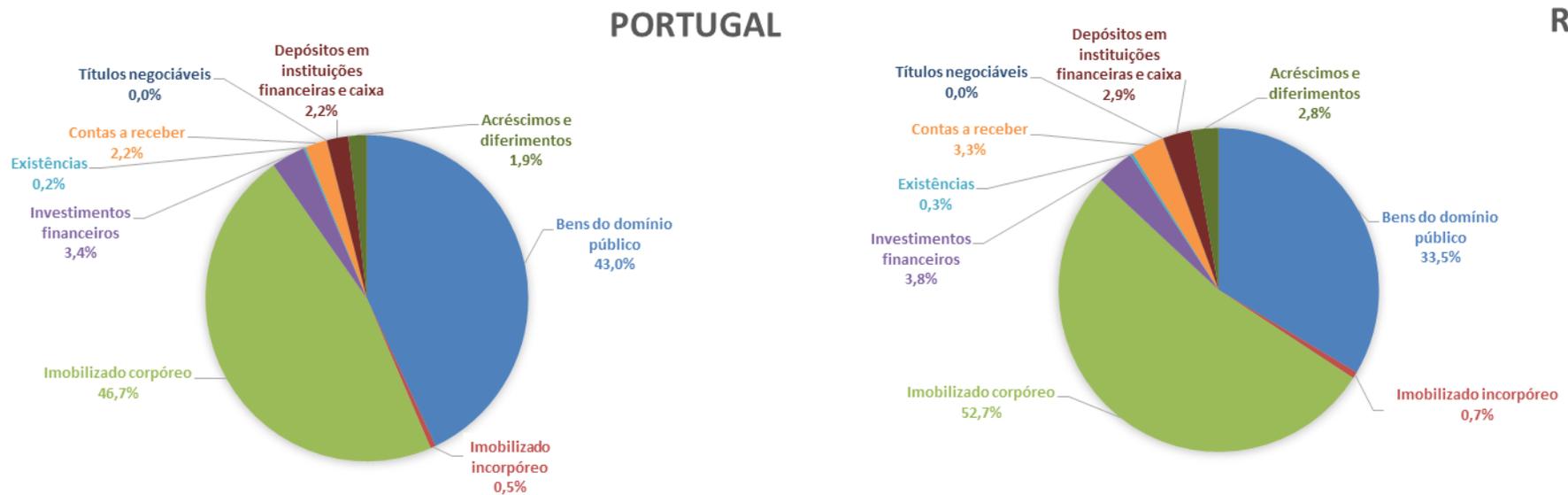
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT

Comparando a composição do ativo bruto do conjunto de todos os municípios portugueses e, em particular dos que pertencem à área territorial da RLVT, tendo por base a soma anual de todos os ativos, entre 2010 e 2018, constata-se:

- No País o peso do imobilizado corpóreo foi de 46,7% enquanto na Região ele foi significativamente maior (52,7%);
- A posição diferente no caso dos bens de domínio público, 43,0% no País, superior ao peso de 33,5% na RLVT;

- O peso dos investimentos financeiros de 3,4%, no País, e de 3,8 % na Região;
- O peso das contas a receber foi de 2,2% e de 3,3%, respetivamente no País e na Região;
- O peso dos depósitos em instituições financeiras e caixa foi de 2,2% e de 2,9%, respetivamente no País e na Região.

Gráfico 23 – Estrutura do ativo bruto – 2010 / 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

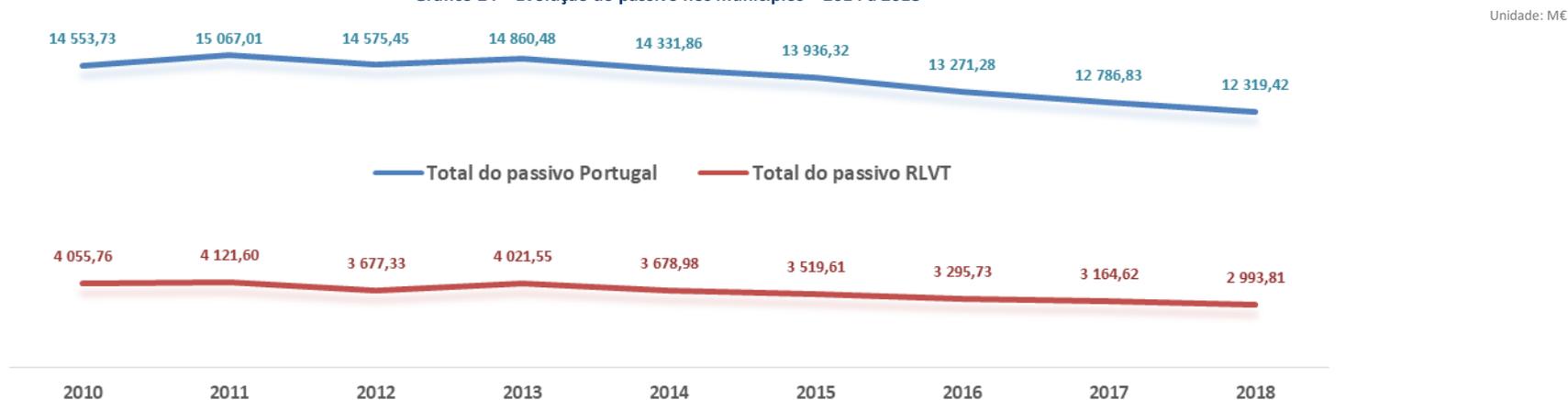
## 4.2 – PASSIVO

Da análise da evolução dos principais componentes do passivo do universo dos municípios do País e em particular da RLVT salienta-se o seguinte:

- Entre 2010 e 2018, o passivo total registou uma redução de 15,4% no País e de -26,2% na RLVT, correspondente a uma redução de -2.234,31 M€ e de -1.061,95 M€, respetivamente, resultado de decréscimos ocorridos ao longo do período;

- A 31 de dezembro de 2018 o passivo municipal era de 12.319,42 M€ no País e de 2.993,81 M€ na RLVT, atingindo a dívida exigível, respetivamente, o valor de 4.237,66 M€ e de 1.241,58 M€ em cada um dos universos em estudo.

Gráfico 24 – Evolução do passivo nos municípios – 2014 a 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 23 – Portugal, evolução do passivo nos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€

Passivos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Total dívida exigível	8 064,81	7 926,84	6 831,24	6 719,85	6 234,38	5 783,32	5 123,45	4 697,84	4 237,66	-3 827,15	-47,5
Provisões para riscos e encargos	774,68	768,91	836,72	921,04	810,35	823,09	954,10	1 012,14	980,67	205,98	26,6
Acréscimos de custos	380,55	306,79	331,02	415,54	432,75	429,63	468,65	466,12	519,54	138,99	36,5
Proveitos diferidos	5 333,69	6 064,47	6 576,47	6 804,06	6 854,38	6 900,28	6 725,08	6 610,73	6 581,56	1 247,87	23,4
<b>Total passivo Portugal</b>	<b>14 553,73</b>	<b>15 067,01</b>	<b>14 575,45</b>	<b>14 860,48</b>	<b>14 331,86</b>	<b>13 936,32</b>	<b>13 271,28</b>	<b>12 786,83</b>	<b>12 319,42</b>	<b>-2 234,31</b>	<b>-15,4</b>

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 24 – RLVT, evolução do passivo nos municípios – 2010 a 2018

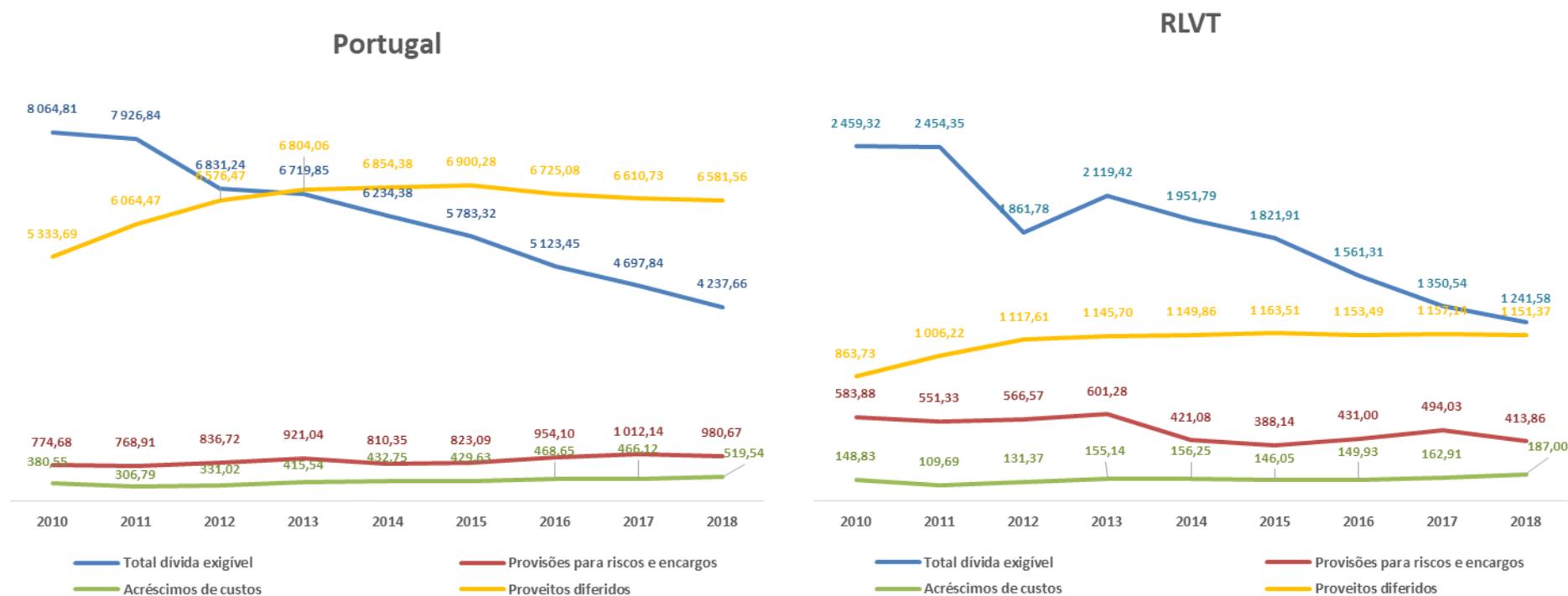
Unidade: M€

Passivos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Total dívida exigível	2 459,32	2 454,35	1 861,78	2 119,42	1 951,79	1 821,91	1 561,31	1 350,54	1 241,58	-1 217,74	-49,5
Provisões para riscos e encargos	583,88	551,33	566,57	601,28	421,08	388,14	431,00	494,03	413,86	-170,02	-29,1
Acréscimos de custos	148,83	109,69	131,37	155,14	156,25	146,05	149,93	162,91	187,00	38,17	25,6
Proveitos diferidos	863,73	1 006,22	1 117,61	1 145,70	1 149,86	1 163,51	1 153,49	1 157,14	1 151,37	287,64	33,3
<b>Total passivo RLVT</b>	<b>4 055,76</b>	<b>4 121,60</b>	<b>3 677,33</b>	<b>4 021,55</b>	<b>3 678,98</b>	<b>3 519,61</b>	<b>3 295,73</b>	<b>3 164,62</b>	<b>2 993,81</b>	<b>-1 061,95</b>	<b>-26,2</b>

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 25 – Evolução dos principais agregados do passivo dos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

- Na RLVT, contrariamente ao que acontece no conjunto do País, não obstante as sucessivas limitações impostas à dívida dos municípios pelos regimes jurídicos das finanças locais específicos do subsetor da administração local, pela lei de enquadramento orçamental ou pelas leis do Orçamento do Estado, a dívida exigível de terceiros constitui ainda a maior componente do passivo, embora com um diferencial bem menor. No País os proveitos diferidos ultrapassaram a dívida exigível a partir de 2013, mas na Região estiveram sempre abaixo da dívida exigível;
- A dívida exigível no País, média anual dos últimos 9 anos, ascendeu aos 6.179,93 M€ (peso médio anual de 43,9%). Na Região a média anual foi de 1.869,11 M€ (51,1% do passivo). Em termos de valores absolutos, estes passivos diminuíram (-47,5% e -49,5%, respetivamente), sendo que no último exercício analisado (2018) confirmou-se o comportamento positivo das dívidas dos municípios, traduzido numa diminuição da dívida a terceiros, face a 2017;
- As provisões para riscos e encargos, representando em média, ao longo do período, 6,3% e 13,7% do total do passivo dos municípios do País e da RLVT,

evidenciaram em 2018, face a 2010, uma subida do seu peso no País (+49,5%) e uma descida em -4,0%, na Região. Na RLVT, apesar do crescimento ocorrido entre 2015 e 2017, tendo descido em 2018, acabou por ficar aquém do evidenciado em 2010;

- A tendência contínua de crescimento registada pelos proveitos diferidos<sup>17</sup> até 2015 não se confirmou nem em 2016 nem em 2018 (e no País também em 2017), o que poderá estar associado com a aprovação/execução dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários e consequente menor atribuição de subsídios ao investimento aos municípios, nesta fase;
- Os proveitos diferidos, média anual dos últimos 9 anos, ascendeu aos 6.494,52 M€ (peso médio anual de 46,8%), ultrapassando a dívida exigível. Na Região a média anual foi de 1.100,96 M€ (31,0% do passivo).

**Tabela 25 – Portugal, evolução do peso dos principais agregados do passivo – 2010 a 2018**

Unidade: %

Passivos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018 (%)
Total dívida exigível	55,4	52,6	46,9	45,2	43,5	41,5	38,6	36,7	34,4	-37,9
Provisões para riscos e encargos	5,3	5,1	5,7	6,2	5,7	5,9	7,2	7,9	8,0	49,5
Acréscimos de custos	2,6	2,0	2,3	2,8	3,0	3,1	3,5	3,6	4,2	61,3
Proveitos diferidos	36,6	40,2	45,1	45,8	47,8	49,5	50,7	51,7	53,4	45,8
<b>Total peso passivo Portugal</b>	<b>100,0</b>									

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

**Tabela 26 – RLVT, evolução do peso dos principais agregados do passivo – 2010 a 2018**

Unidade: %

Passivos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018 (%)
Total dívida exigível	60,6	59,5	50,6	52,7	53,1	51,8	47,4	42,7	41,5	-31,6
Provisões para riscos e encargos	14,4	13,4	15,4	15,0	11,4	11,0	13,1	15,6	13,8	-4,0
Acréscimos de custos	3,7	2,7	3,6	3,9	4,2	4,1	4,5	5,1	6,2	70,2
Proveitos diferidos	21,3	24,4	30,4	28,5	31,3	33,1	35,0	36,6	38,5	80,6
<b>Total peso passivo RLVT</b>	<b>100,0</b>									

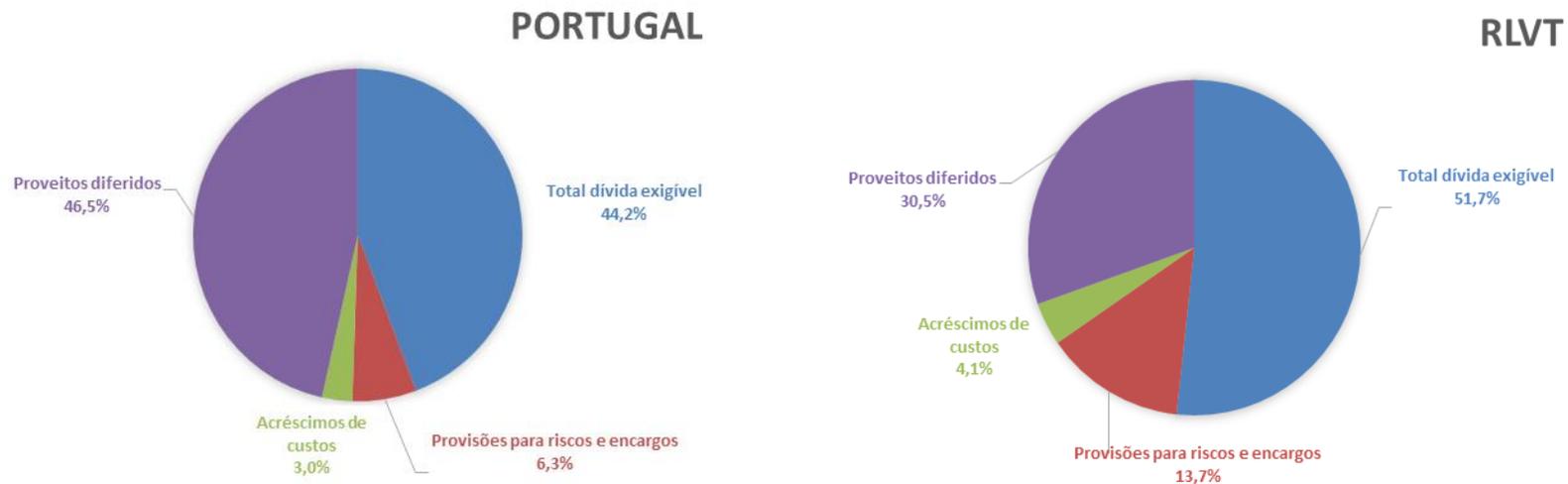
Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

<sup>17</sup> COMO PROVEITOS DIFERIDOS (CONTA 274 DO POCAL) REGISTAM-SE OS PROVEITOS QUE DEVAM SER RECONHECIDOS NOS EXERCÍCIOS SEQUINTE, COMO SEJAM AS RENDAS RECEBIDAS ADIANTADAMENTE, AS FATURAS EMITIDAS SOBRE PRODUTOS A FORNECER OU SERVIÇOS A PRESTAR NOS ANOS SEQUINTE OU OS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS.

Comparando o resultado da soma dos passivos registados à data de 31 dezembro, entre 2010 e 2018, no conjunto dos municípios do País e da RLVT, constata-se:

- No País, o peso da dívida exigível (44,2%) é significativamente menor que o peso registado no conjunto dos 52 municípios da RLVT (51,7%).
- O mesmo sucede com as provisões para riscos e encargos, peso de 6,3% no País e de 13,7% na Região;
- O mesmo não acontece com os proveitos diferidos em que o seu peso, no total do passivo no País (46,5%) é maior que no caso da RLVT (30,5%). Realce também para o facto de, no conjunto dos municípios portugueses o peso dos proveitos diferidos ser maior que o peso da dívida exigível, situação que não acontece na RLVT;
- O peso do passivo com acréscimos de custos ronda os 3,0% em Portugal e os 4,1% no conjunto dos municípios que pertencem à área territorial da RLVT.

Gráfico 26 – Estrutura do passivo – 2010 / 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

### 4.3 – FUNDOS PRÓPRIOS

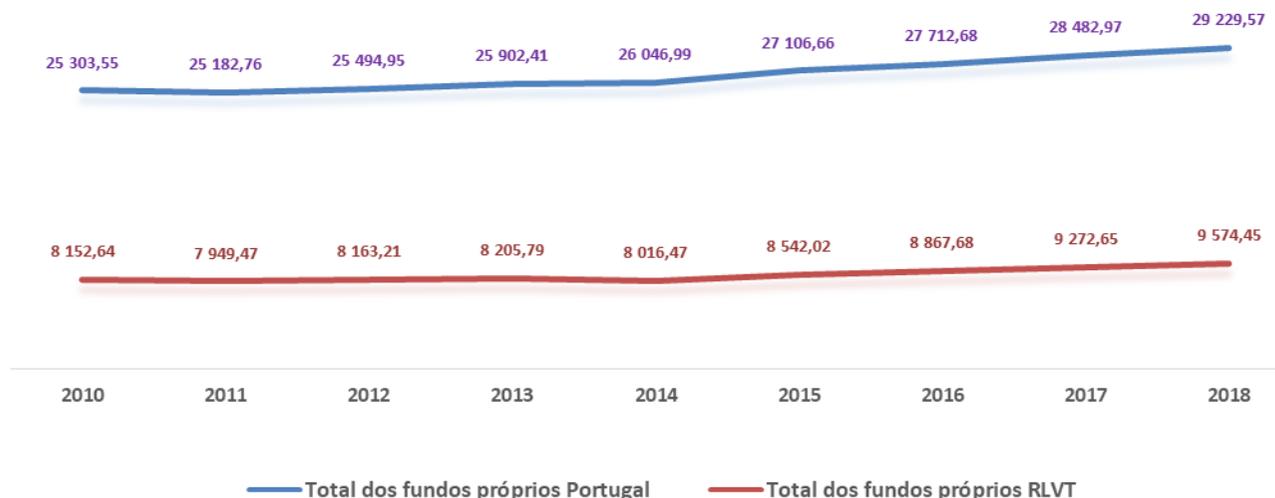
Em valores absolutos, entre 2010 e 2018, registou-se um aumento de +3.926,01 M€ e de +1.421,81 M€ dos fundos próprios nos municípios do País e da RLVT, correspondente, em termos relativos, a uma variação de +15,5% e de +17,4%.

Em 2018 os fundos próprios ascenderam aos 29.229,57 M€ no País, dos quais 9.574,45 M€ foram constituídos pelos municípios da área territorial da RLVT.

Todas as componentes dos fundos próprios aumentaram.

Gráfico 27 – Evolução do total dos fundos próprios – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2014 a 2018 dos municípios da RLVT; Portal Autárquico.

Tabela 27 – Portugal, evolução dos fundos próprios nos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€

Fundos próprios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Património	21 451,10	21 250,39	21 494,42	21 899,59	22 157,11	22 486,83	22 689,22	22 835,22	23 156,26	1 705,15	7,9
Ajustamento de partes capital em empresas	116,87	140,03	141,98	173,78	174,10	163,54	223,34	238,22	243,53	126,65	108,4
Reservas de reavaliação	146,26	149,80	157,60	180,61	169,06	168,55	125,56	156,93	153,64	7,38	5,0
Reservas	1 978,88	2 123,66	2 077,86	2 252,11	2 395,57	2 702,33	2 924,64	3 171,18	3 315,71	1 336,82	67,6
Outros	10,13	13,71	14,56	14,99	17,54	17,98	18,17	18,52	18,52	8,39	82,8
Resultados transitados	1 501,73	1 361,64	1 019,48	1 312,89	977,84	946,22	1 365,75	1 605,43	1 869,00	367,28	24,5
RLE	98,58	143,53	589,04	68,44	155,78	621,21	413,95	457,48	472,91	374,34	379,7
<b>Total fundos próprios Portugal</b>	<b>25 303,55</b>	<b>25 182,76</b>	<b>25 494,95</b>	<b>25 902,41</b>	<b>26 046,99</b>	<b>27 106,66</b>	<b>27 712,68</b>	<b>28 482,97</b>	<b>29 229,57</b>	<b>3 926,01</b>	<b>15,5</b>

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 28 – RLVT, evolução dos fundos próprios nos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€

Fundos próprios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Património	6 874,19	6 485,29	6 548,50	6 619,46	6 688,14	6 701,48	6 758,06	6 812,29	6 874,25	0,06	0,0
Ajustamento de partes capital em empresas	-24,57	-8,81	-2,23	10,88	16,03	19,38	21,01	31,55	34,95	59,52	242,2
Reservas de reavaliação	6,43	11,49	11,49	11,49	11,49	11,76	11,82	11,82	11,82	5,39	83,8
Reservas	591,03	655,26	700,80	754,49	800,65	942,62	1 024,66	1 217,92	1 287,12	696,09	117,8
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Resultados transitados	480,35	637,31	432,54	739,27	399,75	478,94	823,53	911,91	1 112,01	631,66	131,5
RLE	225,21	168,92	472,11	70,20	100,42	387,85	228,60	287,16	254,30	29,09	12,9
<b>Total fundos próprios RLVT</b>	<b>8 152,64</b>	<b>7 949,47</b>	<b>8 163,21</b>	<b>8 205,79</b>	<b>8 016,47</b>	<b>8 542,02</b>	<b>8 867,68</b>	<b>9 272,65</b>	<b>9 574,45</b>	<b>1 421,81</b>	<b>17,4</b>

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

O património, agregando os fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe foram consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas, valorizou-se, no País, em +7,9%, entre 2010 e 2018.

Na RLVT, comparando o valor do património no início com o do fim do período em análise verifica-se que se manteve praticamente constante (a queda significativa do

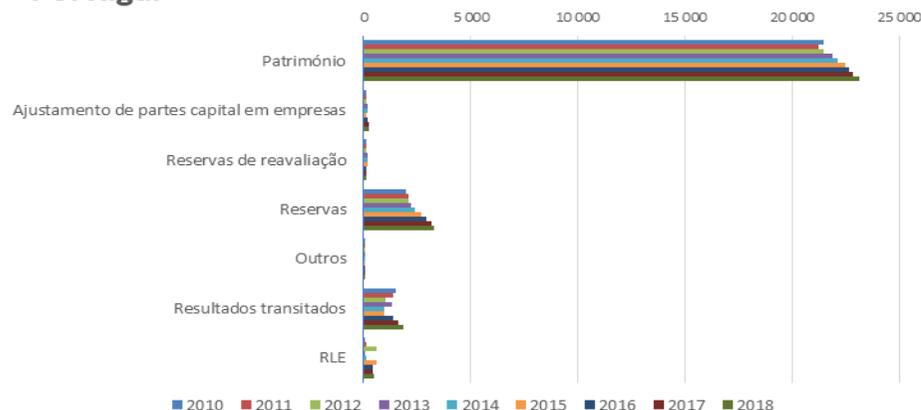
património entre 2010 e 2011 foi compensada pela gradual subida até 2018) resultante de uma valorização do património por parte de alguns municípios, mas também por muitos outros continuarem a inventariar e valorizar o respetivo património<sup>18</sup>.

O património destaca-se por constituir a maior componente dos fundos próprios (peso médio anual de 83,0% no País e de 78,9% na Região).

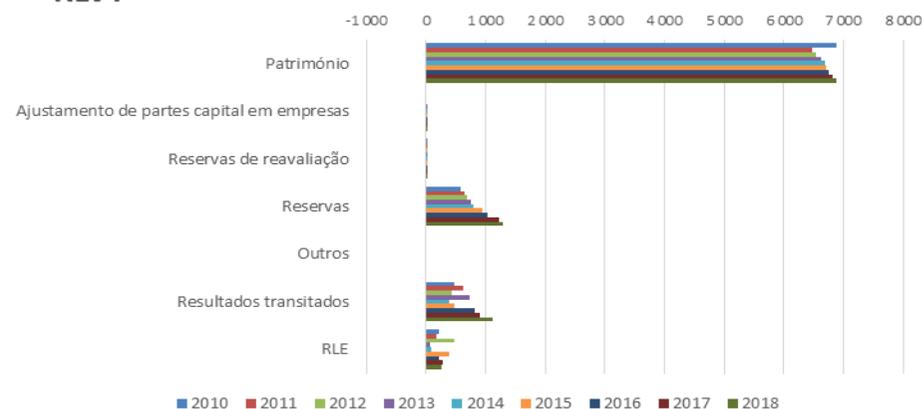
Gráfico 28 – Evolução dos principais agregados dos fundos próprios dos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€

### Portugal



### RLVT



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

<sup>18</sup> NÃO OBSTANTE A APLICAÇÃO DO POCAL SER OBRIGATORIA DESDE 2002, A INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL É UMA DAS ÁREAS EM QUE SE VERIFICA UM NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DO POCAL MENOS COMPLETA, A PAR DA CONTABILIDADE DE CUSTOS. NO CASO DA

INVENTARIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO, AS DIFICULDADES NA APLICAÇÃO INTEGRAL DO POCAL SÃO JUSTIFICADAS, ESSENCIALMENTE, PELAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DOS BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO E PELO FACTO DE ESTES BENS ESTAREM FORA DO MERCADO.

Tabela 29 – Portugal, evolução do peso dos principais agregados dos fundos próprios – 2010 a 2018

Unidade: %

Fundos próprios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Património	84,8	84,4	84,3	84,5	85,1	83,0	81,9	80,2	79,2	-6,6
Ajustamento de partes capital em empresas	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	80,4
Reservas de reavaliação	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5	-9,1
Reservas	7,8	8,4	8,2	8,7	9,2	10,0	10,6	11,1	11,3	45,0
Outros	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	58,2
Resultados transitados	5,9	5,4	4,0	5,1	3,8	3,5	4,9	5,6	6,4	7,7
RLE	0,4	0,6	2,3	0,3	0,6	2,3	1,5	1,6	1,6	315,3
<b>Total peso fundos próprios Portugal</b>	<b>100,0</b>									

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 30 – RLVT, evolução do peso dos principais agregados dos fundos próprios – 2010 a 2018

Unidade: %

Fundos próprios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Património	84,3	81,6	80,2	80,7	83,4	78,5	76,2	73,5	71,8	-14,8
Ajustamento de partes capital em empresas	-0,3	-0,1	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	-221,1
Reservas de reavaliação	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	56,5
Reservas	7,2	8,2	8,6	9,2	10,0	11,0	11,6	13,1	13,4	85,4
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resultados transitados	5,9	8,0	5,3	9,0	5,0	5,6	9,3	9,8	11,6	97,1
RLE	2,8	2,1	5,8	0,9	1,3	4,5	2,6	3,1	2,7	-3,9
<b>Total peso fundos próprios RLVT</b>	<b>100,0</b>									

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Quando avaliado o peso que cada um dos agregados apresenta no total dos fundos próprios constata-se que o peso do património tem vindo a cair ao longo dos últimos 9 anos (de 84,8% para 79,2% no País e de 84,3% para 71,8% na RLVT).

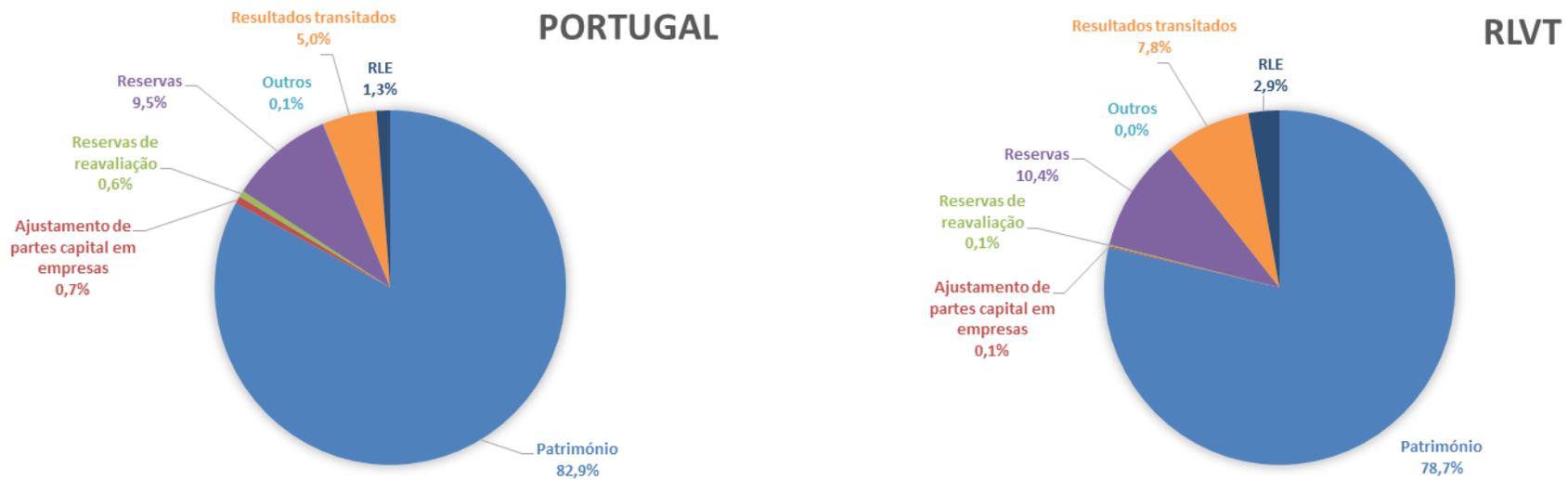
Por outro lado constata-se o reforço do peso das reservas (de 7,8% para 11,3% no País e de 7,2% para 13,4% na RLVT) e dos resultados transitados (de 5,9% para 6,4% no País e de 5,9% para 11,6% na RLVT).

Comparando o resultado da soma dos fundos próprios registados à data de 31 dezembro, entre 2010 e 2018, no conjunto dos municípios do País e da RLVT, constata-se:

- No País o peso do património (82,9%) é ligeiramente maior ao peso registado no conjunto dos 52 municípios da RLVT (78,7%);

- Já as reservas, os resultados transitados e o resultado líquido do exercício, surgem com um peso ligeiramente reforçado na RLVT, respetivamente 10,4%, 7,8% e 2,9%, quando no universo municipal português esse peso é de 9,5%, 5,0% e 1,3%.

Gráfico 29 – Estrutura dos fundos próprios – 2010 / 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 5 – ANÁLISE EVOLUTIVA DA ESTRUTURA ECONÓMICA – 2010 A 2018

Esta análise assenta na informação registada pelos municípios nas respetivas demonstrações de resultados aprovadas. A demonstração de resultados apresenta os custos e os proveitos reconhecidos do exercício, classificados por natureza. Os resultados são classificados em correntes e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros.

A demonstração de resultados é um importante instrumento de análise económica, na medida em que fornece informação sobre o desempenho dos municípios ao longo do exercício.

### 5.1 – CUSTOS

Os custos do conjunto dos municípios do País e em particular da Região ascenderam, em 2018, respetivamente, aos 7.837,74 M€ e 2.712,35 M€, aumentando, entre 2010 e 2018, +9,9% e +17,6%, respetivamente.

O resultado operacional ou económico abrange os custos e proveitos obtidos na atividade principal dos municípios. Na medida em que respeitam à atividade principal das entidades, este subgrupo da demonstração de resultados é o mais desenvolvido.

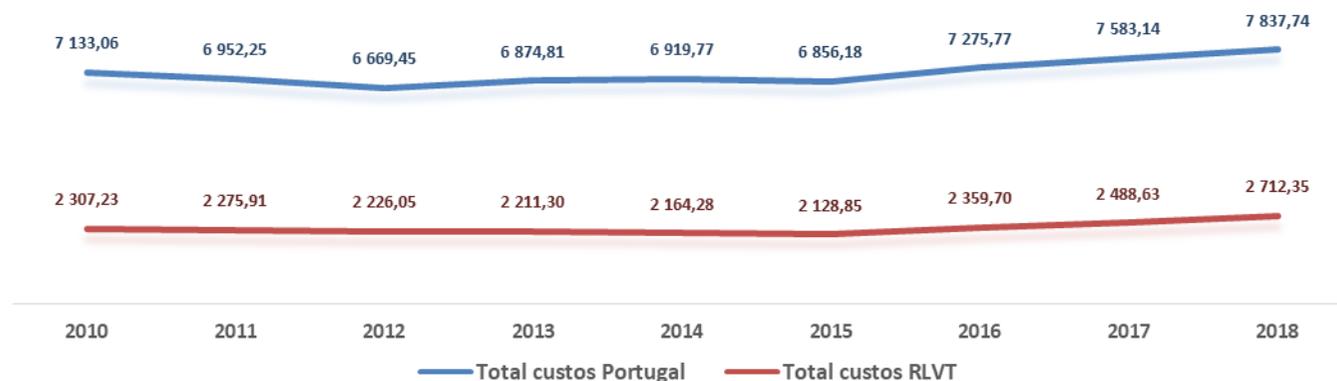
Os resultados financeiros compreendem os custos e proveitos decorrentes das decisões financeiras e de investimentos financeiros efetuados pelos municípios.

Os resultados extraordinários decorrem da relação entre os custos e proveitos resultantes de operações não correntes.

O aumento dos custos não foi porém linear, tendo-se constatado crescimento contínuo apenas a partir de 2016, crescimento esse que superou a descida ocorrida entre 2011 e 2015, anos em que os custos totais anuais ficaram sempre abaixo dos verificados em 2010.

Gráfico 30 – Evolução do total dos custos dos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

A análise dos vários agregados permite identificar situações diversificadas:

- Em 2018, os custos operacionais atingiram os 7.152,29 M€ no País, dos quais 2.343,64 M€ realizados na RLVT;
- Embora apresentando uma evolução irregular, os custos operacionais revelaram uma tendência de crescimento, tanto no País quanto na Região, +12%, 2018 face a 2010, constatando-se aumentos em todos os seus agregados. Nota de exceção para os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), os quais evidenciaram uma descida na RLVT (-1,3%) tendo subido no País (+6,5%);
- O aumento contínuo das amortizações do exercício explica-se com o aumento dos bens inventariados e com o aumento do ativo imobilizado dos municípios e o seu envelhecimento; apesar de não se traduzirem em exfluxos de verbas, estes custos

refletem exigências futuras em termos da conservação/recuperação dos ativos a que respeitam;

- Os custos e perdas extraordinários variaram, no País entre os 364,60 M€ (2015) e os 594,31 M€ (2017) e na Região, entre os 104,22 M€ (2014) e os 319,57 M€ (2018), com evoluções distintas dentro dos dois universos, acabando por evidenciar um ligeira queda em -1.1% no País e uma subida em +88,6% na RLVT;
- Os custos financeiros, tendo vindo a registar uma tendência sempre decrescente, entre 2012 e 2017, cresceram significativamente em 2018, sendo que no País esse acréscimo não deu para compensar as sucessivas descidas, queda em -29,8% entre 2010 e 2018. Já na RLVT acabou por evidenciar-se um aumento de +8,8% face a 2010.

Tabela 31 – Portugal, evolução dos custos nos municípios – 2010 a 2018

Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Custos operacionais	6 398,50	6 253,06	6 028,03	6 236,84	6 303,49	6 359,67	6 725,80	6 901,60	7 152,29	753,79	11,8
CMVMC	176,24	182,09	166,34	181,41	170,09	176,76	184,06	197,08	187,63	11,39	6,5
Fornecimentos e serviços externos	1 809,50	1 810,34	1 752,41	1 752,24	1 753,51	1 830,38	1 959,54	2 091,66	2 132,51	323,01	17,9
Custos com o pessoal	2 409,67	2 279,57	2 085,80	2 261,33	2 216,54	2 204,09	2 238,95	2 308,00	2 446,55	36,88	1,5
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	685,25	627,43	585,01	564,36	554,38	593,60	637,99	693,50	759,32	74,07	10,8
Amortizações do exercício	1 141,11	1 165,55	1 204,94	1 268,43	1 298,70	1 341,04	1 372,50	1 385,45	1 397,15	256,04	22,4
Provisões do exercício	148,12	158,37	207,74	184,74	284,21	186,63	297,58	184,90	183,63	35,51	24,0
Outros custos operacionais	28,61	29,71	25,84	24,33	26,05	27,17	35,19	41,01	45,38	16,77	58,6
Custos e perdas financeiros	142,48	187,26	198,97	170,76	159,32	131,91	94,35	87,23	100,09	-42,39	-29,8
Custos e perdas extraordinários	592,08	511,93	442,45	467,55	456,97	364,60	455,88	594,31	585,37	-6,71	-1,1
<b>Total custos Portugal</b>	<b>7 133,06</b>	<b>6 952,25</b>	<b>6 669,45</b>	<b>6 874,81</b>	<b>6 919,77</b>	<b>6 856,18</b>	<b>7 275,77</b>	<b>7 583,14</b>	<b>7 837,74</b>	<b>704,69</b>	<b>9,9</b>

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

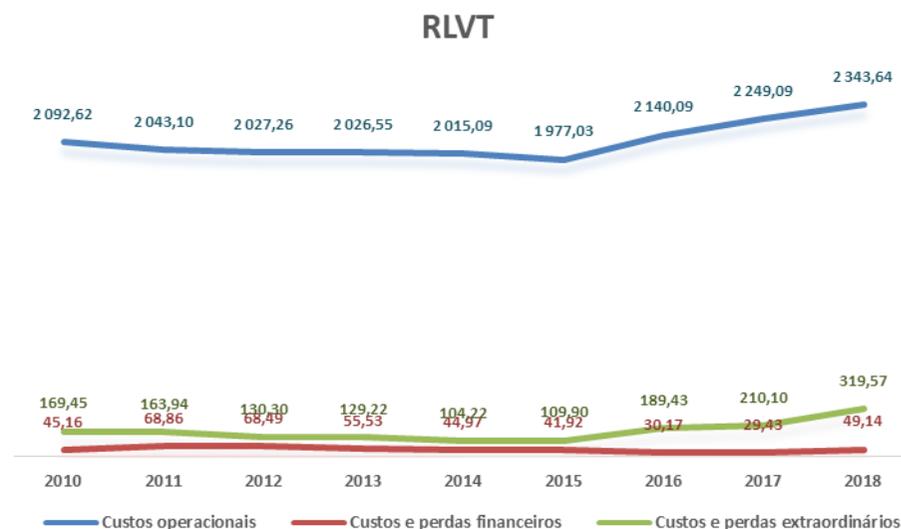
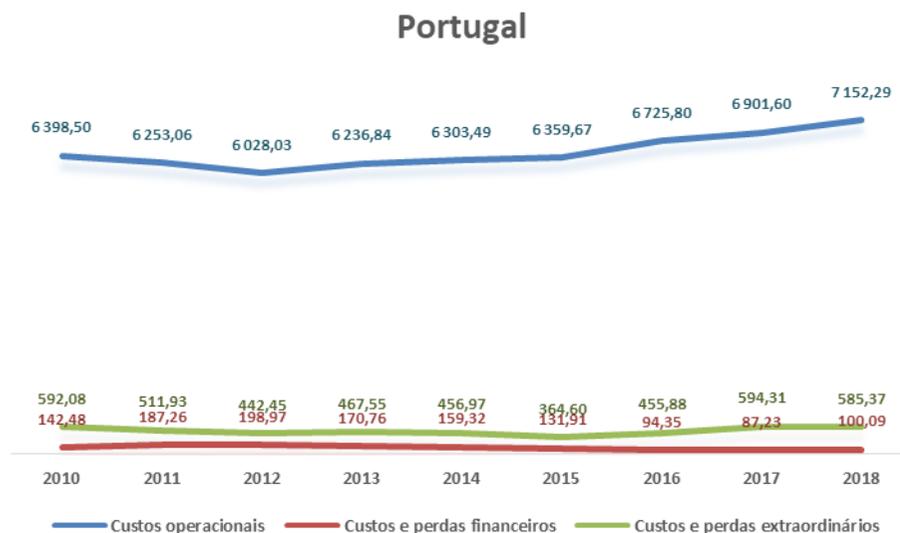
Tabela 32 – RLVT, evolução dos custos nos municípios – 2010 a 2018

Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Custos operacionais	2 092,62	2 043,10	2 027,26	2 026,55	2 015,09	1 977,03	2 140,09	2 249,09	2 343,64	251,02	12,0
CMVMC	33,29	34,03	30,47	34,78	30,59	33,62	33,09	33,86	32,85	-0,44	-1,3
Fornecimentos e serviços externos	629,86	634,42	626,59	614,21	592,74	608,36	653,95	695,20	695,15	65,29	10,4
Custos com o pessoal	867,13	804,91	742,77	802,80	773,43	779,62	795,44	829,56	877,13	10,00	1,2
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	254,01	225,51	232,86	215,83	213,38	235,41	246,02	266,79	301,21	47,20	18,6
Amortizações do exercício	225,35	239,46	247,29	253,24	261,49	263,43	286,32	305,17	314,48	89,13	39,6
Provisões do exercício	69,57	92,68	136,53	96,50	134,87	48,45	116,02	106,26	107,51	37,94	54,5
Outros custos operacionais	13,41	12,10	10,75	9,18	8,59	8,14	9,25	12,25	15,32	1,91	14,2
Custos e perdas financeiros	45,16	68,86	68,49	55,53	44,97	41,92	30,17	29,43	49,14	3,98	8,8
Custos e perdas extraordinários	169,45	163,94	130,30	129,22	104,22	109,90	189,43	210,10	319,57	150,12	88,6
<b>Total custos RLVT</b>	<b>2 307,23</b>	<b>2 275,91</b>	<b>2 226,05</b>	<b>2 211,30</b>	<b>2 164,28</b>	<b>2 128,85</b>	<b>2 359,70</b>	<b>2 488,63</b>	<b>2 712,35</b>	<b>405,12</b>	<b>17,6</b>

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 31 – Evolução dos custos dos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Reportando ao peso das componentes dos custos, destaque:

- O peso médio anual dos custos operacionais ao longo do período em análise rondou os 91%, tendo refletido diferentes tendências nos dois universos em estudo. O maior peso ocorreu em 2015 no País (92,8%) e em 2014 (93,1%) na Região;
- Entre 2010 e 2018 o peso dos custos operacionais subiu em Portugal (+1,7%) mas desceu na RLVT (-4,7%). A tendência evolutiva dos custos operacionais, no País, assentou essencialmente na subida do peso dos fornecimentos e serviços externos e das amortizações do exercício. Na RLVT a tendência de descida destes custos resultou essencialmente do impacto da queda do peso dos custos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos;

- O peso médio dos custos e perdas extraordinários situou-se à volta dos 7%. O maior peso ocorreu em 2010 no País (8,3%) e em 2018 (11,8%) na Região. Entre 2010 e 2018 o peso dos custos e perdas extraordinários desceu em Portugal (-10,0%) mas subiu na RLVT (+60,4%);
- Relativamente ao peso dos custos e perdas financeiros, constata-se uma descida no período em análise, tendo evoluído de 2,0% para 1,3% no conjunto dos municípios portugueses e de 2,0% para 1,8%, no caso do grupo de municípios da RLVT.

Tabela 33 – Portugal, evolução do peso das componentes nos custos – 2010 a 2018

Unidade: %

Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010 - 2018
Custos operacionais	<b>89,7</b>	<b>89,9</b>	<b>90,4</b>	<b>90,7</b>	<b>91,1</b>	<b>92,8</b>	<b>92,4</b>	<b>91,0</b>	<b>91,3</b>	<b>1,7</b>
CMVMC	2,5	2,6	2,5	2,6	2,5	2,6	2,5	2,6	2,4	-3,1
Fornecimentos e serviços externos	25,4	26,0	26,3	25,5	25,3	26,7	26,9	27,6	27,2	7,3
Custos com o pessoal	33,8	32,8	31,3	32,9	32,0	32,1	30,8	30,4	31,2	-7,6
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	9,6	9,0	8,8	8,2	8,0	8,7	8,8	9,1	9,7	0,8
Amortizações do exercício	16,0	16,8	18,1	18,5	18,8	19,6	18,9	18,3	17,8	11,4
Provisões do exercício	2,1	2,3	3,1	2,7	4,1	2,7	4,1	2,4	2,3	12,8
Outros custos operacionais	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	44,4
Custos e perdas financeiros	<b>2,0</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,5</b>	<b>2,3</b>	<b>1,9</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>	<b>1,3</b>	<b>-36,1</b>
Custos e perdas extraordinários	<b>8,3</b>	<b>7,4</b>	<b>6,6</b>	<b>6,8</b>	<b>6,6</b>	<b>5,3</b>	<b>6,3</b>	<b>7,8</b>	<b>7,5</b>	<b>-10,0</b>
<b>Peso no total custos Portugal</b>	<b>100,0</b>									

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 34 – RLVT, evolução do peso das componentes nos custos – 2010 a 2018

Unidade: M€

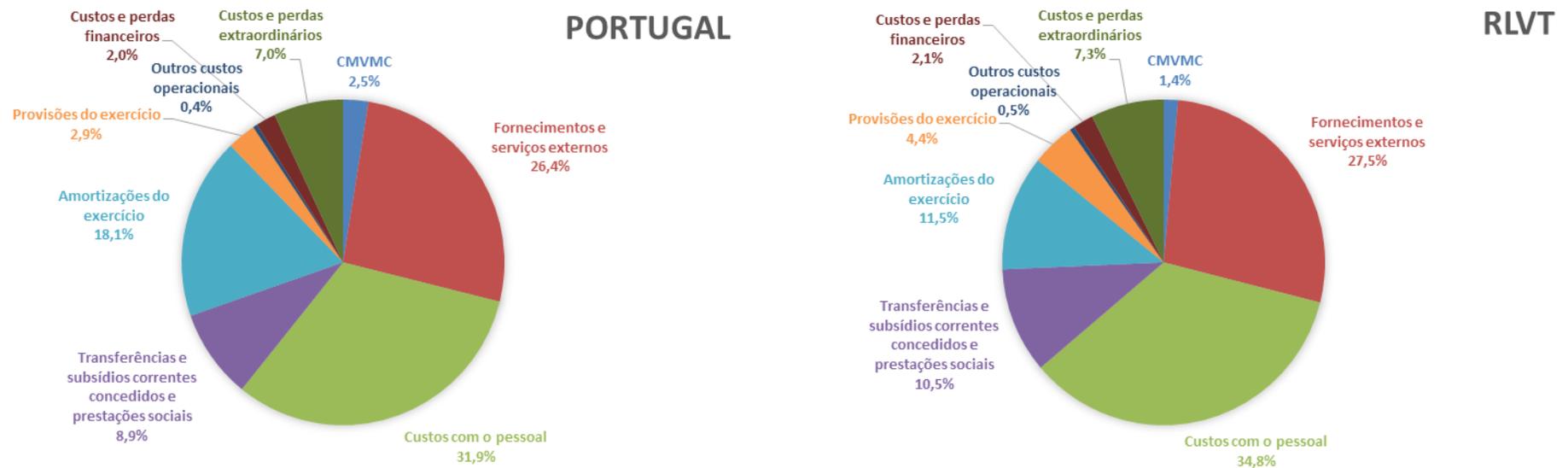
Custos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Custos operacionais	<b>90,7</b>	<b>89,8</b>	<b>91,1</b>	<b>91,6</b>	<b>93,1</b>	<b>92,9</b>	<b>90,7</b>	<b>90,4</b>	<b>86,4</b>	<b>-4,7</b>
CMVMC	1,4	1,5	1,4	1,6	1,4	1,6	1,4	1,4	1,2	-16,0
Fornecimentos e serviços externos	27,3	27,9	28,1	27,8	27,4	28,6	27,7	27,9	25,6	-6,1
Custos com o pessoal	37,6	35,4	33,4	36,3	35,7	36,6	33,7	33,3	32,3	-14,0
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	11,0	9,9	10,5	9,8	9,9	11,1	10,4	10,7	11,1	0,9
Amortizações do exercício	9,8	10,5	11,1	11,5	12,1	12,4	12,1	12,3	11,6	18,7
Provisões do exercício	3,0	4,1	6,1	4,4	6,2	2,3	4,9	4,3	4,0	31,5
Outros custos operacionais	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	-2,8
Custos e perdas financeiros	<b>2,0</b>	<b>3,0</b>	<b>3,1</b>	<b>2,5</b>	<b>2,1</b>	<b>2,0</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>	<b>1,8</b>	<b>-7,4</b>
Custos e perdas extraordinários	<b>7,3</b>	<b>7,2</b>	<b>5,9</b>	<b>5,8</b>	<b>4,8</b>	<b>5,2</b>	<b>8,0</b>	<b>8,4</b>	<b>11,8</b>	<b>60,4</b>
<b>Peso no total custos RLVT</b>	<b>100,0</b>									

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Comparando a soma dos custos registados entre 2010 e 2018, no conjunto dos municípios do País e da RLVT, constata-se:

- No País, o peso das amortizações do exercício (18,1%) é significativamente maior que o peso registado no conjunto dos 52 municípios da RLVT (11,5%);
- Revela também um peso acrescido face ao da RLVT o dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (2,5% versus 1,4%);
- No conjunto dos municípios da RLVT releve-se maiores fatias, destacando-se os custos com o pessoal (34,8% versus 31,9%), fornecimentos e serviços externos (27,5% versus 26,4%) e transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais (10,5% versus 8,9%).

Gráfico 32 – Estrutura dos custos – 2010 / 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

## 5.2 – PROVEITOS

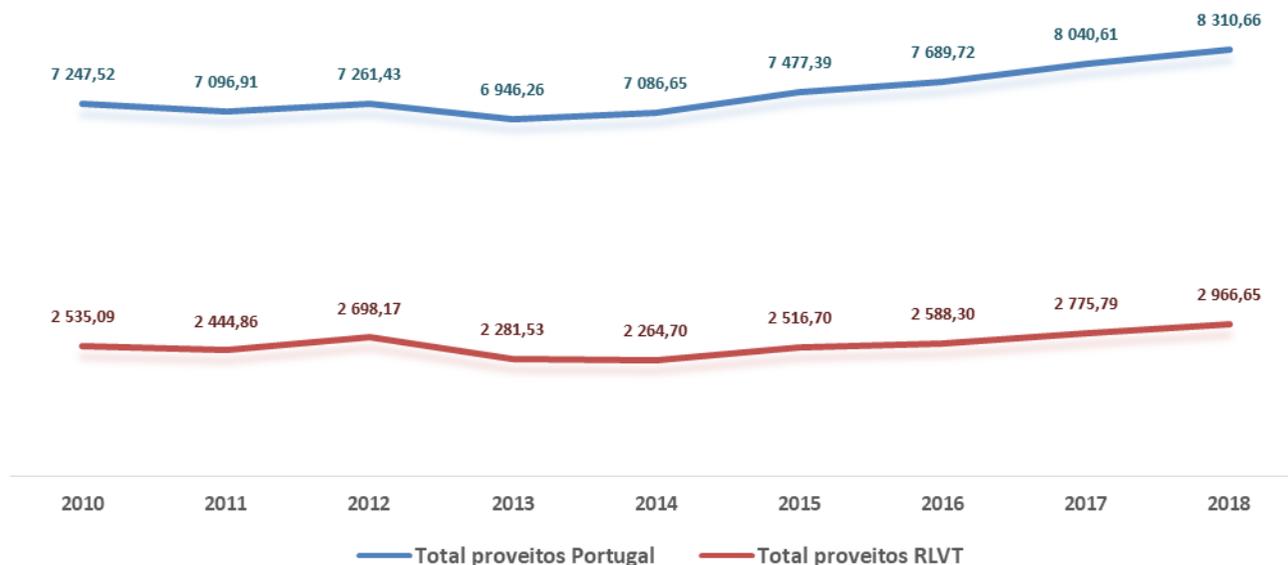
No País a média anual de proveitos totais foi de 7.461,91 M€ dos quais 2.563,53 M€ obtidos pelos municípios da RLVT.

Em 2018, ao atingir os 8.310,66 M€ e os 2.966,65 M€, confirmou-se a tendência de aumento dos proveitos dos municípios, evidenciada desde 2013 no País e desde 2014 na Região, representativo de um acréscimo de 14,7% e de 17,0%, no período em análise.

No País e na Região a tendência de crescimento assentou principalmente na subida das vendas e prestações de serviços<sup>19</sup> (+31,3% versus 60,2%) e dos impostos e taxas (+30,4% versus 21,6%).

Gráfico 33 – Evolução do total dos proveitos nos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

<sup>19</sup> ENGLOBALA OS PROVEITOS, DESIGNADAMENTE DA VENDA DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM CEMITÉRIOS, MERCADOS E FEIRAS, PARQUES DE ESTACIONAMENTO, PARQUES DE CAMPISMO, BEM COMO SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS OU DE DESPORTO.

Tabela 35 – Portugal, evolução dos proveitos nos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€

Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Total Vendas e prestações de serviços	676,12	675,64	718,66	738,09	730,00	794,02	846,80	867,34	887,52	211,40	31,3
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	191,64	187,14	172,71	177,91	171,49	178,92	179,42	184,15	N.d.	-	-
<i>Prestação de serviços</i>	433,02	455,52	499,32	512,51	518,88	572,31	620,55	636,67	N.d.	-	-
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	65,95	66,53	56,00	55,51	50,47	52,43	52,92	47,16	N.d.	-	-
Impostos e taxas	2 612,37	2 471,20	2 451,33	2 547,76	2 719,77	2 910,83	3 010,43	3 243,50	3 407,65	795,29	30,4
Variação da produção	3,40	1,07	5,16	0,32	13,35	-0,06	-0,14	-0,54	0,03	-3,37	-99,2
Trabalhos para a própria entidade	31,19	28,42	25,07	23,67	20,18	21,10	25,65	24,94	16,86	-14,33	-45,9
Proveitos suplementares	60,89	72,41	64,50	68,74	50,89	50,81	53,18	54,62	56,35	-4,55	-7,5
Transferências e subsídios obtidos	3 036,15	2 923,45	2 786,68	2 785,53	2 625,33	2 707,27	2 743,66	2 814,52	2 880,43	-155,72	-5,1
Outros proveitos operacionais	54,56	58,13	58,05	52,04	53,04	54,08	66,37	55,26	55,89	1,34	2,5
<b>Total proveitos operacionais</b>	<b>6 473,53</b>	<b>6 228,74</b>	<b>6 109,30</b>	<b>6 216,00</b>	<b>6 210,10</b>	<b>6 538,06</b>	<b>6 745,96</b>	<b>7 059,64</b>	<b>7 304,73</b>	<b>831,20</b>	<b>12,8</b>
Proveitos financeiros	171,86	202,48	202,12	205,73	205,78	211,77	232,69	230,60	229,22	57,36	33,4
Proveitos extraordinários	602,13	665,69	950,01	524,52	670,77	727,56	711,07	750,38	776,71	174,57	29,0
<b>Total proveitos Portugal</b>	<b>7 247,52</b>	<b>7 096,91</b>	<b>7 261,43</b>	<b>6 946,26</b>	<b>7 086,65</b>	<b>7 477,39</b>	<b>7 689,72</b>	<b>8 040,61</b>	<b>8 310,66</b>	<b>1063,14</b>	<b>14,7</b>

N.d. Informação não disponível na Fonte de dados.

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 36 – RLVT, evolução dos proveitos nos municípios – 2010 a 2018

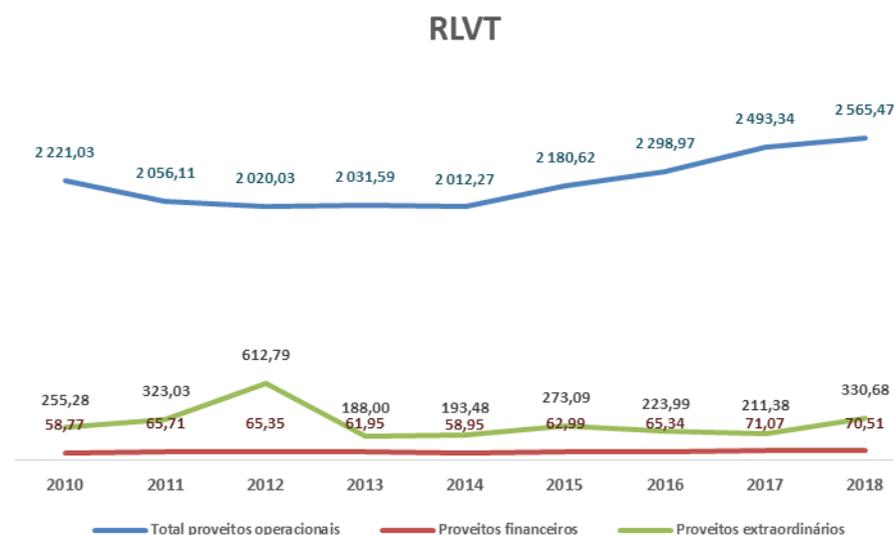
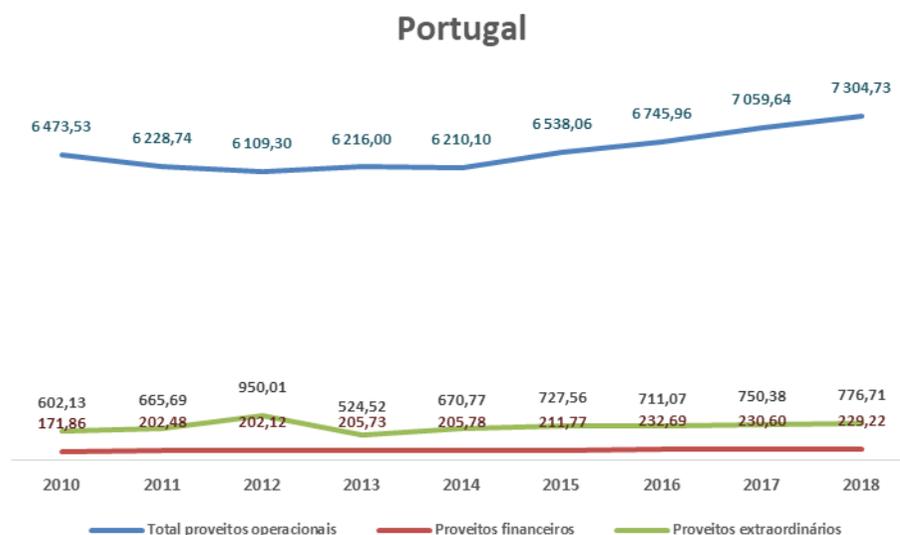
Unidade: M€

Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Total Vendas e prestações de serviços	210,85	215,45	240,66	246,67	228,68	272,54	304,36	315,43	337,73	126,88	60,2
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	39,23	37,64	36,41	38,03	34,65	36,95	32,03	39,70	42,49	3,26	8,3
<i>Prestação de serviços</i>	153,15	162,67	183,03	188,51	179,38	218,69	251,21	260,58	281,48	128,33	83,8
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	19,47	16,59	21,22	20,13	14,65	16,89	21,12	15,15	13,76	-5,71	-29,3
Impostos e taxas	1 271,18	1 130,79	1 097,63	1 113,72	1 179,60	1 282,93	1 341,85	1 514,11	1 545,54	274,36	21,6
Variação da produção	0,51	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	-0,51	-100,0
Trabalhos para a própria entidade	3,93	2,42	2,05	2,62	3,05	2,44	3,32	4,19	2,57	-1,36	-34,6
Proveitos suplementares	19,93	21,30	20,82	21,65	21,46	18,53	19,14	19,97	19,66	-0,27	-1,4
Transferências e subsídios obtidos	687,86	661,02	628,94	622,93	553,17	578,09	591,74	612,47	631,56	-56,30	-8,2
Outros proveitos operacionais	27,80	25,26	29,92	24,00	26,31	26,10	38,56	27,17	28,40	0,60	2,2
<b>Total proveitos operacionais</b>	<b>2 221,03</b>	<b>2 056,11</b>	<b>2 020,03</b>	<b>2 031,59</b>	<b>2 012,27</b>	<b>2 180,62</b>	<b>2 298,97</b>	<b>2 493,34</b>	<b>2 565,47</b>	<b>344,44</b>	<b>15,5</b>
Proveitos financeiros	58,77	65,71	65,35	61,95	58,95	62,99	65,34	71,07	70,51	11,74	20,0
Proveitos extraordinários	255,28	323,03	612,79	188,00	193,48	273,09	223,99	211,38	330,68	75,40	29,5
<b>Total proveitos RLVT</b>	<b>2 535,09</b>	<b>2 444,86</b>	<b>2 698,17</b>	<b>2 281,53</b>	<b>2 264,70</b>	<b>2 516,70</b>	<b>2 588,30</b>	<b>2 775,79</b>	<b>2 966,65</b>	<b>431,56</b>	<b>17,0</b>

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Gráfico 34 – Evolução dos proveitos dos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tanto no conjunto dos municípios portugueses como nos que em particular pertencem à RLVT constatou-se tendência de crescimento nos proveitos operacionais, financeiros e extraordinários, entre 2010 e 2018.

No caso dos proveitos operacionais a sua subida resultou essencialmente dos proveitos decorrentes dos impostos e taxas, os quais apresentaram uma linha tendencialmente crescente, ocorrendo em 2018 um acréscimo de +795,29 M€ e de +274,36 M€, face a 2010, respetivamente no País e na Região.

Destaque também, dentro dos proveitos operacionais, para a evolução positiva dos proveitos provenientes da venda e prestações de serviços com um crescimento de +211,40 M€ e de +126,88 M€, face a 2010, respetivamente no País e na Região.

Ao nível das transferências e subsídios confirma-se, nos dois universos, a tendência de crescimento contínuo verificada desde 2014 ao nível dos proveitos. Tal como se constata nas receitas, também nos proveitos as transferências e subsídios assumem um papel relevante no conjunto dos proveitos dos municípios.

Saliente-se também para o crescimento em +29,0% (País) e em +29,5% (RLVT) de proveitos extraordinários, entre 2010 e 2018.

Também os proveitos financeiros evidenciaram um crescimento em +33,4% (País) e em +20,0% (RLVT), entre 2010 e 2018.

Tabela 37 – Portugal, evolução do peso das componentes nos proveitos – 2010 a 2018

Unidade: %

Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010 - 2018
Total Vendas e prestações de serviços	9,3	9,5	9,9	10,6	10,3	10,6	11,0	10,8	10,7	14,5
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	2,6	2,6	2,4	2,6	2,4	2,4	2,3	2,3	N.d.	-
<i>Prestação de serviços</i>	6,0	6,4	6,9	7,4	7,3	7,7	8,1	7,9	N.d.	-
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6	N.d.	-
Impostos e taxas	36,0	34,8	33,8	36,7	38,4	38,9	39,1	40,3	41,0	13,8
Variação da produção	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-99,3
Trabalhos para a própria entidade	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	-52,9
Proveitos suplementares	0,8	1,0	0,9	1,0	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	-19,3
Transferências e subsídios obtidos	41,9	41,2	38,4	40,1	37,0	36,2	35,7	35,0	34,7	-17,3
Outros proveitos operacionais	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,9	0,7	0,7	-10,7
<b>Total proveitos operacionais</b>	<b>89,3</b>	<b>87,8</b>	<b>84,1</b>	<b>89,5</b>	<b>87,6</b>	<b>87,4</b>	<b>87,7</b>	<b>87,8</b>	<b>87,9</b>	<b>-1,6</b>
<b>Proveitos financeiros</b>	<b>2,4</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>16,3</b>
<b>Proveitos extraordinários</b>	<b>8,3</b>	<b>9,4</b>	<b>13,1</b>	<b>7,6</b>	<b>9,5</b>	<b>9,7</b>	<b>9,2</b>	<b>9,3</b>	<b>9,3</b>	<b>12,5</b>
<b>Peso no total proveitos Portugal</b>	<b>100,0</b>									

N.d. Informação não disponível na Fonte de dados.

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 38 – RLVT, evolução do peso das componentes nos proveitos – 2010 a 2018

Unidade: M€

Proveitos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2010-2018
Total Vendas e prestações de serviços	8,3	8,8	8,9	10,8	10,1	10,8	11,8	11,4	11,4	36,9
<i>Venda de mercadorias e produtos</i>	1,5	1,5	1,3	1,7	1,5	1,5	1,2	1,4	1,4	-7,5
<i>Prestação de serviços</i>	6,0	6,7	6,8	8,3	7,9	8,7	9,7	9,4	9,5	57,1
<i>Vendas e prestações de serviços - Outras</i>	0,8	0,7	0,8	0,9	0,6	0,7	0,8	0,5	0,5	-39,6
Impostos e taxas	50,1	46,3	40,7	48,8	52,1	51,0	51,8	54,5	52,1	3,9
Variação da produção	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Trabalhos para a própria entidade	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	-44,1
Proveitos suplementares	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9	0,7	0,7	0,7	0,7	-15,7
Transferências e subsídios obtidos	27,1	27,0	23,3	27,3	24,4	23,0	22,9	22,1	21,3	-21,5
Outros proveitos operacionais	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,0	1,5	1,0	1,0	-12,7
<b>Total proveitos operacionais</b>	<b>87,6</b>	<b>84,1</b>	<b>74,9</b>	<b>89,0</b>	<b>88,9</b>	<b>86,6</b>	<b>88,8</b>	<b>89,8</b>	<b>86,5</b>	<b>-1,3</b>
<b>Proveitos financeiros</b>	<b>2,3</b>	<b>2,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,7</b>	<b>2,6</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>
<b>Proveitos extraordinários</b>	<b>10,1</b>	<b>13,2</b>	<b>22,7</b>	<b>8,2</b>	<b>8,5</b>	<b>10,9</b>	<b>8,7</b>	<b>7,6</b>	<b>11,1</b>	<b>10,7</b>
<b>Peso no total proveitos RLVT</b>	<b>100,0</b>									

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Análise distinta reporta ao peso das componentes dos proveitos, com destaque:

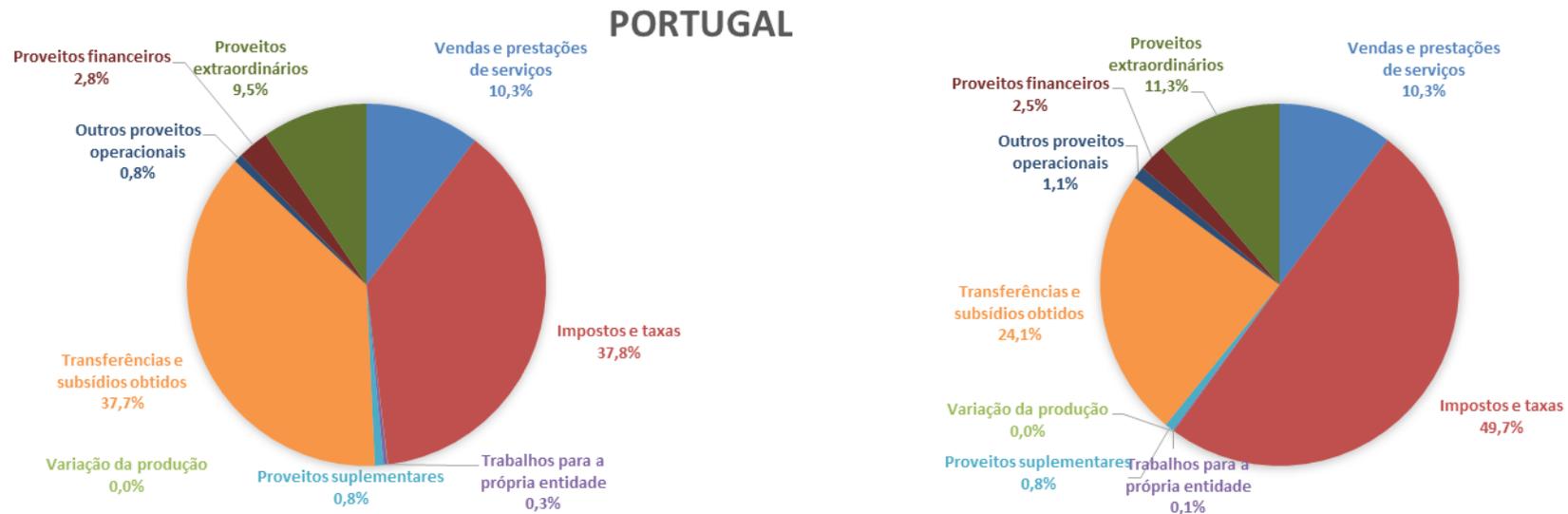
- Descida do peso dos proveitos operacionais, entre 2010 e 2018, respetivamente de 89,3% para 87,9% no País e de 87,6% para 86,5% na RLVT. Esta descida teve por principal causa a queda do peso das transferências e subsídios obtidos, não sendo compensada pela subida do peso com as vendas e prestações de serviços e com o peso dos proveitos decorrentes de impostos e taxas;

- Tendência diferente ocorreu com o peso dos proveitos financeiros, o qual subiu entre 2010 e 2018, respetivamente de 2,4% para 2,8% no País e de 2,3% para 2,4% na RLVT;
- Destaque também para a tendência de subida ocorrida com o peso dos proveitos extraordinários, o qual subiu entre 2010 e 2018, respetivamente de 8,3% para 9,3% no País e de 10,1% para 11,1% na RLVT.

Comparando a estrutura do total de proveitos auferidos nos 9 anos pelo conjunto dos municípios portugueses, com a que resulta da parte correspondente à dos municípios da RLVT, realce:

- A fatia dos impostos e taxas no total dos proveitos ser maior na RLVT (49,7%) do que no País (37,8%);
- A fatia das transferências e subsídios obtidos no total dos proveitos ser menor na RLVT (24,1%) do que no País (37,7%);
- No país o peso dos impostos e taxas é muito semelhante ao peso das transferências e subsídios, cerca de 38% cada;
- A terceira maior fatia dos proveitos vem dos proveitos extraordinários na RLVT (11,3%) seguindo-se as vendas e prestações de serviços (10,3%);
- No País a terceira maior fatia dos proveitos vem das vendas e prestações de serviços (10,3%) seguindo-se as resultantes dos proveitos extraordinários (9,5%).

Gráfico 35 – Estrutura dos proveitos – 2010 / 2018



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

### 5.3 – RESULTADOS

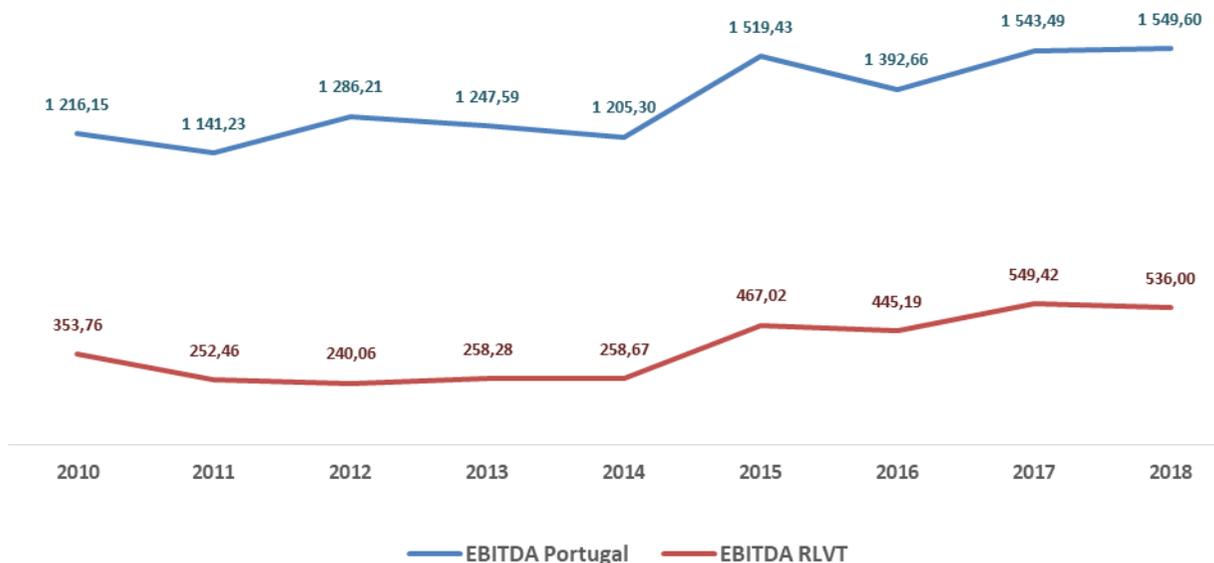
Sendo que pela sua natureza as autarquias locais não existem para gerar lucro, é expectável que consigam gerir as respetivas finanças de forma a manter um equilíbrio entre os proveitos e os custos.

A este propósito, no período analisado, o RLE do conjunto dos municípios de Portugal e em particular da RLVT foi sempre positivo, tal como o EBITDA, com tendências genéricas de crescimento.

O EBITDA tem em conta os resultados operacionais expurgados dos custos com amortizações, os quais não representam necessidades de exfluxos financeiros imediatas.

Gráfico 36 – Evolução do EBITDA – 2010 a 2018

Unidade: M€



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 39 – Portugal, evolução dos resultados nos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€

Resultados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Custos	7 133,06	6 952,25	6 669,45	6 874,81	6 919,77	6 856,18	7 275,77	7 583,14	7 837,74	704,69	9,9
Proveitos	7 247,52	7 096,91	7 261,43	6 946,26	7 086,65	7 477,39	7 689,72	8 040,61	8 310,66	1063,14	14,7
RLE	114,46	144,66	591,98	71,44	166,88	621,21	413,95	457,48	472,91	358,45	313,2
Resultados operacionais	75,03	-24,32	81,27	-20,84	-93,39	178,39	20,16	158,04	152,45	77,41	103,2
EBITDA	1 216,15	1 141,23	1 286,21	1 247,59	1 205,30	1 519,43	1 392,66	1 543,49	1 549,60	333,45	27,4

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Tabela 40 – RLVT, evolução dos resultados nos municípios – 2010 a 2018

Unidade: M€

Resultados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2010-2018	
										M€	%
Custos	2 307,23	2 275,91	2 226,05	2 211,30	2 164,28	2 128,85	2 359,70	2 488,63	2 712,35	405,12	17,6
Proveitos	2 535,09	2 444,86	2 698,17	2 281,53	2 264,70	2 516,70	2 588,30	2 775,79	2 966,65	431,56	17,0
RLE	227,86	168,95	472,11	70,20	100,42	387,85	228,62	287,16	254,30	26,44	11,6
Resultados operacionais	128,42	13,01	-7,23	5,04	-2,82	203,59	158,87	244,25	221,82	93,40	72,7
EBITDA	353,76	252,46	240,06	258,28	258,67	467,02	445,19	549,42	536,00	182,24	51,5

Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 a 2018 dos municípios da RLVT.

Em termos dos aspetos evolutivos relativos aos resultados atingidos pelos municípios:

- Em 2018, houve uma subida, relativamente a 2010 de +313,2% no resultado líquido atingido pelos municípios do País, correspondente a uma variação positiva de +358,45 M€. Na RLVT os registos de 2018 foram superiores em +11,6% face a 2010, +26,44 M€;

- Os resultados operacionais em 2018 registaram igualmente uma subida em +103,2% no País e em +72,7% na RLVT, face a 2010;
- Igualmente favorável à escala do País e Região, no período em análise, foi a situação em termos de EBITDA, uma vez que, como referido, ele tem revelado uma tendência de crescimento no conjunto dos municípios, terminando 2018 com um EBITDA superior em 27,4% no País e em +51,5% na RLVT.

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

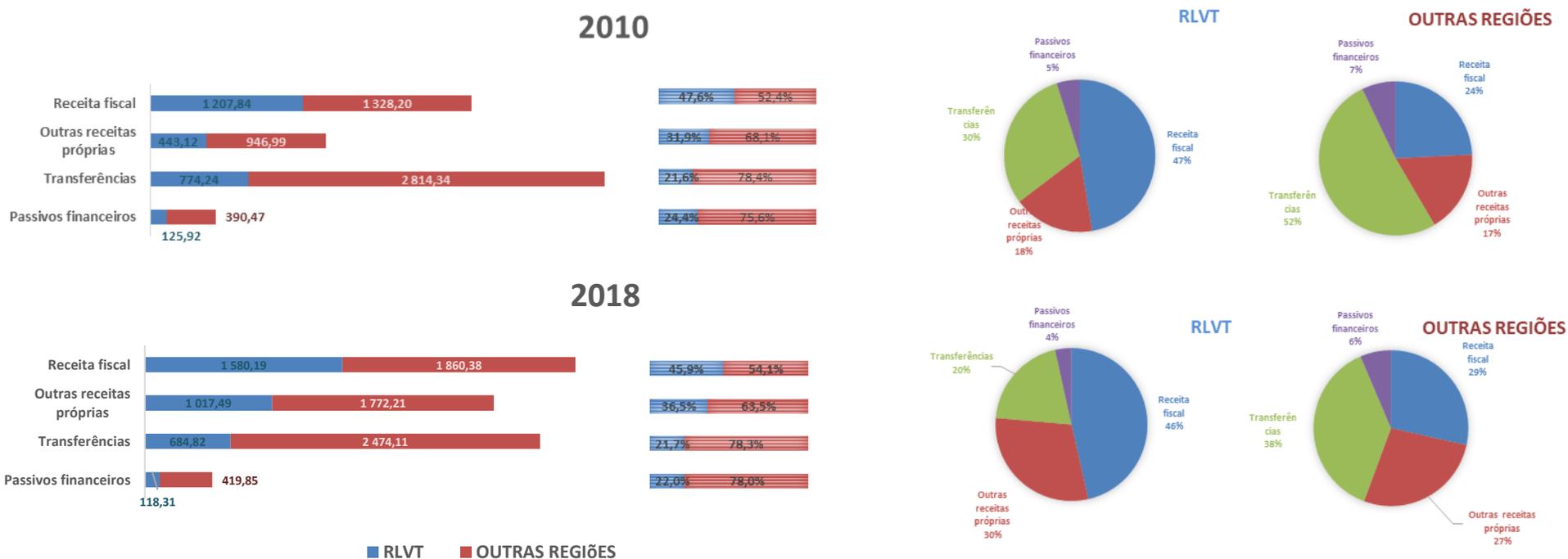
Como nota final deste estudo, procura-se enquadrar a RLVT no todo nacional, em termos orçamentais, patrimoniais e financeiros, comparando a situação existente em 2010 com a registada no último ano do período em análise, 2018.

Sob o ponto de vista de desempenho orçamental, 31,8% (em 2010) e 34,3% (em 2018) do total de receitas municipais auferidas pelos 308 municípios portugueses foram arrecadadas pelos 52 municípios da RLVT (17% do universo de municípios).

Em 2010 os municípios da RLVT contribuíram com 47,6% na arrecadação da receita fiscal (quase metade do todo nacional), e produziram 31,9% de outras receitas próprias<sup>20</sup>. O volume de crédito obtido naquele ano correspondeu a 24,4% do todo nacional.

Já em 2018 a RLVT contribuiu com 45,9% na arrecadação da receita fiscal e 36,5% de outras receitas próprias, atingindo o volume de crédito obtido naquele ano de 22,0% do todo nacional.

Gráfico 37 – Receitas municipais - A RLVT no País – 2010 e 2018



Fonte: Prestações de Contas de 2010 e 2018 dos municípios da RLVT.

<sup>20</sup> O AGREGADO “OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS” RESULTA DA SOMA DAS RECEITAS MUNICIPAIS DECORRENTES DE MULTAS E OUTRAS PENALIDADES, RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE, VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES E VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL, ATIVOS FINANCEIROS, RNAP E SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR.

Destaque para o facto de as receitas municipais na RLVT terem por principal fonte as receitas fiscais, embora o seu peso tenha vindo a diminuir por reforço das outras receitas próprias, em especial do aumento do saldo de gerência anterior.

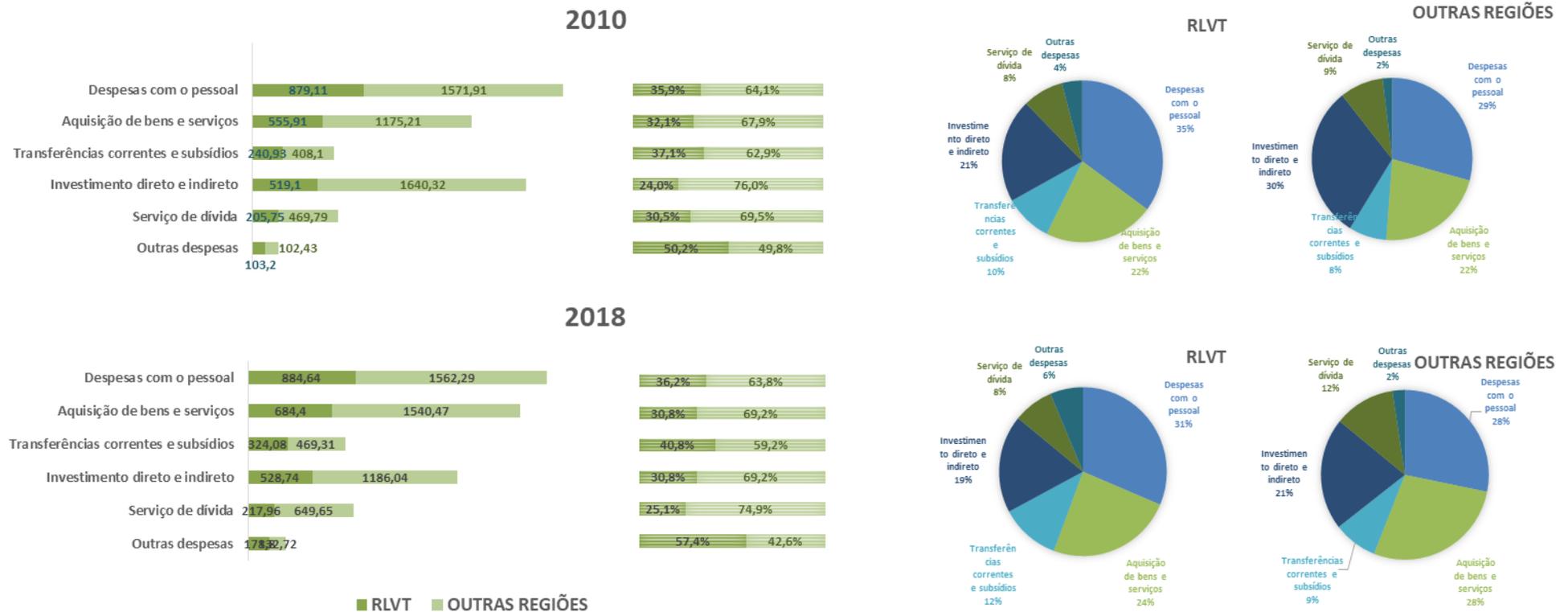
No resto do País a maior fonte de financiamento decorre do volume de transferências obtidas, embora em 2018, essa dependência se tenha revelado menor, resultado do reforço das receitas próprias, inclusivamente ao nível fiscal.

Refira-se que devido aos critérios definidos de distribuição dos fundos do OE pelas leis das finanças locais e leis anuais do orçamento do Estado, há municípios da Área Metropolitana de Lisboa que não recebem a componente relativa ao FEF (Lisboa desde

2010, Cascais desde 2011 e Oeiras desde 2012). Acresce-se que relativamente à RLVT as NUTIII que a compõem não têm todas a mesma classificação de acordo com os critérios definidos pelo EUROSAT relativamente ao desenvolvimento económico e social das regiões (AML é considerada como região mais desenvolvida, enquanto que as restantes se encontram classificadas como regiões menos desenvolvidas), o que tem impacto no acesso aos fundos estruturais e consequentemente nas transferências dos fundos comunitários.

Ao nível da despesa observa-se que 31,8% (em 2010) e 33,7% (em 2018) do total de despesas municipais nacionais foram pagas pelos municípios da RLVT.

Gráfico 38 – Despesas municipais - A RLVT no País – 2010 e 2018



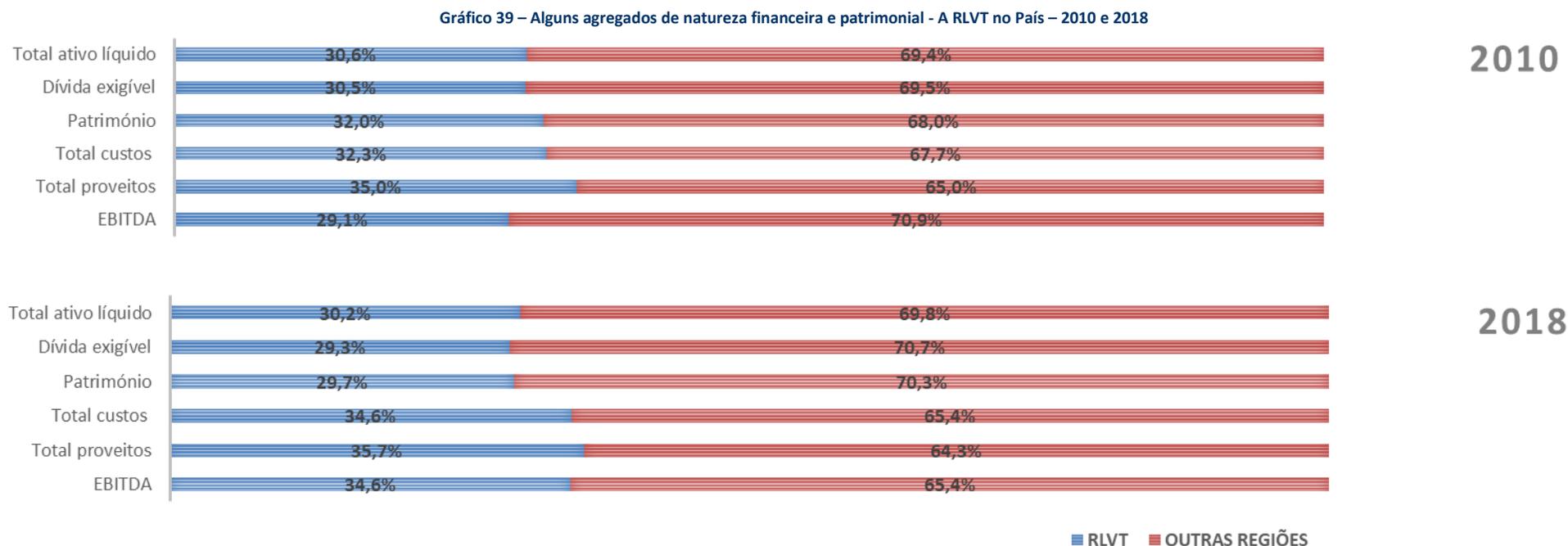
Fonte: Prestações de Contas de 2010 e 2018 dos municípios da RLVT.

Também na RLVT se registaram 35,9% das despesas com o pessoal em 2010, evoluindo para 36,2% em 2018, no todo nacional. Estas despesas representam ser sempre a maior fatia de gastos (35% em 2010 e 31% em 2018).

As despesas com o investimento total municipal direto e indireto registaram um aumento de 2010 para 2018 na RLVT, tendência contrária verificada no resto do país.

Na RLVT em 2010 verifica-se que este agregado representava 24% subindo para 30,8% do total investido no País em 2018.

Analisando o início e o fim do período em análise, na RLVT observa-se uma diminuição do serviço da dívida de 30,5% para uma participação no todo do serviço de dívida nacional de 25,1%. Também neste agregado o comportamento nacional é inverso ao da RLVT.



Fontes: Portal Autárquico (DGAL) – Finanças Locais e Prestações de Contas de 2010 e 2018 dos municípios da RLVT.

Olhando agora alguns indicadores de natureza financeira e patrimonial infere-se que a RLVT representa uma fatia relevante no bolo nacional de cada agregado que vai dos cerca de 29% (EBITDA) aos 35% (Proveitos) em 2010, e dos 29% (dívida exigível) aos 36% (proveitos) em 2018.

Em 2018 o total do ativo líquido na Região representava 30,2% do total nacional, e 29,7% do valor do património do País pertencia aos municípios da RLVT.

Ao nível da EBITDA, verifica-se que a RLVT tem um peso de 34,6% no todo nacional, o que significa que os municípios desta região no seu conjunto conseguem gerar recursos que possibilitam o suportar os seus custos e o pagamento do serviço da dívida. Considerando os dados a nível nacional, embora haja muita heterogeneidade a nível nacional, verifica-se que os indicadores em causa têm sofrido uma maior erosão.

## CONCEITOS

**Acréscimos de custos** – Custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).

**Acréscimos de proveitos** – Proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

**Amortizações do exercício** – Respeita à depreciação das imobilizações corpóreas (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício. As amortizações do exercício serão calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

**Aquisição de bens de capital** – Agrega as despesas aplicadas em investimento, locação financeira e bens do domínio público.

**Aquisição de bens e serviços** – Engloba as despesas em bens de consumo, duráveis ou não, e aquisição de serviços.

**Ativos financeiros (despesa)** – Incluem as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito e com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, junto dos serviços municipalizados. Englobam as aplicações financeiras de tesouraria, mas também as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

**Ativos financeiros (receita)** – Representam os benefícios anuais ou os benefícios futuros para os respetivos detentores, concretizando-se através de meios de pagamento. Pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Incluem a venda e amortização de títulos de crédito, nomeadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, bem como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados, ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.

**Ativo** – Conjunto de bens e direitos que o município dispõe destinados ao seu funcionamento.

**Ativo bruto** - É constituído pelo ativo imobilizado bruto que, inclui todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal dos municípios, e que

não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações das autarquias (os bens e recursos naturais, as imobilizações incorpóreas, as imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros) e as disponibilidades financeiras dos municípios, bem como os bens e direitos passíveis de serem convertidos em meios monetários no curto prazo ( as existências, as dívidas de terceiros, os títulos negociáveis, os depósitos em instituições financeiras e caixa e os acréscimos e diferimentos).

**Ativo líquido** – o valor do activo após terem sido feitas as correções patrimoniais, ou seja, depois de deduzido ao activo o valor das provisões e o valor das amortizações referentes às diversas rubricas do activo.

**Bens do domínio público** – Abrange os bens do município que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, em contraposição aos bens que estão no comércio jurídico-privado.

**Classificação económica** – Quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva económica, da execução orçamental das receitas e despesas públicas (na ótica da contabilidade pública). O classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

**Custos com o pessoal** – São os gastos com membros dos órgãos autárquicos, remunerações do pessoal, encargos para a Segurança Social a cargo do município, suplementos de remunerações, como trabalho extraordinário, trabalho em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, ajudas de custo, vestuário e artigos pessoais, alimentação e alojamento, subsídio familiar a crianças e jovens, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais ou seguros de saúde.

**Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas** – Regista a contrapartida das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou integração no processo produtivo, como por exemplo as compras de mercadorias, água, eletricidade, combustíveis, óleos, lubrificantes, ferramentas e utensílios, etc.

**Custos diferidos** – Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, como por exemplo prémios de seguros.

**Custos operacionais** – Englobam custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações do exercício, transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, e outros.

**Depósitos e caixa** – Em **Caixa** inclui os meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros; como **Depósitos** engloba meios de pagamento existentes em contas à ordem ou a prazo em instituições financeiras.

**Despesa corrente** – Reflete os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas.

**Despesa de capital** – Compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento.

**Despesa total** – A despesa total consiste na utilização de recursos pelos municípios tendo por fim a aquisição de bens ou serviços para a satisfação das necessidades públicas. Corresponde à soma das despesas correntes e das despesas de capital.

**Dívida total municipal** – A dívida total de operações orçamentais dos municípios inclui os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, assumidas pelos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos.

**EBITDA** (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) – Lucro operacional, representa quanto uma entidade gera de recursos através das respetivas atividades operacionais; proveitos e ganhos operacionais menos custos operacionais, excluindo-se destes as amortizações do período.

**Execução orçamental** – A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento das despesas previstas.

**Existências** – Engloba, consoante a organização existente na entidade, as compras e os inventários inicial e final (inventário intermitente ou periódico) e o inventário permanente.

**Fornecimentos e serviços externos** – Esta rubrica compreende os subcontratos, que são trabalhos necessários ao processo produtivo próprio, relativamente aos quais se obteve a cooperação de outras entidades, submetidos a compromissos formalizados

ou simples acordos (serviços de saneamento básico, recolha, tratamento e deposição de resíduos, água - abastecimento público, limpeza urbana, sinalização e trânsito, iluminação pública, transportes escolares, cantinas escolares, serviços culturais, recreativos e espetáculos), excluindo-se os gastos com pessoal em regime de prestação de serviços (profissionais liberais) e que efetua trabalhos de carácter regular. Inclui também fornecimentos e serviços, eletricidade, combustíveis, gásóleo, gasolina, água, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, livros e documentação técnica, material de escritório, artigos para oferta, rendas e alugueres, etc.

**Fundo de Equilíbrio Financeiro** – Corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, consagrada no n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social.

**Fundos próprios** - refletem o valor líquido do património dos municípios, correspondendo à diferença entre o ativo e o passivo.

**Imobilizado corpóreo** – Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis (com exceção dos bens de domínio público), que a entidade utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano. Inclui igualmente as benfeitorias e as grandes reparações que acrescem ao custo daqueles imobilizados.

**Imobilizado incorpóreo** – Integra as imobilizações intangíveis, englobando, nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão da entidade.

**Índice de independência financeira** – O rácio de independência financeira relaciona as receitas próprias com as receitas totais, considerando-se haver independência financeira quando este rácio for superior a pelo menos 50%.

**Investimento** – Em termos financeiros, orçamentais e contabilísticos, consideram-se como despesas de investimento aquelas que as autarquias destinem à aquisição ou reparação de bens duradouros por si detidos ou por si utilizados na sua atividade.

**Investimentos financeiros** – Abrange as aplicações financeiras de carácter permanente.

**Juros** - montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um determinado montante de capital; incluem também outras despesas correntes inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento bem como às despesas inerentes aos serviços bancários e outras despesas/encargos financeiros que não sejam juros.

**Outros proveitos e ganhos operacionais** – Nesta classificação encontram-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

**Passivos financeiros (lado da despesa)** – Pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos ou subsídios reembolsáveis e garantias.

**Passivos financeiros (lado da receita)** – Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto prazo e a médio e longo prazo. Os empréstimos de curto prazo destinam-se a cobrir exclusivamente dificuldades de tesouraria.

**Património** – Consiste nos fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe sejam consignados, bem como as alterações subsequentes que foram formalmente autorizadas. No início da aplicação do POCAL, resultou da diferença entre os montantes ativos e os passivos e das importâncias reconhecidas das restantes contas da classe 5.

**Poupança corrente** – Rácio que caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potencializador de uma maior capacidade em investir.

**Proveitos diferidos**<sup>21</sup> – Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, atendendo ao princípio do acréscimo.

**Proveitos operacionais** – Incluem os impostos e taxas, transferências e subsídios obtidos; vendas e prestações de serviços; e outros proveitos operacionais

**Proveitos suplementares** – Abrange os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais dos municípios.

**Provisões** – Engloba as situações a que estejam associados riscos relativos a cobranças duvidosas, depreciação de existências e investimentos financeiros. São exemplos as provisões para cobranças duvidosas, as provisões para depreciação de existências, as provisões para investimentos financeiros, as provisões para aplicações de tesouraria de curto prazo ou as provisões para riscos e encargos.

**Provisões do exercício** – As provisões são passivos cuja quantia ou tempestividade são incertas. As provisões do exercício refletem, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos entre dois períodos contabilísticos consecutivos, que tiver características de custo operacional. Destacam-se as provisões para cobranças duvidosas, para processos judiciais em curso e para depreciação de existências.

**Provisões para riscos e encargos** – Responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável e que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência dos encargos a pagar.

**Receita corrente** – Receita efetiva de caráter corrente, excluindo as reposições não abatidas aos pagamentos.

**Receita de capital** – Corresponde à receita adveniente da venda de bens imóveis e a receção de transferências atribuídas por outras entidades destinadas a financiar despesa de capital. Inclui a receita dos ativos e passivos financeiros.

**Receita cobrada líquida** – corresponde à receita efetivamente cobrada após ela entrar na tesouraria do município, excluindo reembolsos e restituições.

**Receita fiscal municipal** – Receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura, bem como as taxas.

**Receita própria** – A receita própria dos municípios engloba os recursos financeiros que os mesmos podem arrecadar, decorrendo das receitas cobradas localmente. Ao total

<sup>21</sup> NO ÂMBITO DO NOVO SISTEMA CONTABILÍSTICO APLICÁVEL ÀS AUTARQUIAS LOCAIS AO ABRIGO DO SNC-AP APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 192/2015, DE 11 DE SETEMBRO, OS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS DEIXAM DE ESTAR REGISTRADOS COMO PASSIVO, PASSANDO A CONSTAR DA CLASSE 5.

de receitas cobradas são assim deduzidas as transferências, correntes e de capital, bem como os empréstimos contraídos (passivos financeiros).

**Receita total** – Receita cobrada pelos municípios, correspondendo à soma das receitas correntes, receitas de capital e outras receitas englobando estas últimas o saldo de gerência do ano anterior e as reposições não abatidas aos pagamentos. São todos os fundos passíveis de serem utilizados para financiar a despesa.

**Rendimentos de propriedade** – Receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, como depósitos bancários, títulos e empréstimos cedidos, e rendas de ativos não produtivos, como terrenos e ativos incorpóreos.

**Reposições abatidas nos pagamentos** – Correspondem a uma dedução à despesa de pagamentos orçamentais indevidos, quando ocorridos no próprio ano.

**Reposições não abatidas nos pagamentos** – Receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam.

**Reservas** – Abrange as reservas estatutárias, as reservas contratuais, as reservas livres, os subsídios, as doações e as reservas decorrentes da transferência de ativos.

**Reservas de reavaliação** – Reflete as contrapartidas às valorizações emergentes da atualização do cadastro matricial e aos ajustamentos monetários.

**Resultados líquidos do exercício (RLE)** - resulta da diferença entre o total dos proveitos e o total dos custos.

**Resultados operacionais** - Os resultados operacionais evidenciam a capacidade dos municípios para gerar excedentes, correspondendo à diferença entre os proveitos operacionais e os custos operacionais.

**Resultados transitados** – Esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior. Esta conta regista também regularizações não frequentes e de grande significado que afetem, positiva ou negativamente, o património e não o resultado do exercício.

**Serviço da dívida** – Despesas pagas em juros e outros encargos e em passivos financeiros.

**Subsídios** – Fluxos financeiros não reembolsáveis, dos municípios para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**Taxas, multas e outras penalidades** – Agregado composto pelas taxas pagas pelos particulares, por contrapartida à emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e ainda pelas multas e outras penalidades, decorrentes da transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

**Títulos negociáveis** – Inclui os títulos adquiridos com o objetivo de aplicação de tesouraria de curto prazo, ou seja, por um período inferior a um ano.

**Total da dívida exigível** – Constituída pelas dívidas a pagar a curto prazo e a médio e longo prazo (dívida a terceiros).

**Transferências correntes (despesa)** – Importâncias a entregar a entidades para financiar despesas correntes, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

**Transferências correntes (receita)** – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

**Transferências de capital (despesa)** – Importâncias a entregar a entidades, para financiar despesas de capital, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

**Transferências de capital (receita)** – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

**Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais** – Engloba as transferências correntes concedidas às unidades institucionais (Orçamento do Estado, serviços e fundos autónomos, administração autárquica, administração regional, segurança social), bem como as transferências correntes concedidas sem contrapartida a unidades produtivas, como empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**Transferências e subsídios obtidos** – Inclui as transferências a que os municípios têm direito, designadamente nos termos do RFALEI e de acordo com a Lei do Orçamento do

Estado respeitante a cada ano económico. As transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa são registadas na conta 2745 "Subsídios para investimentos". Nesta classificação estão ainda englobados os subsídios, que consistem em transferências correntes obtidas sem contrapartida destinadas a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

**Venda de bens de investimento** – Rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

**Venda de bens e serviços correntes** – Produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento.

**Vendas e prestações de serviços** – Abrange os proveitos das vendas (designadamente mercadorias, eletricidade, água, sucata, habitação social) e da prestação de serviços, como sejam de saneamento, resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias, entre outros.

**Trabalhos para a própria entidade** – Regista os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios

## PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS

Portal autárquico - <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/>

Documentos de prestação de contas dos municípios (anos 2010 a 2018).

Baleiras, Rui Nuno, Dias, Rui, Almeida, Miguel (2018) – *Finanças Locais, Princípios Económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987* – Conselho de Finanças Públicas

Estudos Finanças Locais publicados pela CCDRLVT - <http://www.ccdrlvt.pt/pt/administracao-autarquica/1195.htm>.

Relatórios do Conselho de Finanças Públicas relativos à execução orçamental da Administração Local in site [www.cfp.pt](http://www.cfp.pt)

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DE RECEITAS .....	6
TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS DESPESAS.....	6
TABELA 3 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018 .....	9
TABELA 4 – RLVT, EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018.....	10
TABELA 5 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2018.....	12
TABELA 6 – RLVT, EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2018 .....	12
TABELA 7 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018 .....	14
TABELA 8 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018 .....	14
TABELA 9 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2018.....	16
TABELA 10 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2018 .....	16
TABELA 11 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018.....	19
TABELA 12 – RLVT, EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018 .....	19
TABELA 13 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2018 .....	21
TABELA 14 – RLVT, EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2018 .....	21
TABELA 15 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018.....	24
TABELA 16 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018 .....	24
TABELA 17 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2018 .....	25
TABELA 18 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2018.....	25
TABELA 19 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO ATIVO NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	32
TABELA 20 – RLVT, EVOLUÇÃO DO ATIVO NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018.....	33
TABELA 21 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NO ATIVO BRUTO – 2010 A 2018 .....	35
TABELA 22 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NO ATIVO BRUTO – 2010 A 2018 .....	35
TABELA 23 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	37
TABELA 24 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018.....	38
TABELA 25 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO – 2010 A 2018 .....	39
TABELA 26 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO – 2010 A 2018.....	39
TABELA 27 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	41
TABELA 28 – RLVT, EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	42
TABELA 29 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2010 A 2018.....	43
TABELA 30 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2010 A 2018 .....	43
TABELA 31 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DOS CUSTOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018.....	46
TABELA 32 – RLVT, EVOLUÇÃO DOS CUSTOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	46
TABELA 33 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS CUSTOS – 2010 A 2018 .....	48
TABELA 34 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS CUSTOS – 2010 A 2018.....	48
TABELA 35 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	51
TABELA 36 – RLVT, EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018.....	51
TABELA 37 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS PROVEITOS – 2010 A 2018.....	53
TABELA 38 – RLVT, EVOLUÇÃO DO PESO DAS COMPONENTES NOS PROVEITOS – 2010 A 2018 .....	53
TABELA 39 – PORTUGAL, EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	56
TABELA 40 – RLVT, EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018.....	56

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2010 A 2018 .....	7
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018 .....	8
GRÁFICO 3 – VARIAÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010/2018 .....	11
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR AGREGADOS PRINCIPAIS – 2010 A 2018.....	11
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2018 .....	12
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018 .....	13
GRÁFICO 7 – VARIAÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010/2018 .....	15
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR AGREGADOS PRINCIPAIS – 2010 A 2018.....	15
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2010 A 2018 .....	16
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL MUNICIPAL – 2010 A 2018.....	17
GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018 .....	18
GRÁFICO 12 – VARIAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010/2018 .....	20
GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2018.....	22
GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010 A 2018.....	23
GRÁFICO 15 – VARIAÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2010/2018.....	24
GRÁFICO 16 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR GRANDES AGREGADOS – 2010 A 2018.....	26
GRÁFICO 17 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2010/2018 .....	27
GRÁFICO 18 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA TOTAL MUNICIPAL – 2010/2018.....	28
GRÁFICO 19 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA – 2010 A 2018 .....	29
GRÁFICO 20 – EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE – 2010 A 2018 .....	30
GRÁFICO 21 – EVOLUÇÃO DO ATIVO DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	33
GRÁFICO 22 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO ATIVO BRUTO – 2010 A 2018.....	34
GRÁFICO 23 – ESTRUTURA DO ATIVO BRUTO – 2010 / 2018 .....	36
GRÁFICO 24 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO NOS MUNICÍPIOS – 2014 A 2018 .....	37
GRÁFICO 25 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018.....	38
GRÁFICO 26 – ESTRUTURA DO PASSIVO – 2010 / 2018.....	40
GRÁFICO 27 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2010 A 2018 .....	41
GRÁFICO 28 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DOS FUNDOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018.....	42
GRÁFICO 29 – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS – 2010 / 2018 .....	44
GRÁFICO 30 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	45
GRÁFICO 31 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018.....	47
GRÁFICO 32 – ESTRUTURA DOS CUSTOS – 2010 / 2018 .....	49
GRÁFICO 33 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DOS PROVEITOS NOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	50
GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DOS MUNICÍPIOS – 2010 A 2018 .....	52
GRÁFICO 35 – ESTRUTURA DOS PROVEITOS – 2010 / 2018.....	54
GRÁFICO 36 – EVOLUÇÃO DO EBITDA – 2010 A 2018 .....	55
GRÁFICO 37 – RECEITAS MUNICIPAIS - A RLVT NO PAÍS – 2010 E 2018 .....	57
GRÁFICO 38 – DESPESAS MUNICIPAIS - A RLVT NO PAÍS – 2010 E 2018.....	58
GRÁFICO 39 – ALGUNS AGREGADOS DE NATUREZA FINANCEIRA E PATRIMONIAL - A RLVT NO PAÍS – 2010 E 2018 .....	59

